

O MUNDO DO TRABALHO

MARISA DE ASSIS

34
8m
d.
NAI

N.Cham. 330.34 A848m 2. ed. SENAI

Autor: Assis, Marisa de

Título: O Mundo do trabalho.



7197

Ac. 5745

Ex.1 CNI ACIND ERS



**O MUNDO
DO TRABALHO**

Confederação Nacional da Indústria - CNI e Conselho Nacional do SENAI

Carlos Eduardo Moreira Ferreira

Presidente

**Comissão de Apoio Técnico e Administrativo
ao Presidente do Conselho Nacional do SENAI**

Dagoberto Lima Godoy

Vice-Presidente da CNI

Fernando Cirino Gurgel

Diretor 1º Tesoureiro da CNI

Max Schrappe

Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

SENAI • Departamento Nacional

Alexandre Figueira Rodrigues

Diretor-Geral

Humberto Brandão de Araújo

Diretor de Desenvolvimento

José Manuel de Aguiar Martins

Diretor de Operações



Planfor
Plano Nacional de Qualificação
do Trabalhador



**MINISTÉRIO DO
TRABALHO E EMPREGO**



O MUNDO DO TRABALHO

MARISA DE ASSIS

2ª EDIÇÃO

SÉRIE  FORMAÇÃO DE FORMADORES

1999

1204
00
C. 22.

00/ 0197

SENAI/DN
COINF - Unidade de Conhecimento
Informação Tecnológica

© 1999. SENAI - Departamento Nacional

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

SENAI/DN

NEDUC • Unidade de Negócio Educação para o Trabalho

Ficha Catalográfica

ASSIS, Marisa de. **O mundo do trabalho**. 2. ed. Brasília, SENAI/DN,
1999. 121 p. (Série SENAI Formação de Formadores).

ISBN 85-87090-39-9

TÍTULO

CDU 330.34

Marisa de Assis • Bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela USP, pós-graduada em Educação pela FGV/SP e pesquisadora na área de Educação e Trabalho.

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem
Industrial – Departamento Nacional

SEDE • BRASÍLIA

Setor Bancário Norte
Quadra 1 – Bloco C
Edifício Roberto Simonsen
70040-903 – Brasília – DF
Tel.: (0xx61) 317-9000
Fax: (0xx61) 317-9190

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1 • INTRODUÇÃO	9
2 • DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO NO BRASIL	13
RÁPIDO RESUMO SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL	16
ECONOMIA E INDÚSTRIA NOS PERÍODOS DA HISTÓRIA	21
3 • O TRABALHO MUDA NO TEMPO	51
ESTAÇÃO PASSADO	53
ESTAÇÃO PRESENTE	67
ESTAÇÃO FUTURO	80
4 • O TRABALHO DO FIM DO SÉCULO XX NO BRASIL	91
QUANTOS FAZEM PARTE DO MUNDO DO TRABALHO BRASILEIRO	94
TERCIARIZAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO	96
ENCOLHIMENTO DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO	97
CRESCIMENTO DO TRABALHO PRECÁRIO	101
ELEVAÇÃO DO DESEMPREGO ABERTO	103
O PERFIL DOS EXCLUÍDOS DA INDÚSTRIA	108
DESCENTRALIZAÇÃO ESPACIAL DO EMPREGO	111
5 • O TRABALHO NO SÉCULO XXI NO BRASIL E NO MUNDO	117
A AGONIA DO EMPREGO	119
MUITO TRABALHO E POUCO EMPREGO	121
TRABALHO <i>JUST-IN-TIME</i>	124
FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO	125
TRABALHO FORA DA EMPRESA	127
TRABALHO DE MENOS TEMPO	128
DESINDUSTRIALIZAÇÃO DO TRABALHO	129
TRABALHO SELETIVO	130
KIT PARA SOBREVIVER NO NOVO MUNDO DO TRABALHO	133
AUTO-AVALIAÇÃO FINAL	137
CHAVE DE RESPOSTA FINAL	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145

APRESENTAÇÃO

Em decorrência do consenso de que a viabilidade das mudanças em cursos no setor produtivo do trabalho depende de ações conscientes que orientem esta mudança, e em virtude da certeza de que a preparação de novos perfis profissionais para o mercado de trabalho só é possível por meio de novas práticas educacionais e institucionais, o Departamento Nacional do SENAI, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego assumem o compromisso com o desenvolvimento dos profissionais que atuam ou pretendem atuar no campo da educação para o trabalho, da própria instituição ou de fora dela.

Nessa perspectiva, o Programa SENAI Formação de Formadores, desenvolvido na modalidade de educação a distância, integra a proposta do Ministério do Trabalho e Emprego, através do Convênio MTE/SEFOR CODEFAT/CNI/SENAI-DN no sentido de atender aos anseios e às expectativas dos Formadores, contribuindo para o desenvolvimento dos perfis requeridos para todos aqueles que participam da nobre missão de educar para o trabalho e a cidadania.

1 • INTRODUÇÃO

“Desde seu início, a civilização tem se estruturado, em grande parte, em função do conceito do trabalho. Do caçador/colhedor paleolítico e fazendeiro neolítico, ao artesão medieval e operário da linha de montagem do século atual, o trabalho tem sido parte integral da existência diária.”

NESTE MÓDULO você vai fazer uma rápida viagem no tempo e no espaço. Nessa viagem você vai conhecer um pouco do chamado *mundo do trabalho*.

Por que achamos que você deve comprar uma passagem para essa viagem?

Porque você faz parte daquela legião de profissionais que têm a responsabilidade de, direta ou indiretamente, educar as novas gerações. E essas pessoas que você hoje ajuda a formar, em algum momento da vida, vão se tornar cidadãos ativos. Isto é, deverão buscar seu lugar no mundo do trabalho (aliás, muitas delas já são cidadãos ativos, já fazem parte do mercado de trabalho).

Essas pessoas esperam que você as prepare de forma adequada para que possam exercer sua cidadania como membros ativos da sociedade.

É por isso que você precisa conhecer bem esse mundo para o qual devem se dirigir as pessoas que você forma.

Vamos então embarcar na nossa viagem?

Você vai viajar no tempo, fazendo um breve retorno ao passado para acompanhar os principais marcos da história do trabalho e para verificar sua evolução no correr dos tempos. Você vai também aguçar sua imaginação para poder viajar para o futuro e assim tentar adivinhar que transformações estão ainda por ocorrer com o trabalho. Sua viagem no espaço vai levar você a ver como os diversos países fizeram sua história do trabalho. Nessa parte da viagem, como não poderia deixar de ser, você vai permanecer uma boa parte do tempo no Brasil, porque, afinal de contas, precisamos conhecer as particularidades do *nosso* mundo do trabalho.

Como estará organizada esta viagem?

Ela incluirá quatro *paradas*:

Unidade 2. Desenvolvimento econômico e trabalho no Brasil

Nesta parada, você será convidado a estudar como, em grandes linhas, a economia brasileira se desenvolveu e como criou trabalho no decorrer dos tempos.

Unidade 3. O trabalho muda no tempo

Nesta unidade, você vai fazer uma rápida viagem no tempo, percorrendo os caminhos pelos quais o trabalho veio se modificando no decorrer dos anos. Esta viagem vai se interromper em três grandes “estações”: passado, presente e futuro.

Unidade 4. O trabalho do fim do século XX no Brasil

Nesta parada, você vai conhecer as principais características do *trabalho* no Brasil, no momento atual. Nesse processo de conhecimento você vai tomar contato com dados estatísticos que lhe darão uma idéia geral sobre como os brasileiros atualmente estão se relacionando com o mundo do trabalho.

Unidade 5. O trabalho no século XXI no Brasil e no mundo

Nesta última unidade, você será convidado a usar sua “bola de cristal” para tentar entender quais das mudanças que estão ocorrendo no trabalho têm potencial para se tornarem permanentes, a ponto de configurar um novo mundo do trabalho para o próximo milênio.

Para orientá-lo no estudo dessas unidades, aqui vai uma palavrinha sobre como elas estão estruturadas:

- Cada unidade está subdividida em tópicos e assuntos, que podem ser mais ou menos numerosos, dependendo da extensão do tema abordado.
- Ao final de cada tópico, há uma síntese da matéria apresentada.
- Durante a exposição do assunto, são colocadas perguntas que procuraram levá-lo a refletir sobre o tema abordado ou a testar o conhecimento adquirido. Independentemente desse teste de aproveitamento mais sistemático, você encontrará no fim da unidade um pequeno exercício de avaliação (além da avaliação final sobre o módulo, que constitui uma unidade especial e que encerra o documento).
- Nas margens das páginas podem ser encontrados textos curtos que trazem conceitos, dados adicionais, recordação de assuntos já tratados anteriormente e informações sobre fontes onde você pode obter conhecimento mais profundo sobre o tema abordado. Esses pequenos textos têm uma sinalização para indicar o parágrafo ao qual se referem (△).

Feitas essas observações, ainda antes de começarmos o nosso estudo do mundo do trabalho, queremos fazer um registro. Embora falemos do mundo do trabalho, deve ficar claro para você que este mundo não é absolutamente homogêneo. Ele admite variações, arranjos particulares. Nem todos os países e empresas organizam-se da mesma forma. Portanto, na verdade há vários mundos do trabalho por aí fora. Ou como diz CORTELLA (1997):

“... não é possível falarmos em mundo do trabalho no singular, pois há uma coexistência de ‘mundos do trabalho’ com estruturas diferenciadas.”

O que vamos fazer neste módulo é tentar ver quais são as tendências mais gerais e universais desse mundo no passado, no presente e, talvez, no futuro.

Boa sorte!

2 • DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO NO BRASIL

“A evolução do emprego e as transformações em sua estrutura devem necessariamente ser entendidas dentro de um contexto histórico.

A abstração das condições concretas de evolução econômica de cada país impede a compreensão dos mecanismos pelos quais se processa a transformação da estrutura do emprego.”

NESTA UNIDADE você está convidado a estudar como, em grandes linhas, a economia brasileira se desenvolveu.

Talvez você estranhe o convite e se pergunte:

Por que estudar o desenvolvimento da nossa economia se o negócio deste módulo é trabalho, o mundo do trabalho?

Sua dúvida procede. Mas essa pequena incursão se justifica porque é a economia que cria trabalho. Então, para entendermos como a questão do trabalho evoluiu no Brasil e para podermos fazer algum prognóstico sobre o seu futuro, é necessário conhecer um mínimo do nosso desenvolvimento econômico: importa saber, pelo menos, que caminhos ele trilhou e quais são suas perspectivas para o futuro.

Quer ver como, a toda hora, alguém está nos lembrando dessa relação economia-trabalho?

Deu na *Folha de S. Paulo*:

"SP deve ter deflação no primeiro trimestre [...] A contrapartida é uma redução do nível de atividade econômica, com todo o cortejo de sofrimentos que a acompanha [...] Antes mesmo do placar inflacionário, a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) divulgava outro resultado, de sentido oposto: 'o pior janeiro dos últimos quatro anos' (em referência à queda no nível de emprego)." (ROSSI, 1998, p. 1.2)

O autor diz que a prevista redução do nível de atividade econômica, em São Paulo, no primeiro trimestre, vai ocasionar queda do nível de emprego, entre outros sofrimentos. Diz ainda que os dados da FIESP para janeiro são a prova disso: o mês registrou queda do nível de emprego, foi o pior janeiro dos últimos quatro anos.

No rápido passeio que daremos pela economia vamos recordar um pouco a nossa história. Mas não vai ser nada comparado às nossas aulas de história do Brasil dos tempos de escola. Vamos mencionar apenas alguns fatos e eventos dessa história que explicam ou ajudam a entender o que aconteceu com a economia. Assim, se você se lembra ainda um pouco do que aprendeu nessa matéria, isso certamente vai ser de grande valia nessa nossa pequena viagem.

E como vamos organizar nosso roteiro?

- vamos começar com um rápido resumo sobre a evolução da economia brasileira neste século e sobre as transformações por que passou nossa indústria no mesmo período
- a seguir, com base nesse pano de fundo, vamos retomar a análise do desenvolvimento econômico brasileiro e do nosso processo de industrialização, só que, dessa vez, focalizando-o de forma mais aprofundada e por períodos.

RÁPIDO RESUMO SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

Em termos gerais, dois grandes processos marcaram o nosso desenvolvimento econômico neste século, a saber:

- a indústria substituiu a agricultura como base da economia nacional
- a estrutura industrial brasileira se tornou madura

Vejamos como esses processos se desenrolaram.

A indústria substitui a agricultura como base da economia nacional

Durante a primeira metade do século, a base da economia brasileira era a agricultura. Mais precisamente a agricultura cafeeira. O café era o motor da economia porque “puxava” o desenvolvimento. Se o café ia bem, a economia tinha bom desempenho; se o café ia mal, a economia se ressentia. Quando o café enfrentou sua grande crise, arrastou com ele a economia do país.

▲ Na primeira metade do século XX esse quadro vai sofrer uma mudança radical, pois a indústria de transformação vai roubar da agricultura o papel de base, de motor da economia. A indústria de transformação vai passar a “puxar” o desenvolvimento econômico.

Isso não ocorreu exatamente porque a produção agrícola regredisse, mas porque a indústria de transformação passou a crescer de forma muito mais acelerada, suas taxas superando as da produção agrícola.

▲▲ A partir dessa “virada”, a produção industrial disparou, acusando taxas de crescimento anual elevadas, sempre superiores às do PIB (Produto Interno Bruto). O mesmo aconteceu com o emprego industrial, que passou a crescer proporcionalmente mais do que a mão-de-obra total. A partir daí, o desempenho superior da indústria se manteve, registrando-se raros momentos de interrupção. Uma importante quebra nesse padrão de desenvolvimento aconteceu mais recentemente, na década de 1980. Nesse período, a indústria viu seriamente ameaçada sua condição de motor da economia, pois seu desempenho foi mau. Estudaremos melhor esses fatos no próximo tópico, que focaliza o desenvolvimento econômico brasileiro por período.

Por ora, para que você tenha uma idéia geral de como ocorreu esse processo, veja o gráfico seguinte.

▲ Classificam-se as indústrias em duas categorias:

extrativas – as indústrias que se dedicam a retirar matérias ou produtos da natureza. Por exemplo, as indústrias de extração de carvão, petróleo e gás, minerais metálicos (como minério de ferro, minério de metais preciosos, etc.), minerais não-metálicos (como pedra, areia, sal marinho, etc.)

de transformação – as indústrias que fabricam produtos, transformando matérias-primas as mais variadas. Por exemplo, as indústrias mecânicas, metalúrgicas, siderúrgicas, têxtil, de material de transporte, de alimentos, de mobiliário, de papel, de produtos químicos, etc.

▲▲ O PIB (Produto Interno Bruto) é uma medida da riqueza de um país. É a soma de todos os bens e serviços produzidos na economia, num determinado período de tempo. Seu cálculo leva em conta o que produziram a agropecuária, a indústria, o comércio e todos os serviços (financeiro, público, de saúde, de comunicações, etc.).

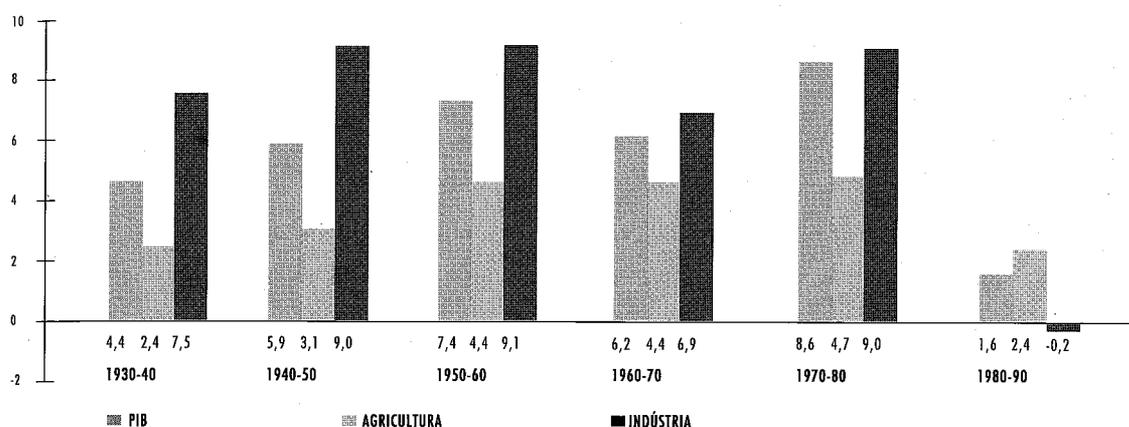
Há uma particularidade no cálculo do PIB que é interessante conhecer. Como certos produtos passam sucessivamente por vários setores da economia, para evitar a duplicação no cálculo, esses produtos são medidos pelo “valor adicionado”. Quer dizer, pelo valor que cada etapa da produção adiciona, acrescenta a esse produto.

Talvez um exemplo esclareça melhor a situação.

“O valor do trigo é considerado no momento em que ele está saindo do moinho. Quando é utilizado na fabricação do pão, é descontado o valor calculado antes [o valor do momento em que saiu do moinho].”

FOLHA DE S. PAULO.
São Paulo, 08/03/1998.
Caderno Dinheiro. p. 2.12.

Taxas médias anuais de crescimento do PIB, agricultura e indústria (em %)



Fonte dos dados do gráfico: BONELLI, 1996, p. 71.

Comparando no gráfico indústria e agricultura, você vê claramente que, em todo o período, as taxas da indústria superam em muito (são o dobro ou o triplo) as da agricultura, que cresceu apenas entre 2% e 4%. A década de 1980 representa uma exceção à regra: a indústria teve taxa negativa de crescimento e a agricultura cresceu um pouco. Confrontando PIB e indústria, vê-se que o PIB foi liderado pela indústria. Quando a indústria cresceu muito, o PIB também teve aumento grande; quando a indústria cresceu menos, o PIB também se expandiu menos. Por isso se diz que a indústria se tornou o motor da economia.

Os anos de 1980, em razão do pequeno crescimento registrado na economia, ficaram conhecidos como a “década perdida”.

Além de se tornar a base da economia a partir da primeira metade deste século, o desenvolvimento industrial também foi importante porque induziu a expansão de outros setores econômicos. Ele impulsionou o desenvolvimento do setor terciário, principalmente o dos segmentos mais diretamente ligados à indústria, como os serviços industriais de utilidade pública, transportes, comunicações, armazenagem e parte do comércio e finanças.

A estrutura industrial brasileira se torna madura

Paralelamente à mudança de eixo econômico que acabamos de estudar, nesse mesmo período ocorreram mudanças dentro do próprio setor industrial.

Veja como elas são descritas:

▲ “... o processo de industrialização brasileiro seguiu, em linhas gerais, a ‘lógica’ que preside a implantação dos distintos ramos no sistema capitalista, a saber: as indústrias de bens de consumo tendem a preceder as de bens de produção. Dessa forma, os primeiros ramos a surgir foram o têxtil, o de alimentação, o de vestuário e o de calçados.” (ASSIS et al., 1992, p. 7)

▲ Costumam-se classificar as indústrias de transformação em grupos industriais, levando em conta a natureza dos bens produzidos por cada ramo. Por esse critério, os ramos industriais de transformação podem ser assim agregados:

- grupo das produtoras de bens de consumo não-duráveis ou bens de consumo leves – agrega ramos como mobiliário, farmacêutico, perfumaria, têxtil, vestuário, alimentação, bebidas, fumo e gráfica. Como em geral o processo de industrialização se inicia com esses ramos, muitas vezes tais indústrias são também chamadas de indústrias tradicionais;
- grupo das produtoras de bens intermediários – abrange, por exemplo, minerais não-metálicos, metalúrgica, madeira, papel, borracha, couros e peles, química e matérias plásticas. Essas indústrias são também chamadas produtoras de insumos;
- grupo das produtoras de bens de consumo duráveis e de bens de capital – em que se encontram os ramos de mecânica, material elétrico e eletrônico e material de transporte.

Essa classificação se baseia em proposta de CANO. CANO apud ASSIS et al. (1992, p. 191).

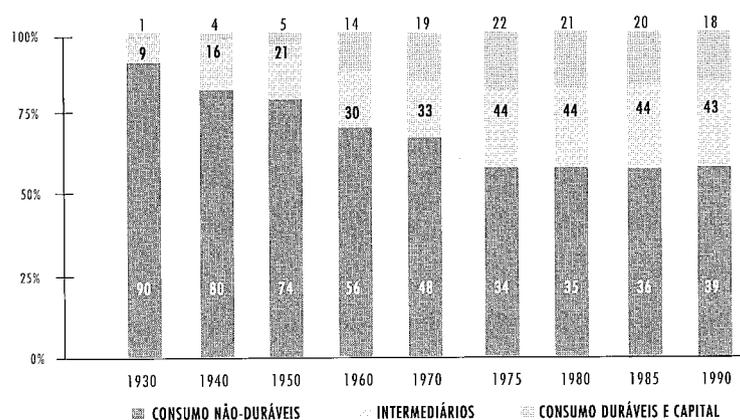
Segundo a citação anterior, o processo de industrialização se inicia, normalmente, com a instalação de indústrias, como a têxtil, a alimentícia, a de bebidas, a do vestuário, etc., que são indústrias de bens de consumo não-duráveis. Isso é uma tendência geral e também foi o que ocorreu no Brasil.

Por outro lado, à medida que o processo avança, outros ramos vão progressivamente surgindo e, mesmo, superando os que primeiro nasceram.

Foi exatamente isso que ocorreu com a estrutura industrial brasileira. Com o tempo, ela se diversificou com a instalação de ramos não presentes no início do processo. Além disso, seu eixo foi se deslocando das indústrias tradicionais para as produtoras de bens intermediários e para as produtoras de bens de consumo duráveis e de bens de capital. Aqui vale um parêntese. Quando um país consegue implantar todos os grupos industriais e quando os grupos produtores de bens intermediários e de bens de consumo duráveis e de capital começam a se sobrepor aos produtores de bens de consumo não-duráveis, diz-se que esse país completou sua matriz industrial ou que ela se tornou madura. Como regra, a implantação dos grupos de indústrias de bens intermediários e de bens de consumo duráveis e de capital requer mais recursos financeiros, pois tais grupos exigem muito mais equipamento e maquinaria; os ramos de bens de consumo duráveis conseguem se implantar melhor recorrendo ao uso de mão-de-obra.

Para acompanhar o processo de amadurecimento da nossa estrutura industrial ao longo do tempo, veja o gráfico seguinte.

Estrutura da produção industrial brasileira (em %)



Fonte dos dados do gráfico: BONELLI, 1996, p. 74.

Deu para acompanhar o que mudou na estrutura industrial brasileira ao longo dos tempos?

- No começo, a produção era quase totalmente garantida pelas indústrias de bens de consumo não-duráveis. Em 1920 elas contribuíam com 90% da produção. Com o tempo essas indústrias foram perdendo peso na produção total. A tendência

de redução desse grupo foi particularmente clara até 1975; a partir daí houve uma tendência à estabilização nas taxas de participação do grupo.

- As indústrias do grupo de bens intermediários, ao contrário, aumentaram sua participação na produção. Saíram de um patamar de modestos 9% em 1920 para alcançar a faixa dos 43% em 1990.
- Mas foi o grupo das indústrias de bens de consumo duráveis e de capital o que mais cresceu. Saiu com uma participação mínima de 1% em 1920 e chegou a 18% em 1990. O grupo aumentou seu peso sobretudo até 1975, quando chegou a contribuir com 22% para a produção do setor industrial.

Como avaliar as transformações que acabamos de observar no Brasil? Elas são positivas? Para onde elas estão conduzindo o país?

Confrontando os países mais pobres (menos industrializados) com os mais ricos (mais industrializados), verifica-se que estes últimos apresentam o seguinte padrão de participação da agricultura e da indústria de transformação na produção total:

- atividades agrícolas têm participação menor que nos países pobres
- indústrias de transformação têm peso maior que nos países pobres

Portanto, as transformações que ocorreram no Brasil foram na direção de aproximar a estrutura econômica do país daquela característica de países *mais ricos e mais industrializados*, onde não só as atividades agrícolas têm participação menor no total da produção total como também as indústrias de transformação têm peso maior nesse total. Apesar disso, a estrutura industrial brasileira ainda está um pouco distante da vigente em países mais avançados em termos de industrialização.

▲ O gráfico seguinte pode ajudá-lo a observar as diferenças.

RAMOS	MÉDIA DE SETE PAÍSES	
	INDUSTRIALIZADOS	BRASIL
ALIMENTOS, BEBIDAS, FUMO	12,8	14,3
TÊXTEIS	7,3	10,4
MOBÍLIA	3,6	4,3
EDITORIAL E GRÁFICA	8,4	6,0
QUÍMICA	13,6	19,0
BORRACHA E PLÁSTICOS	3,9	4,1
MINERAIS NÃO-METÁLICOS	4,1	6,0
METALÚRGICA	12,0	12,9
MECÂNICA, MATERIAL ELÉTRICO, MATERIAL DE TRANSPORTE	33,1	21,3
OUTROS	1,2	1,7
TOTAL	100,0	100,0

Fonte dos dados brutos: BONELLI, 1996, p. 53.

▲ Na coluna "média de sete países" foi feito um cálculo da média dos resultados apresentados por sete países dos mais industrializados: Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Itália, Inglaterra e Estados Unidos. A média desses países pode ser considerada como representativa de uma estrutura industrial completa ou madura, a ser comparada com a brasileira (última coluna).

Em primeiro lugar, você pode notar que, no Brasil, o conjunto dos ramos de mecânica, material elétrico e material de transporte não atingiu a dimensão que tem nos países

mais industrializados. Essa defasagem é significativa, pois o surgimento e desenvolvimento desse conjunto é típico das etapas mais avançadas do processo de industrialização. Ou seja, quanto maior a presença desses ramos, mais adiantado o país em termos de industrialização.

Em compensação, o grupo das indústrias tradicionais é mais robusto no Brasil que nos países mais industrializados. Essa também é uma diferença considerável, pois esse segmento, ao contrário do anterior, é típico do início do processo de industrialização. Em países mais industrializados o peso desse segmento é menor. Resumindo: o Brasil está caminhando no sentido de apresentar características de países “mais ricos”, mas sua matriz industrial ainda não reproduz fielmente a estrutura de países altamente industrializados.

Neste ponto, estamos terminando a parte da nossa breve viagem que nos mostrou como a estrutura econômica e industrial do Brasil se modificou no tempo.

Antes de passarmos ao tópico seguinte, que tal fazer um breve resumo do que aprendemos?

Sintetizando

No tópico 1, você viu de maneira geral as grandes transformações que ocorreram na economia brasileira durante o século XX. Os conhecimentos que você adquiriu servirão de quadro de fundo para você estudar o conteúdo do próximo tópico, que retoma essas questões analisando-as mais profundamente e por períodos. A rápida passagem que acabamos de fazer sobre a economia brasileira mostrou que:

- a economia brasileira, inicialmente baseada na agricultura, sofreu uma transformação radical quando a indústria deslanchou seu processo de desenvolvimento, não só deixando para trás a agricultura como também roubando desta o papel de motor da economia;
- a partir daí, a tendência de crescimento industrial raramente foi interrompida. Contudo, uma quebra importante dessa tendência ocorreu nos anos de 1980, na “década perdida”, quando a produção industrial decresceu;
- no princípio do processo de industrialização, a estrutura industrial brasileira se restringia a um número limitado de ramos. Com o decorrer dos anos essa estrutura foi se diversificando e completando;
- além de se completar, essa estrutura se modificou radicalmente no tempo, invertendo-se as posições dos diferentes grupos industriais. O grupo de bens de consumo não-duráveis

praticamente respondia pela totalidade da produção no início do processo, mas, com o tempo, as indústrias de bens intermediários e as de bens de consumo duráveis e de capital o superaram;

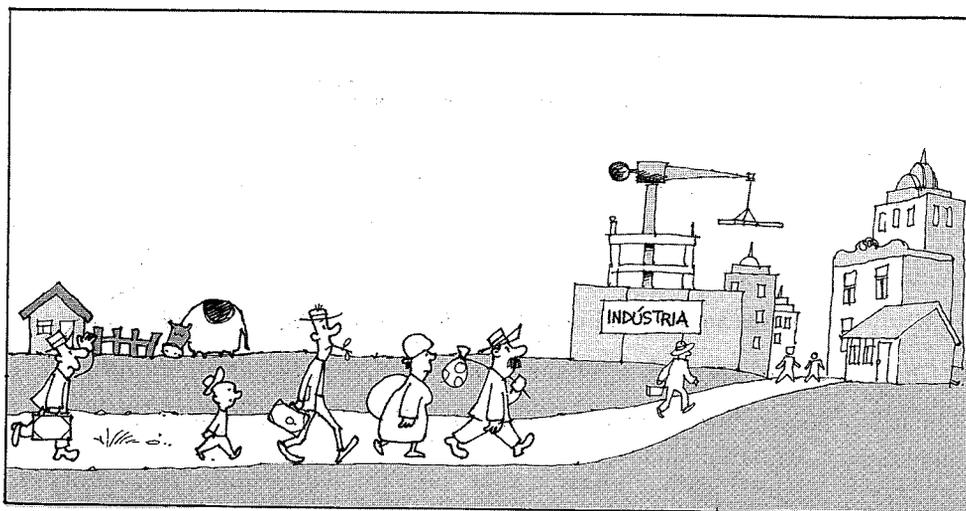
- as transformações ocorridas aproximaram a estrutura econômica do Brasil da estrutura característica de países mais ricos, onde as indústrias de transformação superam em importância a agricultura, mas não produziram ainda uma estrutura industrial típica de países altamente industrializados.

Nos tópicos seguintes você vai colocar uma lupa sobre diferentes momentos da história e observar com um pouco mais de profundidade o que ocorreu com a nossa economia e com a nossa indústria nesses momentos. Isso é importante porque nosso desenvolvimento não foi linear. Tivemos muitos altos e baixos. Com a análise que vamos começar, tentaremos entender por que eles ocorreram.

ECONOMIA E INDÚSTRIA NOS PERÍODOS DA HISTÓRIA

A matéria a ser abordada neste tópico será organizada de modo que você possa ter uma idéia do que ocorreu no país nas várias décadas, em termos de desenvolvimento econômico e industrial. A análise se inicia com os anos de 1930/40 e termina com a década de 1990.

Os anos de 1930 e 1940: “a indústria ganha a corrida”



▲ A economia brasileira, no século passado, era uma economia primário-exportadora ou agroexportadora, que dependia da demanda do exterior por seus produtos de exportação.

▲ Dá-se o nome de primário-exportadora ou de agroexportadora às economias que se apoiam na exportação de produtos típicos do setor primário.

Você lembra o que é setor primário?

Convencionalmente, admite-se que são três os setores da economia:

Setor primário – que corresponde à agricultura e pecuária.

Setor secundário – que se refere à indústria.

Setor terciário – que engloba comércio e serviços.

A economia brasileira era dependente não só por estar atrelada aos movimentos da demanda externa como também porque suas atividades de exportação se restringiam a alguns poucos produtos, sobretudo o café, plantado na região Sudeste. Com isso, ficava a reboque do desempenho do café no mercado internacional: se sua exportação ia bem a economia tinha resultado positivo, se ia mal a economia era arrastada junto. Em suma, a economia “importava” as crises das economias compradoras e ficava à mercê das flutuações dos preços internacionais do café. (TAVARES, 1979, p. 59-63)

A demanda de café dependia da prosperidade econômica dos países consumidores, especialmente os Estados Unidos e a Inglaterra.

Nas primeiras décadas do século XX, a produção de café brasileiro cresceu desmesuradamente, tendo chegado a ponto de superar o consumo mundial. Ao lado disso, as condições do mercado internacional vinham se deteriorando, o que prenunciava a eclosão de uma grave crise.

Em 1930 esses dois elementos se conjugaram: a produção nacional era muito grande e a economia internacional entrou numa das maiores crises de sua história. Foi a época da Grande Depressão associada à queda da bolsa de Nova York. Isso resultou em problemas econômicos seriíssimos para o Brasil, pois o preço do café despencou.

Provavelmente você deve lembrar das suas aulas de História do Brasil, quando você aprendeu que, nas primeiras décadas do século XX, para contornar essa situação crítica o governo brasileiro interveio no mercado de café estocando e queimando o produto para que os preços não se aviltassem.

Essa crise que abalou a economia brasileira deixava claro que não era mais possível manter a economia dependendo das exportações de um único produto agrícola.

Ela

“trouxe à tona a consciência sobre a necessidade da industrialização como forma de superar os constrangimentos externos e o subdesenvolvimento”. (VASCONCELOS *et al.*, 1996, p. 176)

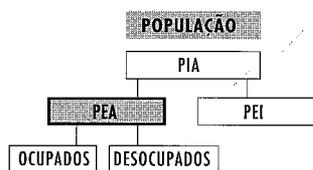
▲ Mas não foi fácil industrializar o país. Não foi fácil romper com o modelo primário exportador baseado no café. Para industrializar o país eram necessários capitais e decisão de aplicar esses capitais nessa nova empreitada (as pessoas que dispunham de algum capital só pensavam em aplicá-lo no café). Para que mudanças ocorressem, foi necessária uma revolução – a Revolução de 30. Ela permitiu, entre outros, a ascensão de novas classes econômicas ao poder em substituição aos

▲ Devido aos problemas externos associados à crise internacional, houve necessidade de produzir internamente o que antes era importado pelo país. O tipo de industrialização que nasce com esse objetivo é chamado de *industrialização por substituição de importações*. Esse tipo de industrialização é voltado para dentro do país, quer dizer, está preocupado em atender ao consumo interno. Esse modelo não privilegia a produção para exportação.

cafeicultores, o que possibilitou tornar o projeto de industrialização do país meta prioritária de um projeto nacional de desenvolvimento. Inicia-se, assim, um novo ciclo econômico fundamentado na industrialização por *substituição de importações*. É claro que antes disso já havia algumas indústrias no país, instaladas já a partir do século passado. Mas é efetivamente nos anos de 1930 que a indústria começa a “virar o jogo” em seu favor. Até 1940 o Brasil era ainda um país essencialmente agrícola, com aproximadamente 70% de seus habitantes vivendo na zona rural e com cerca de dois terços da sua *população economicamente ativa* (PEA) trabalhando no *setor primário da economia*.

De novo, vamos fazer um parêntese na nossa matéria para fazer uma rápida recordação do significado do conceito de PEA.

O esquema a seguir pode ajudar você a refrescar a sua memória:



Que mostra o esquema?

- Mostra em primeiro lugar que, dentro da população de um país, estado, município, etc., existe um conjunto menor de pessoas chamado de PIA (população em idade ativa). A PIA é constituída pelas pessoas na faixa de idade que, teoricamente, lhe garante condições físicas e psicológicas para o trabalho produtivo, que é a faixa de 10 a 65 anos. Estas são as pessoas potencialmente aptas para o trabalho.
O restante da população, isto é, os menores de 10 anos e os maiores de 65, não está retratado no esquema. É o grupo dos que estão fora da idade potencialmente ativa.
- Aponta a seguir que, dentro da PIA, incluem-se dois subgrupos: o primeiro é a PEA (população economicamente ativa), composta de pessoas que, efetivamente, têm interesse, predisposição, desejo, possibilidade ou necessidade de trabalhar. O outro subgrupo é representado pela PEI (população economicamente inativa), ou seja, por aquela parcela da população que não tem esse interesse, predisposição, desejo, possibilidade ou necessidade de trabalhar. São exemplos de pessoas que compõem a PEI: inválidos, donas de casa, estudantes, rentistas (pessoas que possuem algum rendimento que lhes permite não trabalhar).
- Finalmente, o esquema indica que a PEA, por sua vez, comporta dois conjuntos de pessoas:
 - a) as que têm uma ocupação, seja trabalho remunerado, seja trabalho em empresas familiares, seja trabalho autônomo. Na PEA, então, não estão só aqueles

trabalhadores que têm “carteira assinada”, mas todas as pessoas que desempenham alguma atividade profissional;

b) as que, por razões várias, são desocupadas, embora tenham interesse, predisposição, desejo, possibilidade ou necessidade de trabalhar. Esse é o grupo dos desempregados.

Portanto, PEA é o grupo de pessoas de 10 a 65 anos que trabalha ou que procura trabalho. Vale mencionar que esse é o conceito de PEA adotado por instituições importantes em termos de estudos sobre população e emprego no Brasil. Internacionalmente, o conceito de PEA inclui pessoas a partir dos 15 anos.

Se você quiser saber mais sobre esses conceitos sugerimos consultar SOUZA (1981).

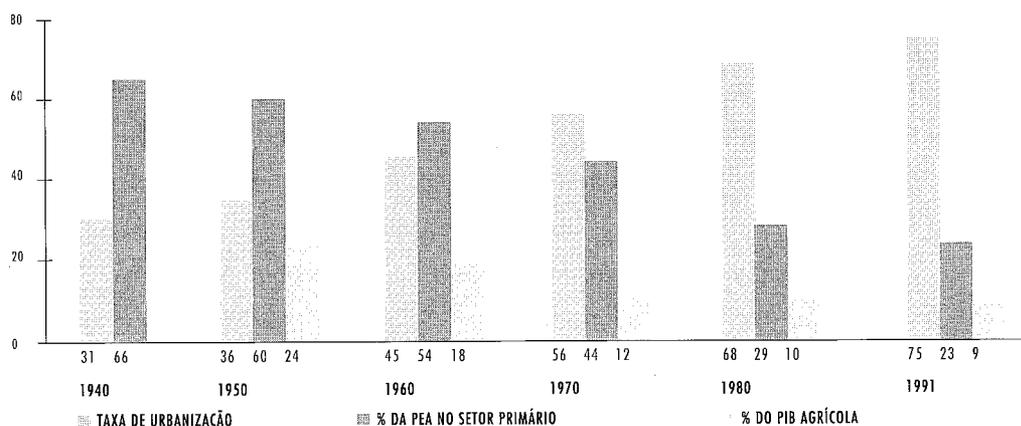
▲ A partir da década de 1940, esse quadro começou a mudar. A produção industrial aos poucos foi superando a agrícola. Paralelamente, a mão-de-obra iniciou um processo de deslocamento gradual dos campos para as cidades – para acompanhar o desenvolvimento da indústria e o crescimento das áreas urbanas – e o setor de serviços que serve de apoio à indústria e às atividades urbanas começou a se ampliar e diversificar. Com isso, o Brasil deslanchou seus processos de urbanização e de industrialização.

▲▲ Essas mudanças se expressam no aumento da taxa de urbanização, na queda sistemática da PEA vinculada ao setor primário e no declínio da participação agropecuária na produção nacional.

Você pode acompanhar pelo gráfico seguinte como essas mudanças aconteceram.

Taxa de urbanização, PEA do setor primário e PIB agrícola entre 1940 e 1991

Taxas em %



Fontes dos dados do gráfico: VASCONCELOS *et al.*, 1996, p. 15 – Dados sobre taxa do PIB agrícola não-disponíveis para 1940

△ O processo de urbanização é essa migração da população da zona rural para as áreas urbanas que, assim, começam a se desenvolver mais que as áreas rurais. A urbanização normalmente está associada ao processo de industrialização, que representa exatamente esse deslocamento do eixo da economia da agricultura para a indústria. Os habitantes da zona rural são atraídos pela área urbana em razão das oportunidades de emprego que se abrem nas indústrias nascentes e nos serviços de apoio à atividade industrial.

△△ Taxa de urbanização é a porcentagem de população vivendo na área urbana sobre o total da população do país.

Observando as barras que correspondem à taxa de urbanização ano a ano, fica claro que a proporção de pessoas que vivem na zona urbana cresce sempre: em 1940 apenas 31% da população brasileira se encontrava nessa zona. Cinquenta anos depois, em 1991, essa proporção já havia subido para nada menos que 75%. Ou seja, em 1991, três quartos da população brasileira viviam na zona urbana.

As barras que representam a PEA ligada ao setor primário mostram o contrário: com o passar dos anos, a proporção dos economicamente ativos da agricultura foi diminuindo. Em 1940 eles eram 66%; em 1990 não ultrapassavam 23%.

▲ Portanto, o gráfico comprova que, nesse período de cinquenta anos, que vai de 1940 a 1991, o Brasil se urbanizou. A maior parte da sua população migrou para a zona urbana e se engajou em atividades econômicas diferentes da agropecuária.

Essas mudanças são muito significativas do ponto de vista da análise da evolução da economia brasileira, pois indicam que o Brasil deslançou seu processo de industrialização.

“A industrialização é precisamente esse deslocamento do eixo dinâmico da economia em que a indústria assume um peso cada vez maior no aparelho produtivo a expensas das atividades primárias.” (BONELLI, 1996, p. 19)

Para o Brasil foi importante alcançar sua industrialização porque, conforme BONELLI, ela está estreitamente relacionada ao desenvolvimento das nações modernas. Dito de outra forma, as nações conseguiram se desenvolver graças à industrialização.

O processo de industrialização, e por tabela o de desenvolvimento, só alcançou sua plenitude em um número limitado de países, que representam o núcleo do que hoje se denomina “Primeiro Mundo”.

O Brasil está num grupo de países que iniciaram tardiamente sua industrialização ou que a interromperam em diversos momentos de sua história. Nesse grupo de retardatários, que se industrializaram após a Segunda Guerra Mundial, a experiência brasileira se destaca como uma das mais bem-sucedidas. Apesar disso, o processo de desenvolvimento industrial brasileiro não conseguiu ainda alcançar a maturidade tecnológica e gerencial de que desfrutaram diversas economias de industrialização recente. (BONELLI, 1996, p. 19-20)

Os anos de 1950: “cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo”



▲ Deu para você notar o impacto do desenvolvimento industrial no que se refere ao trabalho? Houve um deslocamento das oportunidades de trabalho da agricultura para a indústria e também para atividades que vão se desenvolver para apoiar a indústria. Houve o que se chama de uma urbanização do emprego.

O retrato do período

A década de 1950, particularmente sua segunda metade, foi uma época de grande progresso econômico e, sobretudo, de considerável crescimento industrial.

Os anos de 1956/61 representaram a opção clara e formal do governo de desenvolver a indústria nacional e de nela basear a economia do país.

O período também se caracterizou por promover a implantação das condições de base para que o Brasil pudesse em médio prazo implantar uma matriz industrial completa e atingir níveis elevados de desenvolvimento, tanto dentro do próprio segmento industrial como fora dele.

O país adotou nesse período um modelo de desenvolvimento expansionista, ou melhor, orientou a política para fazer a economia crescer.

Alguns indicadores de desempenho

Correspondendo a essa estratégia expansionista, as taxas de crescimento do PIB e da produção industrial mais do que dobraram nos anos de 1956/61. O PIB, que havia se expandido pouco menos que 3% em 1956, passou a crescer entre 8% e 11% nos anos seguintes. Já o produto da indústria saiu de um patamar de cerca de 5% em 1956/57 para alcançar nos anos seguintes níveis entre 11% e 17%.

Acompanhe esse salto da produção pós-1956 pelo gráfico seguinte.

ANOS	PIB	PRODUTO INDUSTRIAL
1956	2,9%	6,9%
1957	7,7%	5,7%
1958	10,8%	16,2%
1959	9,8%	11,9%
1960	9,4%	9,6%
1961	8,6%	10,6%

Fonte: Conjuntura Econômica.

Comparando os anos extremos de 1956 e 1961, você pode observar que a taxa de crescimento do PIB triplicou (passou 3% para 9%); a da produção industrial dobrou (foi de 7 para 11%).

▲A inflação, que anos mais tarde viria a abalar a vida nacional, manteve-se razoavelmente contida, oscilando entre 16% e 39%. O período se abre, em 1956, com uma taxa inflacionária de 21%, e se fecha, em 1961, com uma taxa de 33%.

Os principais fatos

A primeira metade dos anos de 1950 serviu para aprofundar e consolidar as tendências da década anterior. A economia brasileira continuava sendo liderada pelo

▲ Inflação significa aumento generalizado e contínuo no nível dos preços e perda de valor real da moeda.

setor industrial, principalmente pela indústria de transformação. A industrialização era impulsionada por alguns ramos tradicionais (tecidos, calçados, roupas e alimentos) e não contava com grande amparo de políticas definidas por parte do poder público.

Na segunda metade da década, entre 1956 e 1961, inaugura-se um novo período na economia nacional, pois o governo começou a montar uma *estratégia deliberada de industrialização*.

▲ Foram estabelecidas políticas destinadas a superar os pontos de estrangulamento ao desenvolvimento do país e a criar a infra-estrutura necessária à expansão industrial. Esses anos são considerados o auge do modelo industrial por substituição de importações. No quinquênio 1956/61, a indústria nacional desenvolveu-se expressivamente. Deu um verdadeiro salto, em termos de tecnologia, estrutura e capacidade.

Você lembra quem era o presidente do Brasil nessa época?

Essa época corresponde aos anos em que o Brasil esteve sob a presidência de Juscelino Kubitschek, que elaborou um programa de desenvolvimento acelerado para o país, denominado *Plano de Metas*.

Esse Plano tinha como *slogan* fazer “cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo”, e seu objetivo central era criar a infra-estrutura necessária para deslanchar no futuro a industrialização do país, bem como dotá-lo de uma estrutura industrial madura. No primeiro momento, sua meta era promover o desenvolvimento do setor de bens de consumo duráveis.

Consoante esse propósito, o plano dirigiu os investimentos para setores de base, sobretudo siderurgia, petróleo, energia elétrica e rodovias.

▲▲ No segmento das indústrias produtoras de bens de consumo duráveis, incentivou a implantação da indústria automobilística e a de eletrodomésticos; nas indústrias de bens de capital, privilegiou principalmente caminhões, tratores, navios, máquinas e equipamentos; e nas indústrias de bens intermediários deu prioridade aos ramos da celulose e papel, borracha e produtos químicos.

De acordo com o proposto no plano, as indústrias de bens de capital e de consumo duráveis cresceram bastante e, juntamente com os ramos produtores de bens intermediários, passaram a “puxar” o processo de desenvolvimento industrial.

Em compensação, os ramos industriais tradicionais, isto é, os produtores de bens de consumo não-duráveis perderam peso em favor dos demais e também a condição de base da estrutura industrial.

Onde o país foi buscar recursos para implantar essas indústrias que exigem grandes capitais?

▲ Essa opção clara pelo desenvolvimento do país pela via da industrialização surgiu sob a influência do pensamento econômico dominante na época, gerado na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Segundo a “doutrina” da CEPAL, a solução dos problemas da América Latina – crescimento lento das exportações de produtos primários, taxas altas de crescimento demográfico e início de fluxos migratórios das zonas rurais para as urbanas – estava na industrialização, via substituição de importações.

▲▲ A indústria automobilística foi, sem dúvida, uma das pedras de toque do plano, de um lado, porque havia uma demanda reprimida por automóveis e, de outro, porque esse segmento tem a propriedade de induzir o crescimento de outros ramos industriais (por exemplo, o setor de autopeças).

A implantação desses ramos foi feita, em parte, com investimentos de capital estrangeiro, em parte com recursos públicos.

A entrada de indústrias estrangeiras no país teve um resultado positivo reconhecido: elas trouxeram para o país técnicas de produção e padrões de organização capitalistas mais avançados. Assim, essas indústrias já nasceram com traços de grande indústria. (LEITE, 1985, p. 17-18)

Com isso, a indústria brasileira deu um verdadeiro salto. O lançamento de novos produtos – normalmente para substituir importados – foi acompanhado de mudanças de processo de produção, via importação de tecnologia. Isso permitiu que o elenco de produtos brasileiros se diversificasse bastante, principalmente nos setores de bens de capital, consumo duráveis e insumos básicos.

O financiamento do plano por parte do poder público constituiu um dos seus principais problemas. Sem recursos compatíveis com as metas propostas, o governo partiu para emitir moeda, o que provocou uma aceleração inflacionária.

O desempenho da indústria

A indústria teve desempenho positivo na década, tendo sua produção triplicado entre 1950/61.

Como resultado das proposições do Plano de Metas, os segmentos industriais que mais exigem capital, como o de bens de consumo duráveis, aumentaram sua participação na produção (é o caso de ramos como material de transporte, mecânica e material elétrico).

O grupo de bens de consumo leve, já implantado em décadas anteriores, começou a ceder lugar ao segmento dos bens de consumo duráveis.

O comportamento das taxas de crescimento dos principais ramos desses grupos no período 1955/62 ilustra bem essa mudança no direcionamento da produção industrial:

MATERIAL DE TRANSPORTE	711%
MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES	417%
ALIMENTOS	54%
TÊXTIL	34%
BEBIDAS	15%

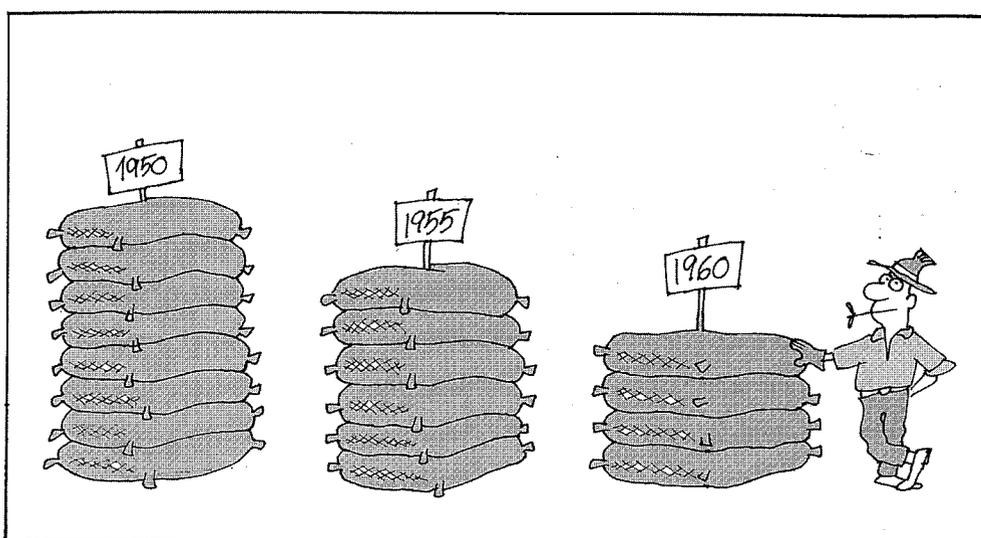
Enquanto as indústrias tradicionais – no caso representadas por alimentos, têxtil e bebidas – cresceram entre 15% e 54%, o segmento de bens de consumo duráveis – que no caso inclui material de transporte e material elétrico e de comunicações – registrou taxas de crescimento entre 417% e 711%.

O emprego

Esse período foi favorável ao emprego, visto que a PEA total, entre 1950 e 1960, cresceu 25%, passando de 17 milhões para 22,7 milhões de trabalhadores.

Comparativamente, a PEA industrial teve desempenho melhor, crescendo nada menos que 58% e chegando a pouco mais de 2,4 milhões de trabalhadores. A PEA rural só cresceu 5% e a ligada ao setor terciário 26%.

Os anos de 1960: crise do processo de substituição de importações



O retrato do período

A década de 1960 é identificada pela queda das taxas de crescimento, em particular da indústria, que chegou mesmo a decrescer em alguns dos anos do período. Caracterizou-se também por um aumento progressivo das taxas de inflação.

Do ponto de vista do acompanhamento do comportamento da economia, a década de 1960 pode ser dividida em três momentos:

- os anos anteriores a 1962, que se integram ao ciclo econômico da década anterior, quando a economia experimentou considerável expansão. Normalmente esse período é tratado em conjunto com a década de 1950;
- o período 1962/67, que representa a década de 1960 para efeito de análise econômica. Foram anos de retração econômica, com a produção industrial tendo chegado mesmo a apresentar taxas negativas. Esse período corresponde à primeira grande crise econômica do Brasil em sua fase industrial;

- os anos posteriores a 1967, que se integram ao ciclo do “milagre brasileiro”, que se estendeu até 1973. Esta foi uma fase de grande e acelerado crescimento econômico. O PIB e a produção industrial cresceram muito acima do padrão histórico. Esses anos, geralmente, são tratados em conjunto com a década de 1970, para efeito de análise de desempenho da economia.

Podem-se identificar também no período estudado as raízes do processo de endividamento externo do país, que iria ganhar contornos dramáticos posteriormente, no final da década de 1980 e início da de 1990.

Além disso, os anos de 1960 foram abalados por sérias crises políticas que desaguarão na intervenção militar de 1964 e que tiveram repercussão negativa sobre a economia nacional.

▲ O grande impasse do período estava no fato de que o país precisava ainda desenvolver o setor de bens de capital e ampliar o setor de bens intermediários para completar o processo de substituição de importações, mas não contava com recursos suficientes para concretizar esse objetivo; tampouco contava com o fator que estimula o desenvolvimento desses grupos, a saber, a demanda por bens de consumo duráveis. O poder público se encontrava em déficit devido aos gastos realizados com o Plano de Metas; o setor privado, dado o elevado volume de investimentos implicados nessa tarefa, não tinha “cacife” para financiá-la.

Alguns indicadores de desempenho

Entre 1962/67, as taxas de crescimento do PIB e da produção industrial caíram, comparativamente ao ciclo econômico anterior. Ambos cresceram anualmente, em média, pouco mais que 3,5%. O ano de 1965 foi o pior tanto para a indústria, que decresceu 4,7%, como para o PIB total, que praticamente ficou estagnado (só cresceu 0,6%).

Vamos comparar essas taxas com as do período anterior para melhor avaliar o retrocesso no ritmo de crescimento da atividade econômica?

PERÍODOS	PIB	INDÚSTRIA
1956-1961	8,3%	11,3%
1962-1967	3,7%	3,6%

Fonte: LEITE, 1985, p. 18.

▲ As indústrias produtoras de bens de capital e de bens intermediários são chamadas indústrias de *demanda derivada*, isto é, a demanda por seus produtos depende da demanda pelos produtos finais na economia. Em virtude da concentração de renda da economia e da ausência de mecanismos de financiamento ao consumidor, a demanda por bens de consumo duráveis era muito limitada, restringindo os estímulos deste setor para o resto da economia.

Você pode verificar que realmente as taxas de crescimento dos anos de 1962/67 estão bem abaixo das verificadas no ciclo anterior. Em 1962/67, a taxa de crescimento do PIB reduziu-se mais ou menos à metade; a relativa à produção industrial reduziu-se a um terço.

Para complicar, a inflação, que nos anos 1956/61 estava entre um mínimo de 15% e um máximo de 39%, também recrudescceu, pulando para 83% e 84% em 1963 e 1964, respectivamente.

Os principais fatos

Os três primeiros anos da década – 1960/62 – não apresentaram desempenho totalmente insatisfatório. O crescimento industrial vinha em ritmo acelerado desde o Governo JK e, até 1961, ainda foi possível manter a inflação sob certo controle. Mas essa situação começou a mudar com o quadro de grande turbulência política que varreu o país em 1961 e com a forte aceleração da inflação observada em 1962 (chegou a 45%).

Você se lembra do que aconteceu em 1961 que pesou para deteriorar esse quadro?

Provavelmente você deve se lembrar da renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961, o que desencadeou uma série de acontecimentos que culminariam mais tarde com a ruptura institucional de março de 1964.

A aceleração da inflação e a crescente instabilidade política fizeram com que as questões do crescimento e desenvolvimento industrial fossem relegadas a segundo plano. Resultado: já em 1963 o crescimento do PIB total e da produção industrial foi praticamente nulo. Para complicar, a inflação explodiu para mais de 80%.

A intervenção militar de 1964 surge nesse quadro de dificuldades.

O governo militar, apesar de representar uma ruptura institucional e política, não abandonou o modelo de desenvolvimento que vinha sendo seguido. Continuou a valer-se da associação com empresas de capital estrangeiro e a buscar padrões de consumo e de tecnologias semelhantes aos do Primeiro Mundo.

Apesar da sua posição liberal e privatista, o regime militar aumentou o grau de intervenção do Estado na economia e criou diversos organismos e empresas estatais. Além disso, usou seu poder para apoiar atividades e setores econômicos considerados prioritários (via isenção de impostos e de indexação, da concessão de subsídios fiscais ou creditícios, etc.).

▲ Outra característica importante desse período foi a opção de orientar o processo de desenvolvimento industrial mais “para fora”, o que levou ao estabelecimento de uma política de promoção e diversificação das exportações, que teve profundas conseqüências para todo o futuro da economia brasileira.

O primeiro governo militar assumiu como prioridades acelerar o ritmo de desenvolvimento (preservando, portanto, o modelo expansionista de desenvolvimento) e combater a inflação. Vencer a inflação era considerado pré-condição para a retomada do desenvolvimento, e medidas duras foram tomadas para contê-la.

▲▲ A nova política implementada pela equipe econômica, entretanto, não conseguiu reverter o desaquecimento da economia, de modo que em 1967 o quadro era de

▲ Essa opção foi importante, pois o modelo de industrialização por substituição de importações até então vigente orientava o desenvolvimento industrial “para dentro”, isto é, para atender ao consumo interno.

▲▲ A indústria cresceu cerca de 3,6% por ano entre 1962/67, taxa que cortou uma longa trajetória de crescimento que vinha desde o início da Segunda Guerra Mundial. O pico da crise foi 1965, com a atividade industrial caindo quase 5%.

estagnação, com a produção industrial crescendo apenas 2% no ano. Foi só com a troca de governo em 1967 e com mudanças de orientação nas políticas que a produção industrial voltou a crescer em ritmo acelerado, aproveitando-se do fraco desempenho da economia internacional.

▲ Os resultados do combate à inflação também demoraram a surgir. Na verdade, só no começo de 1967, com a mudança de governo e da estratégia antiinflacionária, foram obtidos resultados mais duradouros.

Com sua capacidade de financiamento abalada, o governo brasileiro aproveitou-se de uma reativação do mercado internacional de financiamentos para obter empréstimos no exterior. Aliás, a partir daí, a política econômica adotou a estratégia de complementar a poupança doméstica com a poupança externa para financiar o crescimento. Assim, o país conseguiu manter por alguns anos taxas de crescimento elevadas, o que não teria conseguido fazer se contasse exclusivamente com a poupança doméstica.

O reverso da medalha é que isso deu início ao processo de endividamento externo, que se tornaria dramático mais para a frente, no final da década de 1980 e início da de 1990.

O desempenho da indústria

A indústria não sofreu igualmente o impacto da desaceleração econômica dos anos de 1962/67.

Os mais atingidos foram os grupos de bens de capital e de bens de consumo não-duráveis; os de melhor desempenho foram os produtores de bens intermediários e de bens de consumo duráveis.

VEJA AS MÉDIAS DE CRESCIMENTO DESSES GRUPOS	
BENS INTERMEDIÁRIOS	6% AO ANO
BENS DE CONSUMO DURÁVEIS	4% AO ANO
BENS DE CONSUMO NÃO-DURÁVEIS	,0% AO ANO
BENS DE CAPITAL	-3% AO ANO

As indústrias de bens intermediários e de bens de consumo expandiram-se durante o período entre 6% e 4% ao ano, respectivamente. As produtoras de bens de consumo não-duráveis apresentaram crescimento nulo e as de bens de capital registraram *decrécimo* de 3%.

O emprego

Apesar dos altos e baixos, a década foi extremamente positiva do ponto de vista do emprego. Entre 1960 e 1970 a PEA cresceu 30% (de 22,7 milhões para 29,5 milhões), abrindo aproximadamente 6,8 milhões de novos postos de trabalho.

▲ Em 1964, por exemplo, a inflação foi da ordem de 85%; no ano seguinte recuou para 31%; em 1966 subiu novamente um pouco, indo a 34%; em 1967 voltou a cair para 21%.

Mesmo a indústria, que em alguns momentos sofreu retrocesso, teve desempenho satisfatório, criando 2,4 milhões de novos postos de trabalho entre 1960 e 1970. A PEA industrial aumentou nada menos que 80% e chegou a 1970 com 5,4 milhões de empregos. No mesmo período, a PEA rural cresceu apenas 6% e a PEA ligada ao setor terciário 49%.

Fica claro aqui que a urbanização do emprego se intensificou, visto que a PEA urbana se expandiu 68%, abrindo mais de seis milhões de novos postos de trabalho.

Os anos de 1970: do “milagre econômico” à desaceleração



O retrato do período

A década de 1970, para efeito da análise do comportamento da economia brasileira, constituiu um prolongamento dos anos de 1968 e 1969. Entre essas datas e o fim dos anos de 1970, o Brasil experimentou um crescimento que não teve paralelo em nenhum outro momento de sua história. Seus indicadores de desempenho econômico elevaram-se bem acima dos níveis históricos.

Do ponto de vista do desempenho econômico, esses 11 anos, que vão de 1968 a 1979, comportaram duas fases bastante distintas:

- os anos de 1968 a 1973 foram de grande expansão da atividade econômica, resultante do desempenho positivo do setor industrial e de níveis de inflação e de endividamento externo não muito altos. Essa fase ficou conhecida como os anos do “milagre brasileiro”;
- o período seguinte, de 1974 a 1978, contrariamente, registrou taxas de crescimento menores, recrudescimento da inflação e dificuldades crescentes com o endividamento externo. O país continuou crescendo (embora em ritmo menor),

mesmo contra a tendência mundial de retração registrada a partir da primeira crise do petróleo de 1973/74. A manutenção do crescimento no Brasil foi obra da vontade política do governo militar, que perseguia o objetivo do *Brasil Potência*.

Mas, paralelamente ao crescimento inédito, a década ficou marcada – sobretudo sua segunda metade – pela intensificação do processo inflacionário e pelo aumento do déficit e do endividamento externo do país. Na verdade, nos anos de 1970, a prática de recorrer ao endividamento externo para financiar o crescimento, que já vinha sendo adotada na década de 1960, foi amplamente intensificada.

Alguns indicadores de desempenho

Na época do “milagre”, o PIB teve desempenho surpreendente, isto é, cresceu em média 11% por ano, chegando ao fantástico patamar de 14% em 1973. O aumento anual do PIB industrial oscilou entre 12% e 17%, alcançando a média anual de 13%, resultado extraordinário mesmo em termos internacionais. A taxa inflacionária ficou razoavelmente contida, variando entre 15% e 25%.

Você certamente deve estar-se perguntando: mas essas taxas de crescimento no “milagre” são realmente elevadas?

Você pode avaliar o significado dessas taxas observando em que patamar elas estavam antes e depois do “milagre”.

PERÍODOS	PIB	INDÚSTRIA
ANTES DO “MILAGRE” (1962-1967)	3,7%	3,6%
DURANTE O “MILAGRE” (1968-1974)	10,9%	12,9%
APÓS O “MILAGRE” (1975-1978)	6,4%	7,3%

Fonte: LEITE, 1985, p. 18; BONELLI, 1996, p. 126.

Fica claro que as taxas de crescimento *durante* são sempre superiores às observadas *antes e depois* dos anos do “milagre”.

Já no período que sucedeu ao milagre, que vai de 1974 a 1978/79, o ritmo de crescimento arrefeceu: o PIB se expandiu 6% ao ano em média e a indústria não foi além de 7% em média por ano.

As taxas inflacionárias aumentaram progressivamente, de tal forma que, em 1979, já estavam em 77%.

Os principais fatos

A notável expansão econômica da época do “milagre brasileiro” decorreu em boa parte das reformas feitas nos anos anteriores e das condições internacionais – favoráveis.

Um dos fatores explicativos do “milagre” está nos anos de 1963/67.

Você seria capaz de identificar o que aconteceu nos anos de 1963/67 e que constitui base para o “milagre”?

▲ Como você deve lembrar, 1963/67 foram anos de recessão e, por isso, havia capacidade ociosa nas empresas, principalmente nas indústrias. A partir de 1968, aproveitando essa capacidade, foi possível aumentar rapidamente a produção sem precisar contar com grande volume de recursos para ampliar as empresas. Paralelamente, foram adotadas medidas para garantir demanda interna e externa para os produtos produzidos.

Além disso, a economia mundial estava crescendo e isso ajudou as exportações brasileiras, contribuindo para o aumento da produção e para a superação das taxas históricas de crescimento.

▲▲ Em 1973 aconteceu o primeiro choque do petróleo (com seus preços quadruplicando) e com ele vieram as ameaças ao equilíbrio da balança comercial. Até a eclosão da crise, o petróleo e seus derivados pesavam relativamente pouco no total das importações brasileiras, mas com o aumento de preços, o custo de sua importação começou a pesar. O Brasil conseguiu manter sua capacidade de importação recorrendo a empréstimos internacionais.

Por outro lado, o país já vinha buscando empréstimos no exterior para viabilizar as altas taxas de crescimento ao longo do “milagre”.

Vale lembrar que, nessa fase, o endividamento externo foi uma opção para alavancar o crescimento, pois não havia recursos internos para financiar a expansão do crescimento no ritmo que vinha ocorrendo.

Nesse quadro, em 1974, o “milagre” acabou. Já no ano seguinte a inflação tinha mais do que duplicado e as taxas de crescimento do PIB e da produção industrial tinham caído bastante. Daí até 1978, o ritmo de crescimento da economia brasileira diminuiu em comparação com períodos anteriores.

▲▲▲ O estopim da crise do “milagre” foi o choque do petróleo. A partir daí a situação do balanço de pagamentos evoluiu de forma negativa e o endividamento externo, que no período 1968/73 tinha sido uma opção para financiar o crescimento, acabou se tornando uma estratégia para adiar os custos do ajuste e para manter o crescimento do consumo e do investimento. Como resultado, a dívida externa cresceu muito.

Apesar da conjuntura desfavorável, o governo que assumiu em 1974 prosseguiu com a estratégia de “continuar a crescer” e, em termos de industrialização, dirigiu a prioridade para o desenvolvimento das indústrias produtoras de bens de capital e de insumos básicos (deslocando o foco do setor de bens de consumo duráveis).

▲ Vamos ver algumas dessas medidas que levaram ao aumento da produção:

- do ponto de vista do mercado interno, por exemplo, procurou-se a) ampliar as facilidades de crédito para compra de bens de consumo duráveis, exatamente o subsector industrial que liderou o crescimento; b) facilitar financiamentos para a construção e compra de imóveis residenciais; c) redistribuir a renda em favor das classes média e média alta, que, com poder aquisitivo maior, estimularam o crescimento industrial;
- do ponto de vista do mercado externo foi criado um sistema de incentivos para promover a exportação de manufaturados: isenções, subsídios e créditos fiscais.

▲▲ O *Balanço de Pagamentos* de um país é um resumo contábil das transações econômicas que este país faz com o resto do mundo, durante um certo período de tempo. O Balanço de Pagamentos é integrado, entre outros, pela *Balança Comercial*, que inclui basicamente as importações e as exportações de mercadorias. Se as exportações forem maiores que as importações, a balança comercial é superavitária; se ocorrer o contrário, será deficitária. (VASCONCELOS *et al.*, 1996, p. 146-150)

▲▲▲ A dívida externa bruta em dólares do país, no final de 1967, era de US\$ 3,3 bilhões; no final de 1973, já havia subido para US\$ 12,6 bilhões; e no fim de 1978 atingia US\$ 43,5 bilhões.

A tentativa de promover aumento dos investimentos sem uma redução no consumo real levou a um aumento da dívida externa.

▲ Com esse projeto de desenvolvimento, o país foi surpreendido pelo segundo choque do petróleo, que elevou os preços 2,5 vezes entre 1978/80.

Por essa mesma época, a economia foi ainda duramente golpeada pelo aumento dramático das taxas de juros internacionais (que praticamente dobraram) e pela recessão mundial de 1980/82.

Complicando ainda mais esse quadro, para garantir a implementação do projeto expansionista que vinha tocando desde 1974, o Estado acabou se transformando num Estado-empresário, assumindo papel de agente central das mudanças, através das empresas estatais. As empresas estatais foram forçadas a buscar no exterior os recursos necessários ao financiamento do plano. Com isso, iniciou-se o processo de estatização da dívida externa.

Em suma, o poder central assumiu um passivo para executar seu plano, mantendo o crescimento econômico e o funcionamento da economia. A deterioração da capacidade de financiamento do Estado daí advinda viria a constituir o grande problema a ser enfrentado posteriormente pela economia brasileira.

O desempenho da indústria

Na época do “milagre”, o desenvolvimento da economia foi “puxado” pelas indústrias, que cresceram 13% ao ano em média, em especial pela indústria de transformação.

Dentro desta, manteve-se a tendência de maior crescimento dos segmentos mais intensivos em capital. A liderança coube ao segmento que produz bens de consumo duráveis, seguindo-se em importância o setor de bens de capital. O setor de bens intermediários teve desempenho próximo ao do setor industrial como um todo. O pior desempenho ficou com o setor de bens de consumo leves.

Veja as médias de crescimento desses grupos:

BENS DE CONSUMO DURÁVEIS	24% AO ANO
BENS DE CAPITAL	18% AO ANO
BENS INTERMEDIÁRIOS	14% AO ANO

▲ Para bem aquilatar o impacto dessa elevação de preços, basta lembrar que o Brasil ainda importava 80% do óleo consumido e que essas importações representavam cerca de um terço de todas as importações. O custo das importações, é claro, explodiu.

Estes dois últimos grupos começaram a se destacar nesse período e tornaram-se os principais sustentáculos do processo de industrialização por substituição de importações.

No “pós-milagre”, as taxas de crescimento da indústria caíram quase à metade: foram a cerca de 7% ao ano em média.

Dentro da indústria, comparativamente aos anos do “milagre”, o setor produtor de bens de consumo não-duráveis foi o que apresentou o melhor desempenho, pois conseguiu manter taxa de crescimento semelhante à da tendência histórica. Aliás, a produção industrial só não caiu mais graças ao desempenho desse segmento.

As indústrias produtoras de bens de capital e as de bens de consumo duráveis foram as que mais sofreram com a redução da taxa de crescimento: apresentaram taxas equivalentes a um quarto ou a um terço das taxas do período anterior.

O segmento de bens intermediários, embora apresentando taxa de crescimento inferior à do período anterior, cresceu acima da indústria como um todo, provavelmente refletindo o aumento da produção para consumo doméstico.

Veja as médias de crescimento desses grupos:

BENS INTERMEDIÁRIOS	8% AO ANO
BENS DE CAPITAL	6% AO ANO
BENS DE CONSUMO DURÁVEIS	6% AO ANO
BENS DE CONSUMO NÃO-DURÁVEIS	5% AO ANO

Apesar disso, comparando as taxas de crescimento observadas nos anos do “milagre” e nos anos de retração da economia, nota-se que os investimentos estatais e privados privilegiaram o setor de bens intermediários: este, que tinha sido o grupo de menor crescimento no “milagre”, passou ao de maior crescimento no “pós-milagre”. Essa canalização de recursos respondeu a uma estratégia deliberada de completar o processo de substituição de importações.

Ao finalizar a década, a dinâmica industrial brasileira havia completado a seqüência de fases do chamado processo de substituição de importações:

- primeiro consolidou-se o setor de bens de consumo leves, processo concluído até 1950;
- a seguir passou-se à consolidação do setor de bens de consumo duráveis, processo que se iniciou no governo do presidente Kubitschek e que se completou nos anos do “milagre”;
- finalmente, consolidaram-se os segmentos produtores de bens de capital e bens intermediários. Esses grupos se desenvolveram de forma incipiente ao longo de toda essa fase, mas receberam tratamento especial na fase “pós-milagre”, quando finalmente sua implantação foi concluída no país.

Ao chegar ao fim da década, a matriz industrial brasileira estava completa. Hoje o país produz praticamente todos os tipos de bens.

O emprego

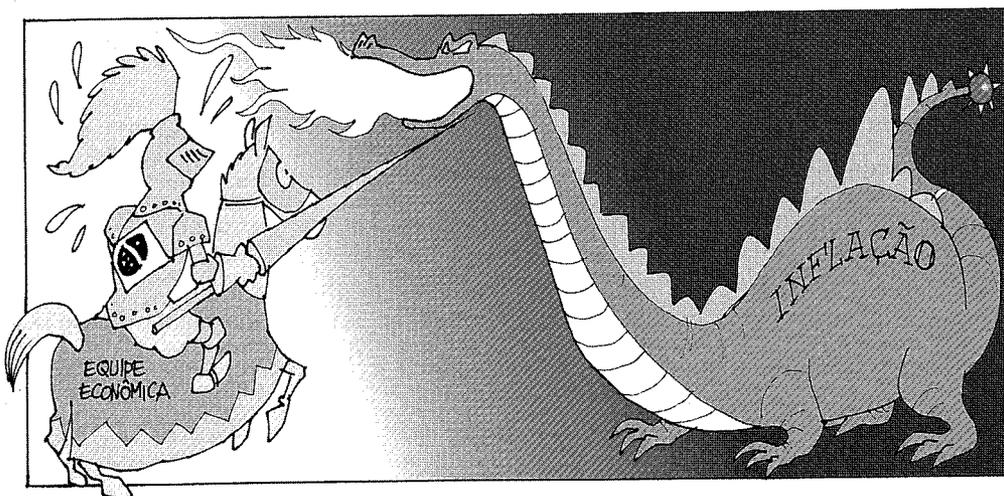
A primeira metade da década foi de considerável crescimento econômico; a segunda teve crescimento pequeno. Apesar do desempenho econômico modesto do final do período, o mercado de trabalho na década como um todo teve comportamento extremamente positivo.

De 1970 a 1980 a PEA total pulou de 29,5 milhões para 42,9 milhões, crescendo cerca de 45% e abrindo cerca de 13,3 milhões de novos postos de trabalho.

Essa expansão foi em grande parte sustentada pela ampliação da PEA do setor secundário, que quase duplicou (cresceu 97%), passando de aproximadamente 5,4 milhões para 10,7 milhões, com isso criando quase 5,3 milhões de novas vagas. Enquanto isso, a PEA ligada ao terciário cresceu bem menos (45%) e a agrícola não cresceu.

Com isso, nessa década consolidou-se o processo de urbanização do emprego, com a PEA urbana crescendo 81% e a PEA rural praticamente se mantendo estável. Assim, ao chegar 1980, nada menos que 70% da PEA brasileira estava em atividades urbanas, melhor dizendo, ligava-se aos setores secundário e terciário da economia.

Anos de 1980: a “década perdida”



O retrato do período

O “milagre” terminou por volta de 1974. Apesar disso, até 1980, a economia ainda cresceu a níveis próximos dos históricos e a indústria continuou impulsionando esse crescimento. Contudo, em 1980, a economia começou a acusar o agravamento de desequilíbrios internos e externos.

▲ A década foi dominada por três grandes problemas: a) a questão da dívida externa; b) o aumento da inflação e a ameaça de hiperinflação; c) a estagnação e a recessão industrial. Em razão do medíocre ou nulo crescimento registrado, esse período ficou conhecido como a “década perdida”. Essa denominação traduz bem o que foi o desempenho do setor industrial: este, que até então havia “puxado” o crescimento do país, ficou a reboque de outras prioridades, de sorte que, ao se iniciar a década de 1990, estava reduzido à dimensão que tinha 10 anos antes (em 1980). Além disso, a indústria ficou fortemente dependente da demanda externa. O Brasil enfrentou nos anos de 1980 a sua pior recessão. Os efeitos desta foram particularmente desastrosos porque foi principalmente uma recessão urbana e industrial.

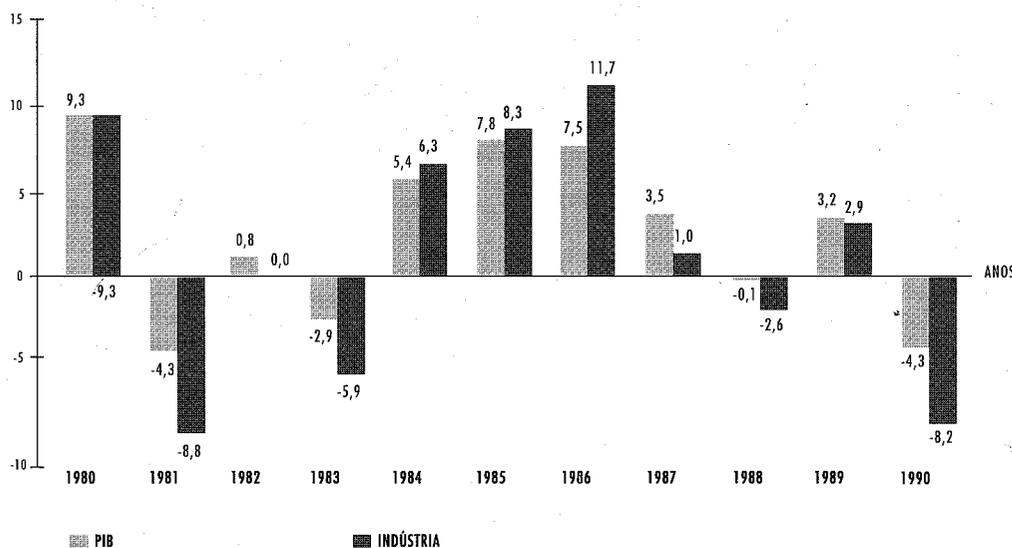
Alguns indicadores de desempenho

Partindo de 1980 como referência, o desempenho econômico da década foi de grandes oscilações.

- no triênio 1980/83, tanto o PIB como a produção industrial decresceram, atingindo nesse momento seu pior desempenho da década. Dito de outra forma, chegou-se em 1983 produzindo menos do que se produzia em 1980
- de 1984 a 1987 houve uma reversão dessa tendência decrescente, com a produção voltando a crescer
- de 1989 até 1990, os índices voltaram a cair, chegando ao nível mais baixo em 1990, quando ocorreu queda de 4% no PIB e de 8% na produção industrial

Acompanhe a seguir a evolução desses índices ano a ano para melhor apreender essas tendências.

Crescimento do PIB e da indústria. Taxas em %



Fonte dos dados do gráfico: Conjuntura Econômica.

Então, de 1980 até 1983 houve retração do PIB e da produção industrial. O período seguinte, que se encerra em 1987, aponta para o crescimento tanto do PIB como da

▲ Você deve lembrar das medidas duras e drásticas tomadas nesse período. Essa é a época dos “choques” na economia, dos planos econômicos que procuravam estabilizar a inflação. Tivemos o Plano Cruzado, o Plano Verão e o Plano Bresser, todos eles perseguindo o mesmo objetivo – infelizmente não alcançado, ou só alcançado temporariamente –, o de acabar com o “dragão da inflação”.

É a época de “ida ao FMI” e de sujeição ao seu receituário.

O FMI (Fundo Monetário Internacional) como você deve lembrar, é uma instituição que administra o sistema monetário internacional. Entre seus objetivos está o de socorrer com empréstimos os países membros quando eles enfrentam desequilíbrios transitórios em seus balanços de pagamento. (Ver, sobre o FMI, VASCONCELOS *et al.*, 1996)

produção industrial. A partir daí até 1990 alternam-se períodos de ligeiro crescimento e de decréscimo da produção industrial e do PIB.

A inflação nessa década fugiu inteiramente de controle. No começo do período estava no patamar de 110%. Em 1985 já havia mais do que duplicado, chegando a 235%. Daí para a frente ela subiu progressivamente, até atingir a espantosa cifra de 1.476% em 1990 (mas este não foi ainda o pior índice inflacionário registrado no país: em 1993 a taxa alcançaria a marca de 2.708%).

Os principais fatos

▲ Várias foram as razões para a depressão econômica dos anos de 1980/83. Uma delas foi o endividamento externo.

Outra foi o desequilíbrio da balança comercial. Já a partir do fim da década anterior essa balança começou a apresentar déficits porque as importações e as contas da dívida cresceram proporcionalmente mais que as exportações.

Apesar desse quadro, o país, no geral, ainda mantinha sua política de crescer.

Nesse quadro de dificuldades, o Brasil, em 1982, foi obrigado a recorrer ao FMI para renegociar suas dívidas com os bancos comerciais, e teve de aceitar o receituário deste, que incluía, entre outras, a reorientação da sua política econômica.

Assim, a política econômica foi reorientada para:

- adotar um projeto contencionista e recessivo (isto é, não crescer, ou crescer muito pouco);
- subordinar-se ao setor externo.

Essa política foi pouco efetiva na solução dos problemas relativos ao balanço comercial, à dívida externa e à inflação; para piorar, produziu uma forte recessão industrial que influenciou o desempenho do restante da década e que derrubou, por tabela, também o PIB.

O balanço do triênio que se seguiu ao reordenamento da política econômica, no geral, foi negativo, tendo o país amargado aquela que foi considerada na época a pior recessão que o país já tinha sofrido:

“... o brasileiro, em média, perdeu 11% de sua renda [...], a indústria retrocedeu 12%, o centro industrial do país despediu um quarto de sua força de trabalho e os preços se multiplicaram por 12.

Estima-se que, em dezembro de 1983, nas seis áreas metropolitanas do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife), cerca de 16% da PEA (de 12,3 milhões) se

▲ Como você deve estar lembrado, do final dos anos de 1970 ao início dos anos de 1980, o endividamento externo foi usado como estratégia de desenvolvimento, como forma de obter no exterior recursos para financiar o desenvolvimento.

encontrava desempregada ou subempregada (ganhando menos de um salário mínimo, fazendo 'bicos' e atividade afins)." (LEITE, 1985, p. 23)

O acentuado declínio da indústria foi acompanhado pelo do comércio e por um modesto crescimento agrícola.

O setor que se saiu bem da crise foi o financeiro, que teve uma notável expansão, graças à especulação financeira propiciada e às altas taxas de inflação.

Ao final da primeira metade da década um fato político muito importante ocorreu no Brasil e na sua esteira são redefinidas as políticas econômicas.

Você lembra que fato político foi esse que ocorreu em 1984?

Pois é. Em 1984 terminou o regime militar e “nasceu” a Nova República. O primeiro governo da Nova República elegeu o combate inflacionário como meta principal. Esse combate foi tentado de várias formas. Vários planos econômicos foram concebidos com esse fim, muitos deles prometendo derrubar a inflação “de um golpe”. Contudo, até o fim da década nenhum deles conseguiu resultados duradouros nesse campo.

Esse período foi marcado por grandes oscilações nas taxas de inflação e de crescimento econômico e por completa deterioração das contas públicas.

O primeiro desses planos foi o *Plano Cruzado*, que teve grande sucesso no seu início, derrubando em prazo curto a taxa de inflação, o que lhe rendeu forte apoio popular. Por essa razão, o congelamento de preços, que era sua parte mais frágil, acabou se tornando seu elemento fundamental. Mas o Plano não conseguiu evitar aquilo que geralmente acompanha a baixa da inflação, que é a explosão do consumo. O crescimento do consumo rapidamente fez a inflação retomar seu ritmo ascendente.

▲ As mudanças tímidas para corrigir o rumo do plano não produziram os resultados esperados e, como as reservas estavam muito baixas em razão dos saldos negativos na balança comercial, em 1987, o Brasil declarou moratória de sua dívida externa em relação aos bancos privados internacionais e entrou em processo de renegociação da sua dívida externa. Nesse momento a inflação tinha reiniciado sua ascensão, chegando a 20% ao mês. A partir daí, o último triênio da década (1987/90) foi de luta para reprimir a hiperinflação. A partir de então tem-se o desaquecimento da economia com queda da demanda e profunda desestruturação das condições de oferta devido à longa permanência do congelamento.

▲▲ Nessa situação de descontrole surge novo plano, o *Plano Bresser*, em meados de 1987. Este plano teve eficácia reduzida e logo nos primeiros meses após sua aplicação a inflação já disparava.

▲ O *Plano Cruzado* visava a baixar instantaneamente a inflação a um patamar próximo de zero. Propunha um programa de estabilização com desindexação. O plano também pretendia causar um choque *neuro*, isto é, que não alterasse a distribuição de rendas.

▲▲ Mais modesto que o anterior, o *Plano Bresser* não tinha a pretensão de obter uma taxa inflacionária nula nem desindexar a economia. O plano reeditava o congelamento de preços.

▲ Com resultados insatisfatórios, houve mudança no Ministério da Fazenda e assumiu nova equipe econômica no início de 1988. Durante um ano, esta equipe recusou a idéia de aplicar outro choque de estabilização.

Adotando uma política tradicional, o governo conseguiu manter a inflação sob um certo controle no primeiro semestre do ano. Mas a partir daí ela recrudescceu.

▲▲ Com a inflação em ascensão, as autoridades econômicas se renderam aos fatos e mudaram o rumo da política propondo um novo plano antiinflacionário. Em 1989 foi lançado o *Plano Verão*.

O plano já nasceu sem muita credibilidade, em boa parte em virtude do fracasso dos dois planos anteriores, e, assim, teve curta duração. O governo não realizou nenhum ajuste fiscal e, portanto, o déficit público se manteve elevado e crescente. Além disso, desequilíbrios de preços acarretaram escassez de alguns produtos e pressões para reajustes de preços. Com isso a escalada da inflação foi inevitável. Ao longo do ano a inflação acumulada chegou a nada menos que 1.764%.

▲▲▲ Em termos gerais, no biênio 1988/89, o Brasil viveu sob a ameaça constante de hiperinflação e a economia oscilava. A taxa de crescimento do PIB foi nula em 1988 e, surpreendentemente, subiu a 3,3% em 1989. Já em 1990 seria fortemente negativa (-4%), refletindo a política de estabilização e seus efeitos em termos de uma nova recessão industrial.

O desempenho da indústria

A indústria, em função das crises, apresentou durante essa década profundas oscilações nas taxas de crescimento do produto.

Mas as empresas industriais não viveram apenas maus momentos: elas passaram também por modificações muito positivas. A crise levou-as a buscar novos mercados consumidores, e para isso tiveram que desencadear um intenso processo de modernização, de aumento de produtividade e de competitividade que levou a um aumento nas exportações de manufaturados.

Essa “virada” foi extremamente importante, pois as empresas estavam acostumadas ao protecionismo típico do processo de industrialização baseado na substituição de importações e deixavam para segundo plano as preocupações com as questões de eficiência. A crise então teve um efeito positivo, pois levou vários setores e indústrias específicas a um processo de reestruturação produtiva.

O emprego

Apesar da crise e das oscilações nas taxas de crescimento, não houve uma retração do emprego no período analisado. Entre 1980 e 1991 a PEA aumentou 35%, passando de 42,2 milhões para 56,9 milhões de trabalhadores.

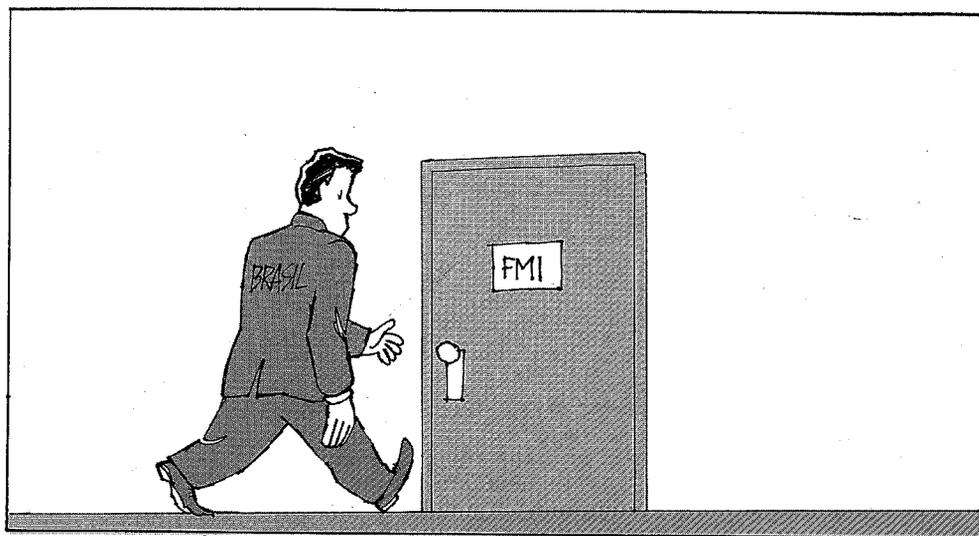
▲ Foi a época em que a equipe econômica tentou a chamada política do “feijão com arroz”, isto é, evitou “mágicas” para estabilizar a inflação e reduzir o déficit operacional.

▲▲ O *Plano Verão* era um plano antiinflacionário que, como o *Plano Cruzado*, propunha congelamento (incluindo congelamento de preços, salários, câmbio e aluguéis) e desindexação da economia.

▲▲▲ A década de 1980, então, se encerra dominada pela estagnação e pela alta inflação e com real perigo de hiperinflação.

O aumento da PEA industrial ficou um pouco abaixo, não ultrapassando 25%. Esse desempenho ficou bem aquém do observado nas duas décadas anteriores, quando o número de trabalhadores ligados à indústria quase duplicou em cada uma delas. Portanto, a crise econômica cobrou seu preço dos trabalhadores industriais. Em 1991, a PEA industrial totalizava cerca de 13,5 milhões de trabalhadores.

Anos 1990: abertura e reestruturação



O retrato do período

O início da década foi caracterizado por desempenho econômico insatisfatório, descontrole do processo inflacionário e reduzida capacidade de crescer. Esses problemas foram legados dos anos de 1980 e inviabilizaram a retomada do crescimento econômico brasileiro.

O quadro econômico foi agravado pela instabilidade político-institucional que culminou com o *impeachment* do presidente Collor.

Fato importante desse período foi a “abertura econômica” ou a liberalização comercial ocorrida em 1990. A “abertura” representou uma superação do viés antiexportação que prevalecia na política comercial brasileira.

A segunda metade da década teve como marca o *Plano Real*, cujo principal objetivo era o controle do processo inflacionário. Caracterizou-se pela queda da inflação e taxas modestas de crescimento do produto.

Alguns indicadores de desempenho

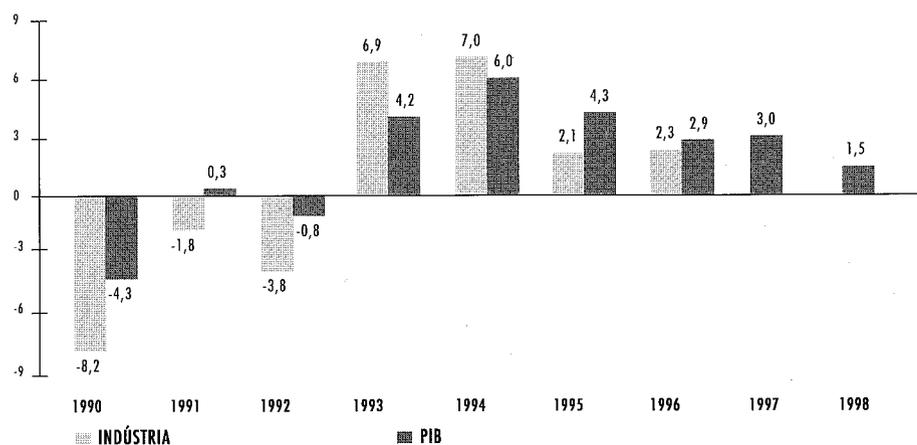
Os indicadores econômicos da época são eloqüentes, mostrando que nos anos de 1990/92 o PIB e a indústria, por duas vezes, apresentaram crescimento

negativo. Mostraram também que a partir daí começou a esboçar-se um movimento de recuperação. Mas, nesse período, não se reproduziu o desempenho dos anos de ouro em que o crescimento econômico batia na casa dos 10% ou 11% ao ano.

Essa recessão atingiu particularmente a indústria, que por três anos amargou uma crise que teve efeitos perversos sobre o emprego e a produção.

Observe alguns dados de desempenho do período:

Crescimento do PIB e da indústria. Taxas em %



Fonte dos dados do gráfico: 1990/96 – Conjuntura Econômica; 1997 – POCHMANN (Folha de S. Paulo, 1998a); 1998 – AMADEU (Folha de S. Paulo, 1998). Dados sobre a taxa da indústria não-disponíveis para 1997 e 1998.

O gráfico mostra a intensidade da recessão do início da década, com a taxa do PIB chegando a cair até 4%. Mostra também o grau de desaquecimento da indústria, que teve crescimento negativo nos três anos iniciais do período, chegando a reduzir sua produção quase 8% em 1990.

A partir de 1993 o PIB registrou relativa recuperação, mas a cada ano suas taxas de crescimento tenderam a ser menores. De um crescimento de 6% em 1994, chegou a 1997 com crescimento de 3%, e as previsões para 1998 são de expansão de 1,5% ou 2%. Entre 1993/94 a indústria se recuperou um pouco dos maus resultados dos anos anteriores, tendo estabilizado sua taxa de crescimento em torno de 2% nos últimos dois anos, para os quais há dados disponíveis (1995 e 1996).

A inflação no início da década esteve praticamente fora de controle. Já saindo de um patamar elevado de 1.476% em 1990, chegou à espantosa cifra de 2.708% em 1993. Entre esses dois anos extremos ela esteve em constante alta, exceção feita ao ano de 1991, quando caiu um pouco para chegar à casa dos 480%.

Depois de 1994 as taxas de inflação reduziram-se significativamente. Após um ano do Plano Real ela desceu do patamar dos 40%-50% ao mês para o de 30% ao ano. A partir daí a tendência observada foi de redução ainda maior, a ponto de haver estimativas de que ela se situe na casa dos 7% ou 8% em 1998.

Os principais fatos

▲ O governo Collor, que assumiu o país em 1990 num contexto de desempenho econômico insatisfatório e de descontrole do processo inflacionário, tinha como preocupação básica o combate à inflação. O *Plano Collor* lançado logo no início do governo visava a esse objetivo e para tanto se propunha romper com a indexação da economia.

O impacto imediato das medidas do *Plano Collor* foi

“uma grande desestruturação do sistema produtivo com corte nas encomendas, semiparalisa na produção, demissões, férias coletivas, redução nas jornadas de trabalho, redução nos salários, deflação, atraso nos pagamentos de dívidas, expansão no volume e no prazo dos créditos comerciais, desenvolvimento de meios de pagamento alternativos. Enfim [...] desestruturação em termos de condições de emprego e de produção.” (VASCONCELOS et al., 1996, p. 228)

Com o insucesso, o plano foi sucessivamente substituído por mais dois, que retomavam a idéia de combater a inflação na forma tradicional e gradual e recolocavam uma preocupação maior com a dívida externa e com a reaproximação com o mercado financeiro internacional.

Ao encerrar-se o governo Collor com o seu *impeachment*, em 1992, o PIB e a produção industrial estavam em retrocesso: o PIB decrescendo 1% e a produção industrial quase 4%.

▲▲ Com o afastamento do presidente Collor, começou a ser concebido o *Plano Real*, o último plano de estabilização, implantado em 1994.

Este plano contou com condições mais vantajosas de implantação que seus antecedentes, o que lhe permitiu chegar mais perto da solução dos desequilíbrios econômicos.

▲▲▲ Em primeiro lugar, o processo de abertura econômica teve forte impacto sobre a lógica de formação de preços, tanto no que diz respeito à capacidade dos empresários de repassarem os aumentos de custos para os preços quanto dos sindicatos em suas pretensões salariais. Isso contribuiu consideravelmente para que o “dragão da inflação” fosse domado.

Em segundo lugar, a renegociação da dívida externa e as transformações no sistema financeiro internacional permitiram que o país fosse beneficiário de um considerável fluxo voluntário de recursos externos. Isso contribuiu para melhorar o saldo do

▲ As principais medidas desse plano foram:

- redução da liquidez da economia (menos dinheiro na praça) para conter o consumo;
- promoção do ajuste fiscal, com suspensão de subsídios, incentivos fiscais e isenções, ampliação da base tributária;
- congelamento dos preços e desindexação dos salários;
- mudança na política comercial, dando início ao processo de “abertura comercial”.

Para apoiar o ajuste fiscal foi proposto, entre outros, o programa de privatização.

▲▲ O Plano Real dividiu o ataque à inflação em três partes:

- tratamento do ajuste fiscal, isto é, busca do equilíbrio financeiro da União (criação de novos impostos e diminuição nas transferências de recursos do governo federal);
- eliminação da inércia inflacionária com a criação da URV (Unidade Real de Valor);
- transformação da URV em Real.

▲▲▲ A possibilidade de importações forçou a acomodação dos preços internos aos internacionais.

governo, cuja capacidade de financiamento se achava consideravelmente comprometida.

Importa registrar que o afluxo de recursos externos é, de um lado, um dos sustentáculos do plano e, de outro, uma das suas ameaças. O problema é que parte do capital que ingressou no país é de curto prazo – chamado capital especulativo – e pode a qualquer instante refluir. Os recentes problemas havidos no mercado asiático, que derrubaram as bolsas no mundo inteiro, são prova disso. Para evitar a saída desses recursos o governo elevou fortemente os juros, e isso reduziu a atividade econômica. O desaquecimento da economia veio logo acompanhado por um dos seus efeitos mais perversos, o desemprego. O desemprego hoje é o fantasma nacional, como recentes pesquisas o revelam.

O Plano Real por quatro anos vem mantendo a inflação sob controle. Contudo, algumas questões vêm, constantemente, pipocando como ameaças ao seu sucesso.

Uma delas é a expansão da demanda, cuja tendência é crescer sempre que a taxa inflacionária cai ou se estabiliza. A demanda cresceu porque vários fatores levaram a uma recuperação da renda pessoal: maiores gastos do governo com salários do setor público por conta da questão da isonomia, reajuste de aposentados e pensionistas, pagamento de reposições de salários por conta de inflação passada, reajuste de salário mínimo e a política salarial mais flexível que as empresas vinham praticando.

Outra é o aumento das importações, que, embora contribuindo para a manutenção dos preços sob controle, criou desequilíbrio na balança comercial. As importações também têm impacto negativo sobre o mercado de trabalho: se o país compra no exterior, não produz internamente; se não produz internamente, as empresas nacionais fecham ou não crescem; se as empresas não produzem ou produzem pouco, reduzem seus quadros de empregados.

Diante desse cenário, identificam-se alguns desafios para o restante da década de 1990:

- “• recuperar uma trajetória de crescimento próxima à da tendência histórica, pré-condição importante para se tratar dos demais problemas, principalmente o relacionado ao progresso social*
- promover uma reforma do setor público que o torne capaz de exercer seu papel novamente e, dentro de uma nova concepção estratégica, seu papel de agente promotor do desenvolvimento*
- promover a distribuição de renda como forma de atingir padrões minimamente aceitáveis de justiça social no curto prazo.” (BONELLI, 1996, p. 153)*

O desempenho da indústria

Acompanhando o mau desempenho da economia como um todo, a indústria também enfrentou um período de recessão entre os anos de 1990 e 1993, quando teve sua produção e emprego fortemente reduzidos. Em 1990 sua produção caiu quase 9%.

▲ Essa recessão industrial, ao lado dos seus efeitos perversos sobre o emprego e a produção, teve também resultados positivos em termos de ganhos de produtividade e competitividade. Num ambiente pouco favorável de liberalização comercial e na presença das novas forças competitivas, as empresas “foram à luta” e buscaram reestruturar-se para enfrentar a nova realidade.

Dessa forma, já em 1993 surgem indícios de reversão da tendência descendente, com a indústria voltando a crescer. A locomotiva do crescimento industrial foram os bens de consumo duráveis, notadamente os ramos automobilístico e eletrônico.

O emprego

A década de 1990 foi muito má em termos de emprego, sobretudo de emprego industrial. A recessão e a reestruturação produtiva que tiveram lugar nesse período estão entre as principais razões da queda no nível de emprego registrada.

Considerando exclusivamente os empregos formais, a indústria de transformação “queimou” aproximadamente novecentos mil postos entre 1989 e 1993, ou cerca de 15% do total (passou de 6,1 milhões para 5,2 milhões de empregados).

Após a implantação do Plano Real, entre 1994 e 1997, portanto depois que a recessão já havia sido superada, foram suprimidos mais de 133,7 mil de postos de trabalho, com o número de trabalhadores baixando de cinco milhões para 4,8 milhões (redução de 4% mais ou menos).

Em resumo, entre 1990 e 1997 foram eliminados 1,3 milhão de empregos industriais. Esse desempenho negativo revela que a indústria foi especialmente afetada pelos processos de reestruturação produtiva, pois o emprego formal total cresceu no período pós-Real. Passou de 23,7 milhões de empregos em 1994 para 24,8 milhões em 1997, o que representa um acréscimo de cerca de 5%.

O descompasso observado entre o crescimento da atividade econômica e do emprego industrial, a partir de 1994, quando o pior da crise já havia sido superado, sinaliza para mudanças permanentes no padrão de absorção da mão-de-obra e na organização do mercado de trabalho.

Estamos encerrando aqui o tópico sobre a evolução econômica e industrial brasileira com base em um corte temporal.

▲ As empresas puseram em prática planos de contenção de despesas e de racionalização dos métodos produtivos e organizacionais, em busca da elevação da produtividade, da melhoria da qualidade e da diminuição de gastos financeiros e da necessidade de capital de giro. “Enxugaram” suas estruturas, partindo para desverticalizar hierarquias e terceirizar atividades.

Sintetizando

Para ajudá-lo a reter os conhecimentos e informações repassados, vamos fazer uma rápida recordação da matéria aprendida.

- Nos anos de 1930/40 a indústria “virou o jogo” e começou a crescer mais do que a agricultura, substituindo-a como “motor” da economia brasileira. O processo de industrialização veio acompanhado do processo de urbanização, e a PEA urbana começou a se formar.
- A década de 1950 foi de grande desenvolvimento industrial. O país fez a opção formal de desenvolver o país pela via da industrialização por substituição de importações. Plantaram-se as bases para o futuro desenvolvimento industrial do país. A estrutura industrial começou a se diversificar e os ramos industriais de bens intermediários, de bens de consumo duráveis e de capital começaram a se implantar. O projeto de desenvolvimento foi parcialmente financiado com emissão de moeda.
- Nos anos de 1960 as taxas de crescimento do PIB e da produção industrial diminuíram. A inflação começou a se manifestar. No fim do período iniciou-se o “milagre brasileiro”, fase de crescimento acelerado da economia e, sobretudo, da indústria. O país começou a se endividar no exterior.
- Na década de 1970, passou-se do “milagre” à desaceleração do crescimento. Os choques do petróleo comprometeram a balança comercial. A inflação subiu. A dívida externa reduziu as reservas brasileiras.
- Nos anos de 1980 o país enfrentou séria crise, registrando-se recessão econômica. O PIB e a produção industrial decresceram. A hiperinflação começou a ameaçar o país. A dívida externa subiu. O Brasil recorreu ao FMI.
- A marca dos anos de 1990 foi a abertura comercial e os processos de reestruturação das empresas. O Plano Real conseguiu conter a inflação. A balança comercial começou a apresentar desequilíbrio por excesso de importações. A produção cresceu, mas houve intensa “queima” de postos de trabalho industriais, indicando que no mercado de trabalho do futuro a indústria terá menor capacidade de geração de emprego e que o emprego informal e o desemprego estrutural deverão crescer em caráter permanente.

AUTO-AVALIAÇÃO

1 • Que grandes transformações marcaram o processo de desenvolvimento econômico brasileiro, no século XX?

2 • O que é PIB?

3 • Em que período da nossa história se deu o processo de urbanização e o que ele significou?

4 • Uma vez urbanizado o país, como se comportou o emprego industrial nos vários períodos da nossa história?

CHAVE DE RESPOSTA

1. • Duas grandes transformações ocorreram nesse período:
 - a) A indústria superou a agricultura e passou a comandar o desenvolvimento econômico. Isto é, a base da economia do Brasil se deslocou da agricultura para a indústria.
 - b) A estrutura industrial brasileira se completou. Isto é, a indústria brasileira, que era representada praticamente pelas indústrias de consumo não-duráveis passou a contar também com os grupos de indústrias produtoras de bens intermediários e de indústrias de bens de consumo duráveis e de capital. Além disso, esses dois novos grupos de indústrias se desenvolveram muito, de modo que sua participação na produção ultrapassou a participação das indústrias de bens de consumo não-duráveis. A estrutura industrial brasileira começa a se diversificar no sentido do perfil vigente nos países mais avançados industrialmente.
 2. • PIB significa Produto Interno Bruto. É uma medida de tudo o que se produz dentro de um país. O PIB soma os valores correspondentes ao que produziram os setores primário, secundário e terciário da economia.
 3. • A urbanização brasileira se inicia na década de 1940. Urbanização é o processo de migração das populações que habitam a zona rural e que vivem essencialmente da agricultura em direção às cidades. A urbanização está ligada à industrialização: os habitantes da zona rural são atraídos pelas zonas urbanas em vista das oportunidades de empregos abertas pelas indústrias que começam a se instalar nessas zonas e pelos serviços de apoio que se desenvolvem ligadas a elas.
 4. • O emprego industrial, com maior ou menor intensidade, cresceu em todos os períodos da história analisados, com exceção dos anos de 1990:
 - nos anos de 1950 cresceu 58%
 - nos anos de 1960 o crescimento foi de 80%
 - nos anos de 1970 cresceu quase 100%
 - nos anos de 1980 a expansão foi de cerca de 25%
 - considerando apenas os postos de trabalho formais, entre 1990/93, a indústria eliminou em torno de 15% de empregos; entre 1994/97 a queima foi de quase 5%.
- O auge do crescimento foram os anos de 1970. A partir de 1980, começa um processo de declínio do emprego industrial.

3 • O TRABALHO MUDA NO TEMPO

“Assistimos, hoje, a uma dupla transformação do trabalho [...]. De um lado, atividades requerendo [do trabalhador] autonomia, iniciativa, responsabilidade, comunicação [...]; por outro lado, [...] precarização dos laços empregatícios, [...] aumento do desemprego de longa duração, [...] aumento das formas de emprego precário, com a flexibilização no uso da mão-de-obra.”

NESTA UNIDADE 3, você vai nos acompanhar numa rápida viagem no tempo, percorrendo os caminhos pelos quais o **trabalho** vem se modificando no decorrer dos anos. Esta viagem terá três grandes “paradas”:

- Na primeira delas, você vai fazer uma breve volta ao passado.
- Na segunda, você vai fazer uma visita um pouco mais longa ao presente, pois no momento atual transformações muito profundas e de resultados ainda não completamente conhecidos estão acontecendo no trabalho. Você vai ter oportunidade de ver que novas características o trabalho está ganhando nessa etapa, que é ainda uma fase de transição.
- Na terceira parada você vai embarcar para o futuro. Para isso você está sendo convidado a valer-se da sua capacidade de prever o que ainda está por acontecer para tentar imaginar como será o trabalho no século XXI. Com a ajuda dessa sua capacidade, você vai tentar responder a uma questão que está desafiando os estudiosos e que tem impacto na vida das futuras gerações:

Para que mundo do trabalho devo preparar meus filhos?

Essas três paradas corresponderão a três subunidades assim denominadas:

Estação passado

Estação presente

Estação futuro

Vamos começar, então, a primeira parte da viagem.

ESTAÇÃO PASSADO

Nessa estação vamos ver como o trabalho evoluiu e se transformou a partir do trabalho artesanal até o momento em que a produção era organizada segundo o modelo taylorista/fordista.

Calma, no devido tempo você vai saber o que é esse tal de modelo taylorista/fordista. Por enquanto basta saber que ele será o fim desta parte da viagem.

Entre esses dois extremos, vamos passar pelo trabalho na *manufatura*, na *maquinofatura*, no sistema *taylorista* e enfim no *fordista*.

▲ Nesse acompanhamento da evolução do trabalho, vamos ficar muito atentos a dois fatores que têm sido dois de seus grandes transformadores no decorrer dos tempos: as *tecnologias de organização* e as *tecnologias produtivas* ou *de base física*.

▲ **Tecnologias de organização** são técnicas usadas na gestão, no gerenciamento do processo de produção. **Tecnologias produtivas** referem-se a máquinas e equipamentos usados na produção e que permitem alcançar os objetivos de maximizar a produção e os lucros no interior das empresas.

O trabalho artesanal



▲ A forma mais primitiva e antiga de organizar o processo de produção de um produto remonta ao sistema de *trabalho artesanal*. Esse sistema se baseava na figura do *artesão*, que dominava todos os conhecimentos e técnicas indispensáveis à execução integral de um determinado produto. Nesse sistema não havia divisão técnica do trabalho. O artesão trabalhava isoladamente e, para realizar sua atividade, utilizava ferramentas rudimentares, que eram de sua propriedade.

Portanto, a fabricação de um produto era feita por um trabalhador artesão que realizava todas as tarefas necessárias à sua confecção. Esse conjunto de tarefas constituía uma unidade que não podia ser dividida e redistribuída por vários trabalhadores. Todo esse conjunto era de responsabilidade de um único trabalhador.

▲▲ O trabalhador artesão decidia como ia realizar o produto do seu trabalho (planejava-o), determinava o tempo necessário à sua realização, resolvia todas as dificuldades que eventualmente ocorressem durante o processo de produção. O bem final produzido por esse processo era resultado do trabalho individual.

▲ O artesão trabalhava para si próprio: não se subordinava a ninguém, ele era o proprietário do produto que confeccionava.

▲▲ É por isso que se diz que nesse sistema a produção se estruturava sobre **ofícios unitários**, isto é, ofícios que não podiam ser fragmentados. O trabalhador tinha domínio completo do seu ofício. O trabalhador era "senhor do seu trabalho". Nesse sentido, o trabalho do artesão era, sem sombra de dúvida, um trabalho altamente qualificado.

A manufatura

Na evolução histórica, o sistema de trabalho artesanal é sucedido por outro sistema em que a produção é obtida reunindo-se vários trabalhadores num mesmo local, todos eles fazendo a mesma coisa, trabalhando para o proprietário desse local e dos meios de produção que ainda eram rudimentares.

Essa mudança sinaliza para o aparecimento da *manufatura*. E para o aparecimento do "patrão". E para o aparecimento da classe trabalhadora.

A canalização do trabalho para a usina não foi percebida, é claro, como um progresso pelo artesão. Ao contrário, o regime de trabalho assalariado que surgia nesse momento representava para o artesão, que tinha orgulho da sua arte e que era proprietário das ferramentas do ofício, uma perda, uma queda para a dependência de um patrão e de uma remuneração que lhe era dada pelo proprietário do negócio. Significava cair numa relação de dominação/subordinação contra a qual durante muito tempo a classe trabalhadora lutou e se insurgiu.

“... só se tombava no assalariado quando não se era mais ninguém, quando só se dispunha da força dos braços para vender.” (RICUPERO, 1998)

Comparando essa etapa com a anterior, observa-se que desapareceu o trabalho isolado do artesão, surgindo o *trabalho coletivo*. Além disso, o trabalhador deixa de ser o proprietário do local e dos meios de produção.

Esse “trabalho coletivo” está baseado numa cooperação simples entre os trabalhadores, havendo homogeneidade de operações e conteúdo indiferenciado do trabalho.

Embora reunidos num mesmo local, nessa forma de trabalho coletivo cada trabalhador artesão produzia a mercadoria por inteiro, realizando todas as operações e tarefas necessárias à sua execução. Continuava a trabalhar da forma profissional antiga.

Com o tempo, o empregador foi percebendo que os artigos poderiam ser fabricados mais rapidamente se o trabalho fosse redistribuído entre os trabalhadores que trabalhavam para ele, reunidos no mesmo local.

Então ele promoveu a reorganização do processo produtivo, redistribuindo o trabalho.

Como você acha que o proprietário vai fazer a redistribuição do trabalho?

A redistribuição vai ser assim: o trabalhador não vai mais executar todas as operações necessárias à fabricação do produto, dentro de uma seqüência determinada por ele mesmo. As operações são separadas umas das outras, cada uma delas é confiada a um trabalhador diferente e todas são executadas ao mesmo tempo pelo conjunto de trabalhadores.

O bem deixa de ser produto individual de um trabalhador independente, transformando-se num trabalho coletivo. Cada trabalhador contribui para a consecução desse trabalho, realizando sempre a mesma operação em todas as peças executadas.

Nesse momento está originada a *divisão do trabalho*.

Paralelamente, começa a esboçar-se um primeiro movimento de separação entre funções de *execução* e de *planejamento/direção* da produção. A *execução* permanecia

como responsabilidade dos trabalhadores. O *planejamento/direção* – que na verdade era mais controle da produção – passava a ser atribuição do proprietário das unidades de produção ou, então, era delegado a categorias especiais de trabalhadores.

Em relação ao período anterior, não se processam mudanças substanciais nos métodos produtivos, isto é, não ocorre alteração na base técnica da produção.

A mão do homem continua como a principal “ferramenta” do trabalho.

O aparecimento da *divisão do trabalho* é um marco na evolução do trabalho, como veremos a seguir. Mas antes de prosseguirmos vale uma pergunta:

Você arriscaria dizer o que constituiu a base para a divisão do trabalho que acabamos de descrever?

Dois processos básicos estiveram na base dessa divisão do trabalho:

- *parcelamento* do trabalho. Isto é, o ofício unitário foi decomposto nas suas tarefas, operações e segmentos componentes. Isso acarretou o que se chama de fragmentação do trabalho.
- *especialização* do trabalhador. Isto é, à medida que cada trabalhador vai repetidamente executar apenas uma operação do trabalho total, ele se torna, naturalmente, um executor altamente competente dessa função.

Esse trabalhador que executa uma única função

“é apropriado e acaba vinculado por toda sua vida a uma função específica [...] a manufatura cria uma classe de trabalhadores desprovidos de qualquer destreza especial que seriam impiedosamente excluídos pelo artesanato.” (MARX, 1927 apud GORZ, 1973, p. 26) (tradução nossa)

Com o parcelamento do trabalho e com a especialização do trabalhador surge um novo sistema em que cada trabalhador vai ser “fixado” a um desses segmentos constituintes do trabalho. As tarefas, operações ou componentes nos quais o ofício unitário foi desagregado são atribuídos a trabalhadores diferentes e passam a ser realizados simultaneamente. Cada trabalhador vai executar apenas uma parte das tarefas e operações necessárias à produção de um determinado produto.

Esse parcelamento ou fragmentação dos ofícios tem conseqüências evidentes. O trabalhador deixa de ter domínio sobre o seu trabalho. Ele vai deixar de deter todos os conhecimentos e técnicas necessárias para produzir um determinado bem. Vai passar a conhecer e a saber executar apenas aquela parte do ofício que lhe é atribuída no processo de produção. Instala-se dentro das unidades de produção uma cooperação entre os trabalhadores baseada na divisão do trabalho. É necessário que cada um realize sua parte do trabalho para que o produto final seja produzido.

▲Essas mudanças no sistema de trabalho são acompanhadas de outra novidade muito importante no processo de produção. Nesse momento, começam a entrar na fábrica *máquinas* rudimentares, movidas ainda por forças naturais (água, vento, por exemplo), por força animal ou pelo homem.

O homem – ou outra força motriz – impulsionava a máquina para com ela realizar as operações que antes fazia manualmente.

Ao lado disso, o movimento de dissociação entre tarefas de execução e de concepção do trabalho que já havia se esboçado na fase anterior vai se aprofundar.

Portanto, o trabalhador não só vai deixar de executar um ofício completo, como também vão se distinguindo com maior nitidez dentro da unidade produtiva grupos de trabalhadores que desempenham, de um lado, funções de produção de um bem e, de outro, grupos de pessoas que se responsabilizam por pensar, planejar, conceber os produtos e as formas de produzi-los. Aprofundam-se as separações entre funções de *pensar* e de *executar*.

Embora o sistema de produção tenha passado por todas essas transformações, ele não sofreu alterações na configuração da sua *base técnica*. Continuava a escorar-se basicamente no trabalho diretamente realizado pelo homem. Observou-se apenas uma decomposição do processo de trabalho artesanal, continuando, entretanto, os mesmos meios de trabalho e métodos produtivos.

A maquinofatura

▲▲Esse sistema vai evoluir nos anos subseqüentes para a fase da “*maquinofatura*”. Essa etapa se caracteriza pela introdução e difusão do uso de máquinas no processo produtivo.

A entrada da máquina no processo produtivo representa uma efetiva *revolução de base técnica* na produção, tendo em vista as etapas precedentes.

Por que a entrada da máquina representou uma revolução de base técnica na produção?

▲▲▲Porque a máquina trouxe para a produção o “princípio mecânico” e porque ela passou a *substituir* o trabalhador. Portanto, a introdução da máquina teve impacto considerável no nível de emprego.

Além do mais, com a introdução da máquina, criou-se uma diferenciação entre os trabalhadores. Vão aparecer duas grandes categorias de trabalhadores:

- operadores de máquinas;
- trabalhadores mais qualificados, estes últimos representados por operários de manutenção, técnicos e engenheiros, que passam a deter o conhecimento técnico

▲ Mas o desempenho desses vários tipos de força motriz era bastante precário. A desvantagem da água, por exemplo, era que seu volume não podia ser regulado à vontade e não havia como remediar sua escassez; igualmente, não podia ser deslocada do local onde se encontrava. O vento era inconstante demais e incontrolável. Os animais – o cavalo era muito usado – tinham o inconveniente de ser pouco disciplinados. Mesmo a força humana era uma força inadequada para produzir um movimento uniforme e perfeito.

▲▲ A máquina a vapor foi inventada por Thomas Newcomen em 1712 e foi aperfeiçoada por James Watt em 1775. Com a máquina a vapor de Watt surgiu um motor que produzia sua própria força motriz, consumindo para isso carvão e água, com potência que podia ser controlada. Um motor que podia ser transferido de lugar e que podia ser instalado independentemente da localização da fonte da força motriz (como acontecia, por exemplo, com o vento).

▲▲▲ São conhecidas as lutas dos trabalhadores contra as máquinas que lhes roubavam o emprego. Isso já havia sido registrado na época em que apareceram as máquinas mais rudimentares, mas voltou com mais força quando apareceu a máquina a vapor de Watt, dado seu impacto mais forte e imediato sobre a oferta de trabalho. Data dessa época (fim do século XVIII e início do século XIX) uma revolta que culminou com uma enorme destruição de máquinas nos distritos manufatureiros ingleses. Os tecelões ingleses reagiram principalmente contra a utilização do tear a vapor e partiram para a destruição das novas máquinas com o intuito de preservar seus empregos. O movimento foi liderado pelo “Capitão Ludd”, daí ter ficado conhecido como ludismo. O movimento foi fortemente reprimido.

relativo à produção. Incluem-se nessa categoria também os trabalhadores de supervisão: a subordinação do trabalhador ao ritmo uniforme da máquina exige deste disciplina e para garanti-la surge a categoria dos supervisores.

Com essa diferenciação, torna-se mais profunda a separação já existente entre trabalho de execução e de planejamento.

Com a entrada da máquina, a mão-de-obra dentro da fábrica passa a ser distribuída em função da disposição das diferentes máquinas especializadas. Dessa maneira, o trabalhador que, até então, executava *um tipo de operação* se torna o operador de *um tipo particular de máquina*.

“A especialização de manejar uma ferramenta parcial uma vida inteira se transforma na especialização de servir sempre a uma máquina parcial [...] Na manufatura e no artesanato o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, ele serve à máquina. No primeiro caso, é ele quem faz o instrumental de trabalho se mover; no segundo caso, ele apenas acompanha o movimento do instrumental.” (MARX, 1927 apud GORZ, 1973, p. 32) (tradução nossa)

Em resumo, na *maquinofatura*, a máquina aperfeiçoada entra nas fábricas e passa a substituir o trabalhador. Os trabalhadores, na maioria, se tornam operadores de uma máquina e cristaliza-se uma segmentação do trabalho entre trabalho manual e trabalho mais qualificado.

Para a grande maioria dos trabalhadores o que resta para ser desempenhado é trabalho desqualificado.

O taylorismo

No desenvolvimento histórico, depois da introdução da máquina na indústria, a transformação mais relevante na organização do processo de trabalho vai resultar do aparecimento da doutrina taylorista, que surge no início do século XX, nos Estados Unidos.

▲ O *taylorismo* ou a doutrina *taylorista* é assim chamada como referência ao seu mentor, Frederick Winslow Taylor.

O taylorismo integra o movimento de racionalização do trabalho chamado de *administração científica*, surgido entre o fim do século passado e início deste nos países industrializados.

Você sabe qual é a grande contribuição do taylorismo? Você sabe que grande transformação ele propunha?

▲ Conforme OLIVEIRA *et al.* (1998), Taylor, filho de imigrantes, nasceu na Filadélfia em 1856. Antes de dedicar-se à engenharia de produção, trabalhou como aprendiz em uma fábrica de bombas e dali saiu como modelador mecânico.

Empregou-se como trabalhador braçal na metalúrgica Midvale Steel Company. Anos mais tarde, formou-se em engenharia, depois de ter trabalhado como chefe de equipe, contramestre, chefe de manutenção e chefe da seção de desenho, vindo depois a ser engenheiro-chefe das oficinas. Com o sucesso do método de trabalho que criou, abandonou essa empresa, passando a atuar – e consagrando-se – como engenheiro-consultor, aplicando seus métodos de organização do trabalho.

Suas principais idéias, desenvolvidas após 12 anos de pesquisa, estão reunidas no trabalho intitulado “*Shop Management System*”, apresentado por Taylor à American Society of Mechanical Engineers entre 1903 e 1905.

As propostas de Taylor são no sentido de *aprofundar e aperfeiçoar* o processo de divisão do trabalho, em especial a separação entre as atividades de execução e as de concepção/planejamento.

Taylor trabalha na direção de levar a fragmentação do trabalho ao seu limite máximo e de torná-lo mais repetitivo.

Conseqüência clara do taylorismo: o domínio e o conhecimento do trabalhador sobre o trabalho e o processo de trabalho vão ainda diminuir mais. Ou seja, o trabalhador vai perder cada vez mais o seu conhecimento global sobre o trabalho. Vai executar um trabalho ainda mais desqualificado.

O diálogo reproduzido na ilustração a seguir mostra bem o significado da perda do conhecimento global do trabalhador sobre o seu trabalho.



(Diálogo baseado em PLOECKINGER & WOLFRAM, 1980)

Além da desqualificação do trabalho, Taylor também propõe o aumento do controle da gerência sobre a mão-de-obra. Esse controle vai a ponto de definir o tempo de duração das operações executadas pelo trabalhador e de prescrever *como e com que* ele vai realizar o trabalho. Como resultado, a mão-de-obra também tem sua autonomia reduzida.

É importante destacar que vários preceitos dessa doutrina não foram “inventados” por Taylor. Na verdade, são princípios que já vinham sendo praticados anteriormente, como vimos no tópico anterior: é o caso, por exemplo, da separação entre execução e concepção e da fragmentação do trabalho.

A grande contribuição de Taylor foi a proposta de determinar cientificamente, utilizando métodos e técnicas adequados, qual a melhor maneira, qual o melhor instrumento e qual o melhor trabalhador para realizar uma tarefa.

O taylorismo se classifica na categoria dos métodos e técnicas de organização do trabalho. A doutrina não toca nas questões relativas às tecnologias produtivas e, portanto, sua adoção não representa uma mudança de *base técnica* da produção. A base técnica continua intocada na doutrina taylorista, ainda alicerçada na mecânica.

▲ As principais idéias do taylorismo são as seguintes:

Estudos de tempos e movimentos para analisar profundamente o trabalho efetuado pelos operários e reduzi-lo a seus elementos mais simples, determinando a duração para a execução das tarefas. Até o surgimento das teorias de Taylor, acreditava-se que somente quem executava as tarefas tinha condições de conhecer seus pormenores e particularidades e, portanto, de avaliar sua duração. Taylor demonstrou que um especialista, valendo-se do método de decomposição e análise dos tempos globais e de um cronômetro, poderia cientificamente determinar a duração das tarefas de trabalho.

Para realizar seus estudos de tempos e movimentos, Taylor propunha a seguinte sistemática:

- Divisão do trabalho em movimentos elementares
- Determinação e eliminação de todos os movimentos inúteis
- Observação da forma como vários operários hábeis executavam cada tarefa
- Descrição e registro de cada movimento elementar, bem como do tempo gasto na sua realização
- Quantificação e registro do tempo necessário a ser concedido a atrasos, treinamento, repouso e eliminação da fadiga
- Reconstrução e registro das combinações dos movimentos elementares dos operários mais rápidos, com adoção dos movimentos e do tempo como *padrões* para o conjunto de trabalhadores

▲▲ Taylor propunha que a direção das empresas reunisse, selecionasse e sistematizasse esses elementos e, a partir daí, definisse a melhor forma de execução de cada operação. Os trabalhadores apenas executariam o trabalho seguindo exatamente essa forma previamente definida. O trabalho seria realizado por essa melhor forma, “the best one way”, como se diz. A doutrina previa também que cada trabalhador executasse a unidade menor em que foi dividido o trabalho, sempre seguindo as normas prescritas pela direção da empresa.

Cada trabalhador deve seguir rigorosamente as instruções detalhadas para a execução do trabalho, efetuando sempre as mesmas operações e da mesma maneira, exatamente como determinado pelo planejamento minucioso dos escritórios de

▲ Sobre os princípios do taylorismo, ver OLIVEIRA *et al.* (1998).

▲▲ Essa maneira de organizar o processo de trabalho, é evidente, implica redução da autonomia dos trabalhadores, uma vez que estes não devem executar nada além do trabalho prescrito pelos escritórios.

estudos do trabalho. O modo de utilizar as ferramentas e as máquinas, o tempo concedido para cada operação, os modos operatórios e as regras a respeitar são previamente definidos pela direção.

Seleção de mão-de-obra segundo critérios de desempenho. Taylor era de opinião que a seleção de trabalhadores deveria tomar como referencial o tempo médio que o melhor operário, em seu melhor momento, gastava para realizar uma tarefa. Os trabalhadores e candidatos que, nas avaliações e seleções periódicas, não conseguiam executar esta tarefa no mesmo tempo médio eram dispensados ou nem mesmo admitidos.

Preparação do trabalho como requisito para que o processo de trabalho seja racional, eficiente e produtivo. Para Taylor, o trabalho deveria ser dividido em duas partes: a das pessoas que pensavam, elaboravam e preparavam o processo de trabalho e a das pessoas que o executavam.

▲ Com base nesse princípio, ele propunha a existência de dois grupos de pessoas para desenvolver o trabalho e defendia que “o cérebro está no escritório” e “o braço na oficina”. Um grupo de especialistas seria encarregado de desenvolver o estudo do trabalho através do estudo de tempos; outro grupo apenas executaria as tarefas planejadas.

▲▲ Além de fragmentar o trabalho ao máximo, desqualificando as tarefas executadas pelos trabalhadores, Taylor propôs uma divisão de trabalho claramente discriminatória, separando os trabalhadores que “pensam” dos que “executam”, o trabalho manual do trabalho intelectual.

O reconhecimento de desempenhos diferenciados e a recorrência aos diferenciais de salário como forma de combater os desempenhos insatisfatórios. Segundo Taylor, quando vários operários apresentam desempenho diferente ao realizarem o mesmo trabalho mas recebem remuneração igual, os trabalhadores melhores acabam afrouxando sua velocidade, balizados pelos trabalhadores menos produtivos. Isso resulta do desestímulo natural dos trabalhadores mais produtivos em razão dessa não-valorização salarial e do fato de que, se o salário por peça diminui à medida que o rendimento do bom operário aumenta, este considera desnecessário esforçar-se.

Taylor sugeria utilizar o método de diferenciação de salários para contornar esse problema, propondo remunerar o trabalhador de acordo com o cálculo de sua produtividade.

▲▲▲ Observando os principais pontos do taylorismo, fica claro quão profunda foi a natureza das transformações por que o processo de trabalho passou com a sua difusão em larga escala nas empresas.

▲ Com base nisso, difundiu-se a idéia de que “o trabalhador não é pago para pensar”.

▲▲ As reflexões abaixo, de um empregado de “escritório”, são ilustrativas dessa separação entre categorias de trabalhadores, dessa discriminação contra o trabalho manual:

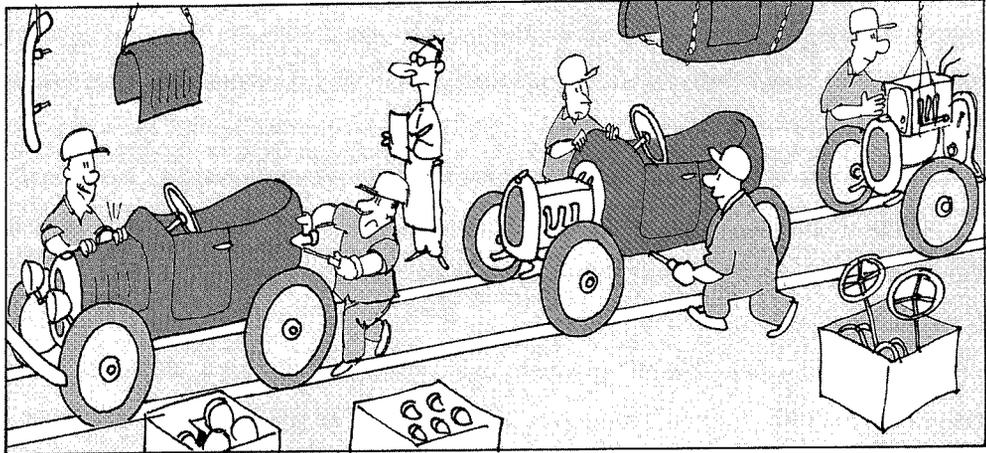
“Eu trabalho na Pitanga e Cia. Cuido da contabilidade! Nós fabricamos artigos de couro! Mas não tenho a mínima idéia de como funciona. A contabilidade, porém, vai bem! Eu sou um trabalhador intelectual! A produção em si nada tem a ver comigo! Afinal de contas, eu estudei exatamente para não ser obrigado a ficar preso a uma máquina.” (PLOCCKINGER & WOLFRAM, 1980)

▲▲▲ O trabalho, com Taylor, chega ao seu limite de simplificação e alienação.

Fica também claro que o trabalho concebido por Taylor se enquadra bem na categoria à qual se refere CAMUS:

“Sem trabalho, a vida se corrompe. Mas com um trabalho sem alma, a vida se asfixia e morre.” (CAMUS apud FRIEDMANN, 1996, p. 7) (tradução nossa)

O fordismo



O fordismo traz contribuições adicionais ao taylorismo, sendo responsável por mudanças revolucionárias no processo de trabalho.

A palavra *FORD* diz alguma coisa para você?

▲ Claro que ela lembra aquela fábrica de automóveis. Pois há realmente uma relação muito grande entre essa fábrica e o fordismo, como você logo verá.

E que vem a ser o fordismo?

O fordismo se baseia na fabricação em massa de bens padronizados, através do uso de máquinas especializadas não-flexíveis e valendo-se de uma massa de trabalhadores pouco qualificados. Para executar seu trabalho, esses trabalhadores apenas têm que cumprir rigorosamente as normas operatórias prescritas pelos escritórios de planejamento. (HIRATA, 1994, p. 125-126)

Popularmente, se diz que a contribuição de Ford foi a “invenção da esteira rolante”.

O fordismo é, na verdade, ao mesmo tempo uma extensão e uma superação do taylorismo.

Vejamos por quê:

- o fordismo é uma extensão do taylorismo, aprofunda o taylorismo porque aumenta o controle sobre o trabalho
- o fordismo é uma superação do taylorismo, inova o taylorismo porque cria a linha de montagem

▲ Da mesma forma que a doutrina taylorista deve seu nome ao seu fundador – Taylor –, o fordismo é assim chamado por associação ao seu mentor, Henry Ford. Henry Ford, nascido em 1863, não foi apenas o criador do fordismo, ele foi o fundador da indústria automobilística Ford, em Detroit, nos Estados Unidos.

▲ A grande contribuição de Ford, portanto, foi a introdução das linhas de montagem e da produção em grande escala na indústria moderna.

Ford teve a idéia de colocar os carros que estavam sendo montados em uma esteira que os movimentava em direção ao trabalhador. O trabalhador permanecia fixo no seu posto de trabalho e se limitava a introduzir uma ou duas peças de cada vez, acompanhando a velocidade da linha, isto é, da esteira e dos trabalhadores que o precediam na execução das tarefas. A distribuição dos trabalhadores correspondia a uma seqüência de operações previamente determinada.

Ao introduzir a linha de montagem e sistemas articulados de transportadores, no caso representados pelas esteiras, Ford conseguiu mecanizar a circulação de objetos e de meios de trabalho no decorrer do processo produtivo.

Os resultados e benefícios dessa mecanização são evidentes. Independentemente dos ganhos em termos de produtividade, graças a essa mecanização foi possível, entre outras coisas:

- obter maior integração entre os vários segmentos ou passos do processo de trabalho;
- reduzir drasticamente o deslocamento dos trabalhadores dentro do espaço fabril, visto que eles passaram a ter posição fixa no processo produtivo, posição essa determinada pela configuração do sistema de máquinas.

▲▲ A expressão mais avançada desses complexos de máquinas que efetuam uma longa série de operações é a linha “*transfer*”, que vai garantir o surgimento da *automação* dos processos de produção industrial. O equipamento, nesses casos, é independente dos operadores que o fazem funcionar. O ritmo e a velocidade de trabalho é determinado pelo equipamento e o trabalhador tem de se sujeitar a eles.

A automação introduzida por Ford não alterou verdadeiramente a tecnologia de usinagem, visto que essas linhas de montagem automáticas se valiam de um suporte mecânico para o transporte dos produtos e peças e não dispunham de ferramentas muito diferentes daquelas com que contavam as máquinas que trabalhavam individualmente, antes das mudanças por ele preconizadas. Portanto, o fordismo, como já ocorrera com o taylorismo, manteve a mesma base técnica do sistema produtivo precedente, a base *eletromecânica*.

As linhas automáticas não alteraram a base técnica da indústria. Mas, progressivamente, as máquinas-ferramenta foram sendo aperfeiçoadas tecnologicamente. Por exemplo, com a finalidade de aumentar os volumes de produção, foram desenvolvidos o torno-revólver, que permitia rápida troca de ferramentas, os tornos automáticos mono- e multifusos, com seqüência automática de operações e posicionamento relativo da peça-ferramenta comandado por “*comes*”.

▲ Aliás, uma das características desse sistema é a utilização em grande escala de máquinas e equipamentos no processo produtivo e o aumento da produtividade.

“O fordismo [...] se caracteriza por um aumento intenso do uso de máquinas e equipamentos e da produtividade, um amplo sistema de máquinas acopladas, produção em grande escala e consumo de massas [...] torna-se um modo social e cultural de vida após a Segunda Guerra Mundial.” (OLIVEIRA *et al.*, 1998, p. 48)

▲▲ O exemplo mais perfeito dessas linhas são as “*transfer*” da indústria automobilística, que permitem a automação das etapas de usinagem e de transporte. Nelas, as peças são usinadas em cada estação, pela atuação simultânea de várias ferramentas; numa cadeia preestabelecida, essas peças são transportadas de estação para estação, até a conclusão do processo de usinagem.

A peça usinada é retirada manualmente (ou de alguma outra forma).

A peça não é apenas usinada automaticamente como também é *manuseada* automaticamente dentro da linha “*transfer*”.

Essa modalidade de automação “inventada” por Ford é adequada para produzir lotes muito grandes de peças iguais. Ela é chamada de “*automação rígida*” ou *Detroit Model*.

Esse tipo de automação é chamado de *rígido* porque utiliza máquinas dedicadas à realização de *uma única* tarefa, operação ou processo. Utilizar essas máquinas para produzir peças diferentes implica adaptações caras e morosas. Portanto, essa linha de automação não suporta variações, principalmente em proporções não-constantes, e tem utilidade reduzida em processos de produção nos quais ocorrem sistematicamente mudanças no modelo do produto. A ferramenta (máquina) é dedicada a uma só aplicação durante toda a sua vida útil.

As máquinas de produção são o exemplo mais comum dessas ferramentas dedicadas: a máquina-ferramenta pode desempenhar as tarefas para as quais pode ser ajustada e controlada. Mas os limites para esse ajustamento e controle são dados pela mecânica.

A reprogramação dos equipamentos é difícil, demorada e dispendiosa. Portanto, essa automação só compensa se for para produzir grandes volumes de produção.

A automação *rígida* opõe-se à automação *flexível*. Esta última vai ser possível com o advento da microeletrônica, que vai desenvolver os recursos necessários para dotar a automação de flexibilidade e versatilidade, permitindo que o sistema de maquinaria possa ser reprogramado mais rapidamente e com menor custo para produzir lotes diversos e/ou menores. Falaremos mais sobre a automação flexível adiante.

▲ Como não poderia deixar de ser, essa primeira onda de automação atingiu basicamente os setores industriais que realizam produção de lotes grandes de peças, produção em massa. É por isso que se diz também que esse é um tipo de automação maciça.

Além dessa inovação que foi a linha de montagem, o fordismo apropriou-se das idéias de Taylor e adaptou-as à linha. Manteve os conceitos de parcelamento/atomização dos ofícios unitários e o seu corolário, a especialização do trabalhador; o preceito da repetição das operações; o princípio da ditadura das receitas dos escritórios de planejamento quanto à forma de realização do trabalho; e a proposta de institucionalização da divisão do trabalho entre manual e intelectual.

O sistema de Ford retirava do trabalhador a iniciativa do trabalho e jogava, em última instância, aos engenheiros e técnicos de organização e métodos a responsabilidade de buscar o aumento da produtividade, marginalizando o coletivo dos trabalhadores desta tarefa.

Nesse esquema, o aumento da produtividade só era possível com o desenvolvimento de máquinas cada vez mais complexas, operadas por trabalhadores cada vez mais

▲ Para uma grande parte das indústrias, esse tipo de automação não se justifica, pois elas fabricam peças ou produtos em lotes pequenos. Ramos industriais, como é o caso das indústrias de processo e da construção civil, nunca adotaram plenamente as idéias fordistas.

O fordismo foi aplicado de forma mais completa no segmento automotivo, incluindo-se aí as montadoras de veículos e as produtoras de autopeças.

desqualificados, o que resultava em aumento cada vez maior do investimento em máquinas e equipamentos.

Aliás, essa “fome de investimentos” ajudou, mais tarde, a solapar as bases do modelo, visto que praticamente inviabilizou aumentos de produtividade geral a partir do trabalho.

“A fragmentação do trabalho taylorista-fordista levou ao máximo a parcelização e a especialização como formas de intensificação do trabalho na produção seriada. A gerência se reservava o monopólio do conhecimento e toda organização pressupunha um adestramento prático do trabalhador nas tarefas mecânicas e padronizadas, de tal maneira que habilidade tornou-se sinônimo de repetição rápida e com margem mínima de erros de um pequeno número de gestos predeterminados e fixos.

O fordismo representa a adaptação do taylorismo à linha de montagem e também está voltado para a produção estandardizada para o consumo de massa, se possível a custos unitários sempre decrescentes. Enquanto economia de escala, tira todo proveito da base eletromecânica para disciplinar e intensificar o trabalho segundo um ritmo imposto mecanicamente. A estrutura ocupacional apresenta-se polarizada, hierarquizada e rígida. Salvo um pequeno grupo de trabalhadores qualificados, composto por técnicos, tais como ferramenteiros e da manutenção, a grande maioria não requer atributos escolares e culturais de alguma relevância.” (MACHADO, 1994, p. 170)

O fordismo foi um modelo historicamente eficaz que serviu de alicerce para o aparecimento da produção em grande série de mercadorias padronizadas e a baixo custo, base do sistema de produção em massa.

É também comumente denominado de taylorismo/fordismo porque, na verdade, ele representa a reunião das idéias de Taylor com as de Ford. A contribuição específica de Ford conduziu à automatização da produção.

O taylorismo/fordismo é um conjunto de princípios-chave e regras práticas, consubstanciados em formas diversas, como manuais de organização, sistemas contábeis e organogramas destinados a organizar o processo de trabalho. Esses princípios foram amplamente utilizados pelas indústrias e reinaram, aproximadamente, sessenta anos.

“... acabaram, na prática, por funcionar como grandes princípios orientadores de modelos ou correntes de organização e administração de empresas e, por essa via, penetraram fortemente nos sistemas de educação média e superior. Escolas de engenharia, de administração, de técnicos de nível médio e de formação de trabalhadores qualificados adotaram em grande parte seus princípios e, em consequência, a visão contida nos mesmos sobre o trabalho e o trabalhador.” (LEITE, 1996, p. 35-36) (tradução nossa)

Mas, depois de tanto tempo de aplicação, o modelo começou a “fazer água”. E, com isso, novas idéias sobre outras formas de organizar o processo de produção foram aparecendo.

Com a crise do taylorismo/fordismo estamos terminando nosso breve “tour” ao passado.

Antes de iniciarmos nova matéria, sobre o presente, vamos rapidamente recapitular o que acabamos de aprender neste tópico.

Sintetizando

Nessa viagem você viu como o trabalho foi se modificando no tempo.

As principais etapas dessa evolução foram as seguintes:

- No início era o trabalho completo. O trabalhador concebia e executava integralmente as atividades necessárias à realização de um produto. O trabalhador era “o senhor do seu trabalho” e os bens que ele produzia eram resultado de um trabalho individual. O trabalho era qualificado. O resultado do trabalho era do trabalhador que o realizava.
- Depois os trabalhadores foram colocados para trabalhar juntos e para um patrão. No início, realizando um trabalho completo; depois parte de um trabalho. Nasce aí a divisão do trabalho. O produto do trabalho passa a ser coletivo. O trabalhador começa a perder o domínio sobre o seu trabalho, começa a ser desqualificar. Surgem pessoas com a função de controlar/dirigir a produção. Máquinas rudimentares entram nas fábricas. O artesão se torna um assalariado.
- A máquina a vapor entra nas fábricas e começa a roubar o emprego dos trabalhadores. Há mudança da base técnica da produção: a produção passa a se basear na mecânica. O

trabalhador, na sua grande maioria, vai se tornar o operador de um tipo particular de máquina. Cristaliza-se uma segmentação do trabalho entre trabalho manual e trabalho mais qualificado.

- O trabalho é fragmentado ao máximo e o trabalhador vai se tornar especialista em apenas uma das operações necessárias para executar um produto. Apela-se a métodos “científicos” para fragmentar o trabalho. O trabalho se desqualifica mais e o trabalhador passa a executar as receitas prescritas pelos escritórios. O trabalhador perde autonomia, aumenta o controle sobre o trabalho. Aprofunda-se a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual.
- As fábricas intensificam o uso de máquinas. A produção se automatiza. Surge a linha de montagem. As fábricas passam a produzir em massa bens padronizados. O trabalho permanece fragmentado, desqualificado e prescrito; mantém-se a segmentação entre trabalho intelectual e manual. Os trabalhadores ganham postos fixos na linha de montagem, limitando-se a realizar nelas sempre a mesma operação.

No próximo tópico vamos empreender a segunda parte da nossa viagem, com ponto de parada no presente.

ESTAÇÃO PRESENTE

Nessa segunda parte da viagem vamos passar por regiões de grande turbulência. Vamos tentar visualizar e entender as mudanças profundas que estão ocorrendo hoje na vida das sociedades e, sobretudo, o que está acontecendo com a tecnologia produtiva e com os processos de organização da produção. Vamos tentar visualizar e entender as mudanças que estamos vivenciando e das quais estamos sendo expectadores.

Esse presente que vamos visitar “começou já algum tempo atrás”. Quer dizer, as raízes do que está acontecendo hoje devem ser buscadas no passado que acabamos de visitar. Então, ao começar este novo percurso da viagem, vamos retornar um pouco ao passado para recordar acontecimentos que interessam à compreensão do momento atual.

Então, vamos lá para a segunda etapa do nosso passeio!

A crise do taylorismo/fordismo

Embora se aceite que a crise do taylorismo/fordismo tenha como ponto de partida os anos de 1970-80, questionamentos quanto a princípios do modelo já vinham de mais tempo.

Na verdade, desde os anos de 1920, quando a psicologia industrial se desenvolveu, começaram a surgir críticas sistematizadas ao modelo. Tais críticas apontavam, principalmente, os problemas relativos à motivação dos trabalhadores e, por tabela, à sua produtividade.

Trabalhadores desempenhando trabalho desqualificado, rotineiro e sem autonomia são trabalhadores desmotivados. Trabalhadores desmotivados não interessam às empresas porque têm baixa produtividade. Em resumo, era esse o teor dos principais questionamentos feitos ao modelo.

Nesse contexto, desencadeia-se um movimento de pesquisa e de experimentação por parte dos especialistas e das empresas, em busca de novas fórmulas para superar essas limitações do taylorismo.

▲ Um dos primeiros caminhos de pesquisa que se contrapõem às concepções de Taylor e Ford é a *abordagem sócio-técnica*.

A *abordagem sócio-técnica* nega o determinismo da tecnologia com relação às características do processo de trabalho. Ou seja, discorda da tese de que só haja uma forma possível de organizar o processo de trabalho tendo em vista um determinado tipo de tecnologia. Defende o princípio de que, em presença de um determinado tipo de tecnologia, há várias formas possíveis de organizar e de otimizar os sistemas técnico e social e de que as empresas devem estar abertas para escolher a forma que lhes for mais conveniente.

A abordagem sócio-técnica propunha não só resgatar para o trabalhador habilidades que lhe tinham sido subtraídas pelo modelo de Taylor e Ford, como iniciativa, decisão e responsabilidade sobre o processo de produção, mas também superar o problema da fragmentação do trabalho, igualmente imposta pelo taylorismo e pelo fordismo. Embora as propostas da abordagem sócio-técnica sejam freqüentemente interpretadas como alternativas diversas e até mesmo opostas ao sistema taylorista/fordista, alguns autores, no entanto, contestam essa visão, considerando-as um desdobramento desse sistema, mais do que uma ruptura com relação a ele.

▲▲ Uma das principais contribuições da abordagem sócio-técnica foi o desenvolvimento de propostas de organização do trabalho em “ilhas” de trabalhadores reunidos em “*grupos autônomos*” ou “*semi-autônomos*” de produção, tanto para a produção de grandes como de pequenas séries.

▲▲▲ Outras propostas desenvolvidas pela abordagem sócio-técnica foram o *enriquecimento de cargos*, o *alargamento de tarefas* e outras.

▲ Vários grupos de estudiosos trabalharam no desenvolvimento da abordagem sócio-técnica. Os mais conhecidos deles foram o grupo do Tavistock Institute of Technology de Londres, o núcleo que baseou seus estudos na tradição dos trabalhos noruegueses sobre democracia industrial e um agrupamento que desenvolveu seus estudos nos Estados Unidos.

▲▲ Nos *grupos semi-autônomos* atribui-se a um grupo de trabalhadores a responsabilidade de fabricar um produto (total ou parcialmente), ficando a cargo do próprio grupo a escolha do método de fabricação.

▲▲▲ O *alargamento de tarefas* propõe que seja atribuída a um posto de trabalho uma maior variedade de tarefas de natureza similar. A proposta do *enriquecimento de cargos* é atribuir a um posto de trabalho uma maior variedade de tarefas de natureza distinta.

Apesar das diferenças, todas essas propostas tinham um ponto em comum. Você consegue identificá-lo?

Vejamos: essas várias propostas, com suas variantes, são de natureza organizacional e tinham em comum o objetivo de superar a fragmentação, a rotina e a desqualificação do trabalho, fatores considerados responsáveis por baixos níveis de motivação e por desempenho insatisfatório dos trabalhadores. Enfim, visavam a oferecer aos trabalhadores um trabalho mais “rico” que pudesse melhorar sua motivação (com a conseqüente melhoria de produtividade).

Diferentemente do taylorismo, que pretendia criar princípios válidos para todas as empresas, a abordagem sócio-técnica tinha pretensões mais modestas: suas

“propostas de mudança tinham uma finalidade limitada, restrita ao âmbito interno da empresa. A idéia era eliminar as disfunções de um sistema...” (LEITE, 1996, p. 36-37)

Contudo, apesar desses movimentos críticos mais antigos, a maioria dos autores aceita que os anos de 1970-80 constituem efetivamente o marco a partir do qual o taylorismo/fordismo começou a ser posto em xeque de modo mais evidente.

Nessa época, os princípios do taylorismo/fordismo, que durante tanto tempo funcionaram como um guia orientador das práticas das empresas e que serviram de base para a organização dos sistemas educativo e de formação profissional, vão ser abalados por uma conjunção de fatores.

Que teria abalado uma construção tão sólida como o taylorismo/fordismo?

Entre as várias razões desse abalo destacam-se:

- De um lado, a profunda crise que se abateu sobre a economia mundial, a partir da década de 1970, que não poupou nem mesmo as economias dos países mais desenvolvidos, que tiveram seu crescimento reduzido.

Esse desempenho econômico negativo, no início, foi atribuído à crise do petróleo; mas, finalmente, acabou ficando claro que isso era um sinal de um processo de mudança mais profunda que atingiu padrões monetários, tecnológicos e de competência e, por essa via, métodos de produção, gestão e organização empresarial. (LEITE, 1996, p. 30-32)

A crise pôs a nu o fato de que estava chegando ao fim uma era de crescimento econômico baseado na indústria, notadamente na indústria que realizava produção em massa, rígida e uniformizada. Revelou-se que não mais havia condições de crescimento e produção de riqueza com esse sistema. As margens para aumentar a produtividade e o lucro das empresas tornaram-se muito pequenas (senão

inexistentes) ou tão caras que não havia mais possibilidade de “reconstruir” o modelo.

- A esse problema de ordem mais geral somaram-se outros, como a crescente insatisfação dos trabalhadores com as práticas autoritárias do taylorismo. Começaram a se intensificar movimentos de sabotagem e de paralisações do trabalho, bem como absenteísmo, faltas e atrasos no serviço por parte dos empregados, o que perturbava e transtornava o funcionamento das linhas de montagem. Tudo isso refletia o pouco envolvimento dos trabalhadores com seu trabalho e desaguava na queda da produtividade e na má qualidade dos produtos.
- Soma-se a isso uma mudança radical nas características dos mercados consumidores: há como que uma saturação do consumo de massa, reduzindo-se em consequência a demanda por produtos em série.

Os mercados consumidores tornam-se extremamente instáveis, voláteis e diferenciados. Se o mercado muda rapidamente, isso encurta o período de vida dos produtos. Se isso acontece, é necessário estar produzindo sempre produtos diferentes e criando novidades.

O *Detroit Model* não conseguia dar conta dessa nova exigência. Não conseguia oferecer condições para que as plantas industriais pudessem efetuar mudanças rápidas no elenco de produtos e na composição dos próprios produtos. Seus princípios organizacionais e sua tecnologia não permitiam responder a essa nova exigência.

▲ Paralelamente, o desenvolvimento do campo da *pesquisa tecnológica* também contribuiu para que o modelo fosse superado. Os avanços tecnológicos mexeram com a tecnologia de base física da produção. Produziram inovações de grande fôlego que contribuíram para que a automação rígida fosse abandonada, dando lugar a um tipo de automação mais flexível que permitia responder às demandas do novo mercado.

A grande mudança tecnológica ocorreu lá pelos anos de 1960 e está relacionada ao desenvolvimento de novos campos de conhecimento. Até aquele momento, para automatizar as operações de produção, a engenharia produtiva utilizava os recursos oferecidos, principalmente, por disciplinas, como mecânica, física, hidráulica, pneumática e eletricidade. A partir daí, vai haver um desenvolvimento acelerado, inicialmente, da informática e, posteriormente, da eletrônica. Rapidamente esse conhecimento é aplicado na indústria e passa a constituir fundamento para o surgimento de um novo tipo de automação, a automação baseada na *microeletrônica*.

▲ Na verdade, a atividade de pesquisa tecnológica vinha se desenvolvendo de forma constante e criando, no decorrer dos tempos, soluções novas que puderam ser incorporadas no processo produtivo. Esse campo tinha se desenvolvido mesmo durante o auge do taylorismo/fordismo.

Há, pois, uma virada: a microeletrônica se torna a *nova base técnica* da indústria, destronando a mecânica.

Com a introdução de novas tecnologias baseadas na microeletrônica, mudanças tão radicais vão ser introduzidas na forma de produzir que se acaba decretando a morte das idéias que estavam na base da *automação rígida* ou *Detroit Model*. A nova automação vai permitir, em resumo, rápidas mudanças na produção e, assim, vai liberar as empresas das amarras da produção em massa.

▲ Essa nova base técnica permitiu um salto nas fábricas, tanto nas de processo *contínuo*, onde penetra mais rapidamente, como nas de *forma*, às quais chegou mais recentemente, já na década de 1970. Obviamente, as soluções tecnológicas adotadas em cada um desses tipos estão condicionadas à natureza das operações de produção por eles requeridas.

Na indústria de processos contínuos a automação é obtida com as tecnologias que garantem o controle operacional das variáveis do processo de produção: pressão, vazão, nível, temperatura, e assim por diante. A base da automação é o CLP (comando lógico programável), que, dotado de memória, gerencia eletronicamente o processo produtivo, tomando, entre outras, decisões como a de abrir e fechar válvulas, soar alarmes e selecionar produtos químicos.

Este segmento alcança seu estágio mais elevado de automação com o SDCD (sistema digital de controle distribuído).

Nas indústrias de processos discretos, as novas tecnologias vão

1) dar *flexibilidade* ao sistema produtivo, isto é, de capacidade de

- produzir elementos diferentes, até ao mesmo tempo
- aceitar mudanças ou melhoramentos do produto
- produzir versões ou variantes diversas em proporções diferentes
- utilizar o sistema em sua maior parte e sem intervalos excessivamente longos de readaptação no caso de mudanças radicais do produto

A grande vantagem é que com a automação é possível realizar tudo isso sem que seja necessário proceder a mudanças físicas no sistema.

2) *integrar* o processo produtivo, isto é:

- eliminar, ao máximo, os tempos gerais de circulação (alimentação e transferência)
- elevar o tempo de ocupação efetiva da maquinaria
- fazer com que várias máquinas individuais trabalhem num encadeamento ordenado e organizado, de modo que sejam incluídas numa mesma cadeia de produção operações como manejo, transporte, medição, controle de qualidade, lavagem, tratamento térmico, estocagem, montagem ou outras.

▲ Vejamos como se definem esses dois tipos de indústria:

a) as indústrias de processos contínuos ou de *propriedades* têm produção ininterrupta. Sua matéria-prima e seu produto final são líquidos, fluidos, pós ou grãos. É o caso, por exemplo, das indústrias de refinação do petróleo, álcool, bebidas, produtos químicos, cimento, celulose, açúcar, farinha, entre outras. Seu equipamento é especialmente projetado, com muitos dispositivos especiais que dispensam muita ajustagem, mas que exigem cuidadosa manutenção preventiva. Nessas indústrias, o ritmo das operações é repetitivo e controlado pelas máquinas.

Nelas, a transformação da matéria se dá por meio de reações físico-químicas.

b) nas indústrias de *formas* ou de processos *discretos/descontínuos* a produção é organizada em lotes de peças. São exemplos as indústrias de autopeças, componentes mecânicos e equipamentos eletroeletrônicos. Fabricam produtos com dimensões bem definidas. Imprimem formas à matéria, por pressão, torção ou modelagem, obedecendo a "números" precisos (espessura das seções, percentagem de declive, etc.). Essas formas são obtidas por meio de trajetórias feitas pelas ferramentas no espaço.

Para automatizar essa indústria é preciso desenvolver técnicas que permitam conduzir e controlar esses percursos das ferramentas numa cadência regulada. A automação pretende substituir operações - séries de gestos - efetuadas por operários.

O CNC (comando numérico computadorizado) é um dos principais instrumentos da automação da indústria de forma. O conceito de CNC está associado ao surgimento dos microprocessadores que viabilizaram o desenvolvimento de computadores próprios para controlar as máquinas-ferramenta. Esses microprocessadores permitiram o desenvolvimento de comandos numéricos altamente flexíveis, atendendo às mais diversas necessidades das máquinas-ferramenta. Através dele, máquinas-ferramenta tradicionais, como os tornos, mandriladoras, fresadoras e outras, adquirem controles eletrônicos, aumentando, assim, a rapidez e a precisão do processo produtivo.

▲ O CNC sucedeu o CN (comando numérico) e ganhou terreno na década de 1970. Representam duas gerações no desenvolvimento tecnológico de máquinas comandadas por instruções numéricas: as máquinas com CN são do tipo de lógica rígida em *hardware*, possuindo fiação rígida; as com CNC baseiam-se numa programação adequada (*software*) de minicomputadores ou, a partir de 1975, de microcomputadores. Num primeiro estágio, os recursos de microeletrônica permitiram automatizar as máquinas-ferramenta. O CNC (e seu antecessor, o CN) abriu possibilidade para a automação do processo de fabricação executado por máquina-ferramenta, pois ele é capaz de receber, compilar e transmitir à máquina todas as informações geométricas e tecnológicas necessárias à fabricação de uma peça.

Essas informações eram registradas numa fita sob a forma de códigos numéricos. A fita era lida pelo comando com o auxílio de uma leitora e de um sistema de decodificação. O sistema interpretava e transformava os dados lidos em movimentos apropriados a serem executados pela máquina, num processo inteiramente automático.

As primeiras máquinas-ferramenta com CN funcionavam exclusivamente com comandos mecânicos. Sua utilização era bastante específica, destinando-se à produção de uma gama reduzida de peças, devido à pouca flexibilidade gerada pelos comandos.

▲▲ Os recursos dos CNC foram fundamentais para que os centros de trabalho deixassem de constituir-se tão-somente de máquinas isoladas automatizadas de maneira flexível e se tornassem agrupamentos de componentes de sistemas automáticos integrados. Nesse estágio, a automação pôde estender-se pelas várias etapas do processo de fabricação, envolvendo a usinagem de peças em máquinas distintas, com etapas intermediárias de transporte, armazenagem, controle de qualidade ou outras.

Esse tipo de automação é denominado de “*horizontal*”, porque se expande para além das máquinas operatrizes, mas sem extrapolar ainda o setor de produção.

▲ O CN surgiu no início da década de 1950, no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), no bojo de um projeto da Força Aérea Norte-americana voltado à fabricação de peças para vôos interplanetários e para aeronaves. Dado o custo da construção, surgiu a idéia de definir matematicamente a peça e executá-la diretamente na máquina, sem nenhum modelo prévio e sem nenhuma peça que servisse de cópia. A primeira máquina com CN foi uma fresadora, concebida para efetuar a fresagem de uma pá de helicóptero.

▲▲ Nesse estágio, o processo de automação passa a incluir não só a máquina, mas também a sua “periferia”: transporte, manuseio e armazenamento intermediário.

A integração *horizontal*, a partir da máquina-ferramenta de CNC, leva progressivamente às células, às ilhas e aos sistemas de manufatura flexíveis (FMS) nos quais a automação atinge os fluxos de peças (em bruto e acabadas), de informações, de ferramentas e de materiais auxiliares.

Foi possível chegar a esse tipo de integração porque foi desenvolvida uma série de recursos tecnológicos, como robôs, dispositivos mecanizados de transporte, controladores de processos, máquinas de CNC. Esses recursos representam a base física do conceito de CAM (manufatura assistida por computador), um *software* que vai permitir controlar e integrar os processos de manufatura.

O desenvolvimento constante dos recursos tecnológicos e de informática possibilitou avançar mais um estágio na integração do processo produtivo, a saber, a integração *vertical*. Nessa etapa são envolvidos desde o projeto, o desenho, o planejamento da produção, até a fabricação, o teste, o controle de qualidade e mesmo a montagem automatizada com auxílio do computador. A integração *vertical* inclui desde a “idéia” até a peça usinada e controlada.

Nesse estágio, as três esferas de produção – projeto, manufatura e coordenação – são gradualmente integradas com a aplicação dos recursos associados à microeletrônica. (FLEURY, 1988 *apud* ASSIS & ARRUDA, 1990, p. 25)

O final do processo é a manufatura integrada por computador (CIM), que constitui a integração total do processo de fabricação nas suas dimensões horizontal e vertical, abrangendo gerência, vendas, compras, estoques, etc., e que está associada à imagem da “fábrica automática” ou “fábrica do futuro”. Essas fábricas seriam instalações automatizadas com poucos trabalhadores, que mais se parecem com um laboratório do que com uma fábrica.

Todas essas mudanças em curso e o quadro de dificuldades que começou a se delinear nos anos de 1970 “bateram” no modelo fordista e abalaram os seus alicerces, abrindo espaço para que novas formas de organização industrial emergissem. Abriram portas para a *especialização flexível*.

▲ Embora não se possa afirmar com segurança que essas práticas já tenham consolidado um *novo modelo produtivo* claramente delineado para o momento presente, não se pode negar que há indícios suficientes de que as práticas organizacionais e produtivas das empresas são hoje muito diferentes do passado.

Esse novo modelo seria representado, no campo da organização da produção, pela fábrica flexível; no terreno das qualificações, pelo operário não-especializado e com visão global do trabalho; e, no plano da mobilidade dos trabalhadores, pelo trabalho temporário, isto é, pela possibilidade de variar o emprego e o tempo de trabalho em função das necessidades. (HIRATA, 1994, p. 125)

▲ Sobre as condições de emergência e sobre as características desse novo “modelo”, ver CHAVES (1997, p. 66-67).

A fábrica flexível se define pela produção de lotes pequenos e se apóia na existência de trabalhadores qualificados e com capacidade de alterar, constantemente, as características dos produtos com baixos custos.

▲ Essa flexibilidade, em contrapartida, traz de volta o trabalho de tipo artesanal e qualificado; a “desespecialização” e a polivalência dos trabalhadores; uma relação de cooperação entre níveis de direção/supervisão e operários multifuncionais.

No presente vivenciamos uma fase de transição em que o modelo baseado nas idéias de Taylor e Ford e que perdurou mais de meio século começa a ser substituído por outro.

Vivemos exatamente a passagem do fordismo para o *pós-fordismo*.

É entre esses dois momentos da história que vamos viajar agora. Vamos ver o que muda na paisagem quando saímos do fordismo para chegar ao pós-fordismo.

O pós-fordismo

RIFKIN vai nos ajudar nessa passagem. Veja o que ele diz sobre o modelo que se esgotou, o fordismo:

“A característica que define a corporação moderna é sua estrutura administrativa hierárquica. Virtualmente qualquer organograma moderno de uma corporação se parece com uma pirâmide, com a equipe de campo e os operários na parte inferior da hierarquia e uma equipe ascendente de gerentes profissionais subindo na hierarquia, com um presidente no alto da pirâmide. Os funcionários em cada degrau da escada corporativa têm atribuições específicas e prestam contas de seu trabalho àqueles imediatamente acima na pirâmide corporativa. Informações vitais referentes à produção, distribuição e ao marketing sobem na cadeia de comando, são processadas em cada nível e depois levadas para o próximo nível acima até eventualmente alcançar o mais alto nível gerencial que, por sua vez, usa informações para tomar decisões de comando, que vão sendo transmitidas para a hierarquia abaixo e implementadas em cada nível descendente da estrutura organizacional. O organograma de uma corporação moderna gigantesca contém hierarquias dentro de hierarquias. Departamentos como financeiro e contábil, pesquisa e desenvolvimento, marketing e propaganda, cada um tem sua própria cadeia de comando embutida na estrutura maior.

Na base da hierarquia corporativa está a mão-de-obra não qualificada e semiquificada, cuja função é fazer e movimentar coisas ou executar

▲ Os japoneses avançaram muito na construção desse modelo de especialização flexível, que hoje é “exportado” para todo o mundo. Esse modelo também é conhecido como produção enxuta, toyotismo ou ohnonismo. Estas duas últimas designações são dadas por referência, respectivamente, à fábrica Toyota, onde o modelo começou a ser aplicado, e a Taiichi Ohno, um dos seus formuladores.

os serviços que são a marca registrada da empresa. Suas tarefas são, para todos os fins e propósitos, rigorosamente rotinizadas de acordo com as linhas clássicas da administração científica, primeiramente adotada pelo especialista em eficiência Frederick Taylor na virada do século.

Durante a maior parte do século XX, esse modo de administração capitalista dominou as economias americana e européia. Esse arranjo organizacional dependia fortemente de quantidades crescentemente infladas de gerência média, tanto para processar o fluxo de informações para cima e para baixo na hierarquia corporativa como para coordenar e controlar as várias funções da empresa.

[...] O sistema gerencial da organização corporativa era como um gigante, movendo-se pesada e desajeitadamente, um poderoso produtor capaz de fabricar grande quantidade de produtos padronizados, mas sem flexibilidade para mudanças rápidas, necessárias para adaptar-se às oscilações repentinas no mercado doméstico ou mundial.”
(RIFKIN, 1995, p. 11-12)

Enquanto esse modelo era plenamente adotado e reverenciado nos mercados mundiais (europeus e americanos sobretudo), as empresas japonesas vinham começando a mudar radicalmente suas práticas gerenciais, produzindo novas propostas organizacionais que logo viriam abalar seus concorrentes e os alicerces do modelo até então amplamente praticado.

As empresas japonesas, graças às suas estruturas organizacionais muito diferentes, puderam tirar muito maior proveito das novas tecnologias da revolução da informática que estavam surgindo.

Essa nova forma de organização apareceu na indústria automobilística, mais precisamente na Toyota, e se traduziu numa forma de fabricar carros tão diferente do *Detroit Model* que os observadores do setor industrial começaram a referir-se ao método japonês como *produção pós-fordismo*.

Vejamos o que RIFKIN diz sobre essa nova forma de organização.

“O princípio básico da produção enxuta é combinar novas técnicas gerenciais com máquinas cada vez mais sofisticadas para produzir mais com menos recursos e menos mão-de-obra.

[...] O modo japonês da produção enxuta começa com a eliminação da tradicional hierarquia gerencial, substituindo-a por equipes multiqualificadas que trabalham em conjunto, diretamente no ponto

da produção [...] engenheiros de projeto, programadores de computadores e operários interagem face a face, compartilhando idéias e implementando decisões conjuntas diretamente na fábrica. O modelo clássico de Taylor de administração científica, que defendia a separação do trabalho mental do trabalho físico e a retenção de todo o poder de decisão nas mãos da gerência, é abandonado em favor de uma abordagem de equipe cooperativa, projetada para aproveitar a capacidade mental total e a experiência prática de todos os envolvidos no processo de fabricação do automóvel [...] Sob o novo sistema da produção enxuta [por exemplo], a fábrica torna-se efetivamente o laboratório de pesquisa e desenvolvimento, um lugar onde a combinação da experiência de cada um é utilizada para fazer 'aperfeiçoamentos contínuos' no processo de produção e no produto final.

[...] A engenharia cooperativa, como tornou-se conhecida, baseia-se no conceito de que todos os envolvidos em projeto, produção, distribuição, marketing e vendas de um novo automóvel devem participar o quanto antes no desenvolvimento de um novo carro, para assegurar que as necessidades específicas de um departamento sejam levadas em consideração e para ajudar a identificar dificuldades potenciais antes do início da produção em larga escala [...] Ao contrário do antigo modelo [...] no qual as inovações são feitas raramente e, em geral, de uma só vez, o sistema de produção japonês é construído para encorajar mudanças e aperfeiçoamentos constantes, como parte das operações diárias.

[...] Equipes de trabalho na fábrica têm mais liberdade sobre o processo de produção. Se uma máquina quebra ou a linha de montagem reduz o ritmo, os próprios trabalhadores consertam o equipamento e desobstruem os gargalos do processo – uma abordagem muito diferente daquela dos fabricantes de automóveis de Detroit, em que as quebras de máquinas requerem notificação ao supervisor, que por sua vez convoca os técnicos para consertar o equipamento.

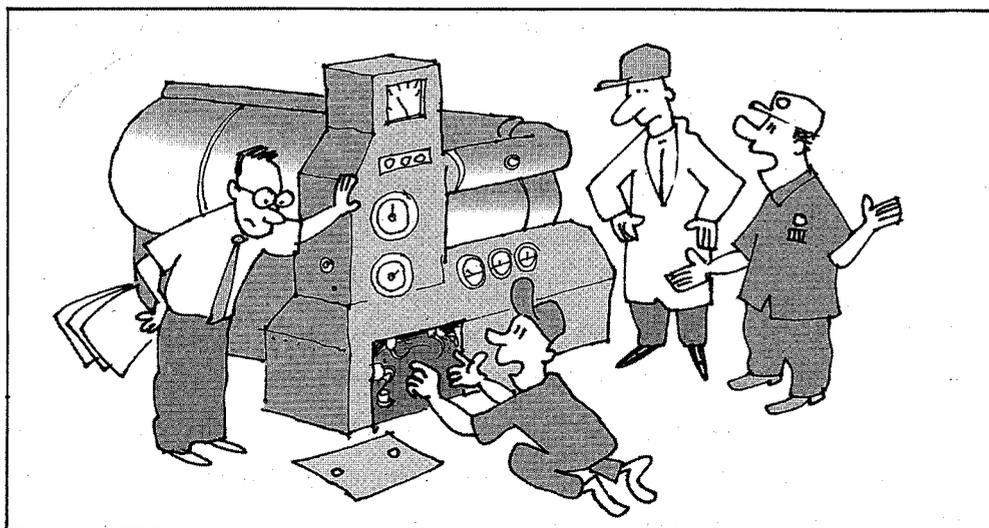
[...] o modelo de trabalho baseado em equipes cria maior eficiência pelo estímulo ao desenvolvimento de trabalhadores multiqualificados. A versatilidade em várias tarefas no processo de produção dá a cada trabalhador uma maior compreensão do processo de fabricação global [...]

Ao contrário do antigo modelo corporativo de gerência, em que a tomada de decisão é constantemente empurrada para cima na pirâmide administrativa, o modelo japonês de equipe procura empurrar o poder da decisão cada vez mais para baixo na escala hierárquica, tão próximo quanto possível do ponto de produção. Isso cria uma atmosfera mais igualitária dentro de fábrica e muito menos atritos entre a gerência e os operários.

[...] O modelo de produção japonês coloca também alta prioridade ao que é chamado de produção 'just-in-time', ou produção sem estoques [...] A filosofia de fabricação americana baseia-se na produção 'just-in-case' (por precaução). Os fabricantes de automóveis estocam quantidade grande e redundante de materiais e equipamentos em toda a linha de produção, para o caso de precisarem substituir peças ou equipamentos defeituosos.

Em anos recentes, os fabricantes japoneses têm combinado as novas técnicas da produção enxuta com tecnologias de computador cada vez mais sofisticadas, para criar a 'fábrica do futuro' – instalações fabris automatizadas com poucos trabalhadores, que mais se parecem com um laboratório do que com uma fábrica.

[...] Os princípios operacionais da administração enxuta, com sua forte ênfase no 'processo', e não na 'estrutura e função', tornaram-se especialmente adequados ao aproveitamento das novas tecnologias da informação baseadas em computador." (RIFKIN, 1995, p. 102-107)



Contrariamente ao taylorismo e fordismo, em que prevalecia um sistema autoritário de trabalho, esse novo modelo cria uma organização do trabalho mais maleável. Dá abertura para que o trabalhador deixe de ser alienado e recupere sua qualificação tal como era no artesanato; permite também que o trabalhador desfrute maior liberdade no seu local de trabalho, por não ter mais de se limitar ao trabalho prescrito pelos escritórios de planejamento, por ter um relacionamento mais direto com as equipes de concepção do trabalho que estão em nível hierárquico superior e por poder participar da concepção do trabalho. Apesar disso, conforme MACHADO, as novas práticas ainda não podem ser consideradas *democráticas*, pois o trabalhador não desfruta liberdade e autonomia total na realização do seu trabalho. (MACHADO, 1994, p. 171) Esse novo conceito de produção é radicalmente diferente do taylorismo e do fordismo, envolvendo um modo distinto de utilização da força de trabalho. Nele, a divisão do trabalho é menos pronunciada, há maior integração de funções e estímulo à qualificação do trabalho. Ele representa também um impulso para a formação e para a reprofissionalização da mão-de-obra direta.

▲ Além disso, há indícios de que as estratégias de inovação vinculadas a esse novo modelo mudam o conteúdo da qualificação, criando perfis valorizados dos trabalhadores. O novo contexto vai dar origem a um perfil de qualificação que não inclui tão-somente o domínio de habilidades motoras e disposição para cumprir ordens e que não se satisfaz apenas com o trabalhador que sabe *fazer*. No novo perfil é necessário também *conhecer* e, sobretudo, *saber aprender*.

O novo perfil inclui características como iniciativa, raciocínio lógico, discernimento, capacidade para tratar e manipular informações, entre outros. A empresa que adota a produção enxuta não pode mais contar apenas com o trabalhador “pago para fazer”. Ela precisa contar com trabalhadores que sejam capazes de “pensar com a cabeça da empresa”.

▲▲ E, talvez mais importante que isso, esse tipo de empresa precisa contar com trabalhadores que possuam capacidade para transitar entre competências “agrícolas”, “industriais” e “comerciais”. Isso porque vai se processando com o tempo uma maior integração entre as atividades exercidas no setor industrial e no de serviços, com a comercialização ditando mesmo os rumos da produção industrial. Assim, o trabalhador da indústria, por exemplo, precisa ter conhecimentos sobre comercialização, transporte de mercadorias, “marketing”, além de dominar instrumentos que lhe permitam “captar” as expectativas dos mercados consumidores. Nesses termos, o novo modelo propicia um resgate da qualificação perdida pelo trabalhador ao longo do tempo, a partir do trabalho artesanal, revalorizando

▲ Sobre o tema da **qualificação do novo trabalhador** sugerimos consultar o módulo “Pesquisa e Análise da Demanda por Educação Profissional”, em especial o tópico 3 da Unidade 2, denominado “O que mudou no conteúdo do trabalho e no perfil de qualificação do trabalhador”, bem como LEITE (1996), em especial o capítulo “O resgate da qualificação (sínteses e conclusões)”.

▲▲ Essa integração entre setores é também favorecida pela difusão generalizada de algumas novas tecnologias, que invadem todas as atividades produtivas. É o caso, por exemplo, das novas tecnologias de comunicação e de informação, cujo conhecimento acaba sendo cobrado de quem trabalha na indústria, no comércio, nos serviços, na agropecuária, e assim por diante. Alguns autores, por isso, são de opinião que deverão surgir perfis profissionais que possam contemplar as necessidades de trabalho em cadeias produtivas, como a “cadeia agroindustrial”. (FREITAS, 1996, p. 23)

qualidades que vão bem além da competência técnica para executar cegamente uma parcela reduzida de um trabalho.

“O resgate da qualificação, entendido como a recuperação e a valorização da competência profissional do trabalhador, não é, contudo, apenas uma questão de desempenho técnico e de acordo sobre as condições de trabalho. Encerra também uma dimensão dos direitos do cidadão e vai além dos muros da empresa: ler, interpretar a realidade, expressar-se verbalmente e por escrito, manejar conceitos científicos e matemáticos abstratos, trabalhar em grupo na resolução de problemas [...] tendem a converter-se em requisitos para a vida na sociedade moderna.” (LEITE, 1996, p. 133)

▲ A nova qualificação significa, entre outros:

- ser flexível, isto é, saber lidar com uma variedade de funções, saber integrar-se a diferentes formas de agregação e mobilização de trabalhos
- ser mais responsável por ter de lidar com equipamentos sensíveis e de alto custo
- adaptar-se à diminuição da importância do trabalho fragmentado e dos postos fixos de trabalho
- ser capaz de exercer a liberdade de planejar, de decidir e de organizar o próprio trabalho; ser capaz de resolver imprevistos na execução do trabalho
- ter abertura; criatividade, motivação iniciativa, curiosidade, vontade de aprender e de buscar soluções e, por outro lado, demonstrar cooperação, responsabilidade, organização, equilíbrio, disciplina, concentração e assiduidade
- ser capaz de realizar um trabalho mais desmaterializado (em virtude do menor contato com o objeto a ser transformado) e mais abstrato e analítico
- dominar um universo de códigos e símbolos para interagir com a realidade

Em suma, o novo modelo acena ao trabalhador com possibilidades de superar aquele *trabalho sem alma* que os sistemas de Taylor e Ford tanto valorizaram, aquele trabalho *que asfixia e mata a vida*, no ver de CAMUS.

Sintetizando

Que você acabou de ver nesse trecho de viagem?

- Ⓐ Você estudou que o taylorismo/fordismo, depois de mais de meio século de vida, começou a ser abalado. Viu que o marco dessa crise são os anos de 1970/80, muito embora já desde o desenvolvimento da psicologia industrial algumas de suas bases viessem sendo questionadas.

▲ Ver o texto de MACHADO (1994, p. 177-180) que reúne os principais traços dessa qualificação resgatada, cujas principais idéias são sintetizadas no texto ao lado.

- Esses questionamentos antigos referiam-se fundamentalmente à questão da motivação dos trabalhadores. Diziam seus críticos que o modelo, ao submeter os trabalhadores a trabalhos desqualificados, rotineiros e sem autonomia, criava trabalhadores desmotivados e pouco produtivos. Toda uma linha de experimentação é, até, desenvolvida para superar esses problemas.
 - Nos anos de 1970, profunda crise se abateu sobre a economia mundial e sinalizou para o fim de uma era de crescimento econômico baseado na indústria que realizava produção maciça, rígida e uniformizada.
 - Paralelamente crescia o descontentamento dos trabalhadores com o autoritarismo das práticas tayloristas, o que começou a prejudicar as empresas, pois resultava na queda da produtividade e na má qualidade dos produtos.
 - Além disso, os mercados consumidores tornam-se extremamente instáveis, voláteis e diferenciados. O *Detroit Model* não dava às indústrias condições para que respondessem a essa nova exigência, para que efetuassem rápidas e variadas mudanças de produtos.
 - Finalmente, o desenvolvimento da microeletrônica viabiliza uma nova automação que vai liberar as empresas das amarras da produção em massa, tornando “obsoletos” os preceitos da automação rígida. A nova automação vai permitir, em resumo, rápidas mudanças na produção.
- ③ Você estudou também que a crise do taylorismo/fordismo estaria sendo acompanhada do nascimento de um novo “modelo”, o da especialização flexível.
- Viu que os principais fundamentos desse modelo são:
- o resgate do trabalho qualificado e a superação da dicotomia *pensar x executar*;
 - o uso flexível da força de trabalho;
 - o recurso à tecnologia microeletrônica para automatizar a produção visando à flexibilidade do processo produtivo como forma de atender a um mercado consumidor que se recusa a um consumo de massa.

ESTAÇÃO FUTURO

Nesse “tour” para o futuro você vai ter oportunidade de exercitar sua imaginação para tentar delinear como serão, no ano 2000, os contornos desse novo conceito de produção e suas implicações para além dos limites dos muros das empresas que embarcaram na reestruturação produtiva.

Por *reestruturação produtiva*, conforme BONELLI (1996, p. 165-166), entende-se aqui o processo estimulado pela busca de ganhos de produtividade realizado pelas empresas, a partir dos anos de 1970, direcionado a obter

nova trajetória técnica de produtos e processos
novas formas de organização
novas técnicas gerenciais.

Em termos gerais, esse processo visava à

- redução do peso da mão-de-obra direta e de energia e recursos naturais não-renováveis no processo produtivo;
- realocação regional da indústria em escala global.

Que “dicas” podem ser extraídas da realidade atual para encaminhar esse exercício de antecipação do futuro? O trabalho será melhor no futuro?

▲ Apesar desses prenúncios de melhores condições de trabalho reportadas no tópico anterior, há paradoxalmente expectativas de que o novo modelo tenha efeitos perversos em termos mais globais, num futuro não muito distante. Embora ainda seja cedo para apreender e compreender na sua totalidade as mudanças que devem ocorrer e onde podem desembocar, alguns dos seus resultados já se fazem sentir no universo daqueles que sobrevivem do trabalho.

Veja que efeitos negativos CHAVES já antevê:

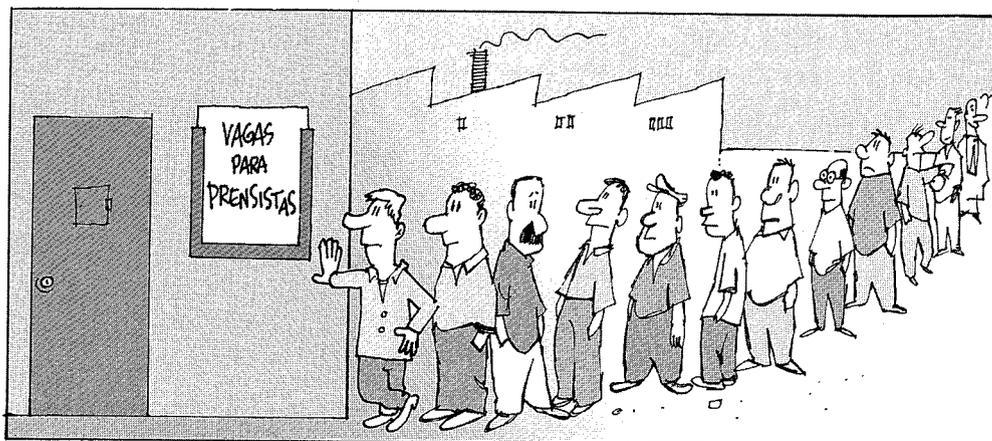
“... a diminuição da classe operária industrial (com a expressiva expansão do trabalho assalariado no setor de serviços), a heterogeneização e fragmentação do trabalho, a qualificação e a desqualificação do trabalho e a subproletarização intensificada.”
(CHAVES, 1997, p. 67)

Passemos a detalhar os principais desses efeitos:

- Desemprego
- Subproletarização
- Enfraquecimento dos sindicatos

▲ Sobre os resultados contraditórios do novo modelo, ver HIRATA (1997b).

Desemprego



▲ As novas propostas que vêm substituir o taylorismo/fordismo têm uma conseqüência perversa, que é o crescimento do desemprego estrutural, compreendido como a extinção em larga escala de postos de trabalho independentemente da dinâmica dos ciclos industriais. O desemprego estrutural é uma das maiores preocupações mundiais nos países desenvolvidos. Na média dos principais países europeus ele se elevou a 10%. Até há pouco tempo acreditava-se que a não-geração de novos empregos era devida a fatores de ordem conjuntural, como as crises periódicas que afligiam esses países. No entanto, a maioria dos estudiosos já está acreditando que a produção enxuta requer pouco trabalho, de modo que as possibilidades de reduzir o desemprego são pequenas.

▲▲ O fenômeno do desemprego é evidente, não é privilégio das novas tecnologias produtivas e das novas técnicas organizacionais. Por exemplo, quando a máquina a vapor apareceu originou o primeiro surto de desemprego estrutural em maior escala, por motivo da substituição da energia humana pela energia termomecânica. Essa onda de desemprego foi dramática e provocou protestos por parte dos trabalhadores.

▲▲▲ Você se lembra do que já comentamos sobre o ludismo?

Novamente, entre o início do século passado e início deste, a Europa Ocidental foi assolada por um tipo de desemprego em massa de caráter estrutural que causou movimentos de imigração de mão-de-obra para várias partes do mundo, inclusive o Brasil. Naquele momento, a oferta de emprego foi consideravelmente reduzida pela introdução de novas técnicas, especialmente no ramo têxtil.

O desemprego originado pelo pós-fordismo tem caráter estrutural, pois decorre de alterações, de um lado, nas bases técnicas da produção e, de outro, na estrutura de sua organização, em especial na redefinição do papel do trabalhador na atividade

▲ Distinguem-se dois tipos de desemprego: *desemprego conjuntural*.

É resultado de crises momentâneas que ocorrem geralmente em espaço geográfico limitado e/ou em curto período de tempo. Suas causas podem ser superadas com o tempo e, com isso, o emprego volta a crescer.

desemprego estrutural.

Resulta de mudanças mais profundas que ocorrem na economia ou na sociedade e que, portanto, são definitivas. Os empregos destruídos por essas causas não serão recriados.

▲▲

Apenas para você se localizar no tempo, vamos recordar o que você já aprendeu quando estudou a "maquinofatura": a máquina a vapor foi inventada em 1712 e, posteriormente, aperfeiçoada em 1775.

▲▲▲

Pois o ludismo foi exatamente a resposta a essa onda de desemprego estrutural desse momento da história.

fábrica, com vistas a reduzir custos de produção e a habilitar o respectivo produto para a concorrência globalizada. Portanto, o desemprego que se instala nesse momento é caudatário de uma dimensão técnica e de uma dimensão organizacional. É um quadro de desemprego que não tem condição de ser revertido. Não há expectativa de que os empregos perdidos retornem. (CHAVES, 1997, p. 68)

As alterações nas bases técnicas da produção – que configuram a dimensão técnica do desemprego – são representadas, principalmente, pelo aparecimento das novas tecnologias de base microeletrônica, como as MFCN (máquinas-ferramenta de comando numérico). Essas máquinas, acopladas a microcomputadores, conseguem superar a rigidez das máquinas automáticas tradicionais e possibilitam mudanças rápidas na produção, o que atende não só às expectativas de um mercado cada vez mais exigente, competitivo e flexível como também ao imperativo de obtenção de ganhos de produtividade.

“A produção é variada, diversificada e pronta para atender o consumo [...] sustenta-se na existência de estoque mínimo [...] Para atender às exigências mais individualizadas de mercado, no menor tempo e com ‘qualidade’ é preciso que a produção se sustente num processo produtivo flexível que permita a um operário operar várias máquinas [...] rompendo com a relação homem/uma máquina que fundamenta o fordismo.” (ANTUNES apud CHAVES, 1997, p. 68)

Mas essas máquinas exigem menos operários. Daí seu corolário, o desemprego. Apesar disso, são as inovações de tipo organizacional que mais têm contribuído para fomentar o desemprego estrutural, pois elas propiciam como que uma maior produtividade do trabalho.

Vejamos por que isso acontece. O modelo da produção enxuta, entre outros, elimina (ou reduz drasticamente) as hierarquias. Segundo RIFKIN, como já vimos, as hierarquias gerenciais são substituídas por equipes de qualificação variada que trabalham em conjunto diretamente no ponto de produção, com engenheiros de projeto, programadores de computadores e operários interagindo e compartilhando idéias e implementando decisões conjuntas diretamente na fábrica.

▲ Por outro lado, o *just-in-time* funciona como um controle do tempo – de máquinas e operários – e a produção é feita com o mínimo de estoque, o que elimina desperdícios, pois a reposição de peças é feita exatamente conforme as necessidades.

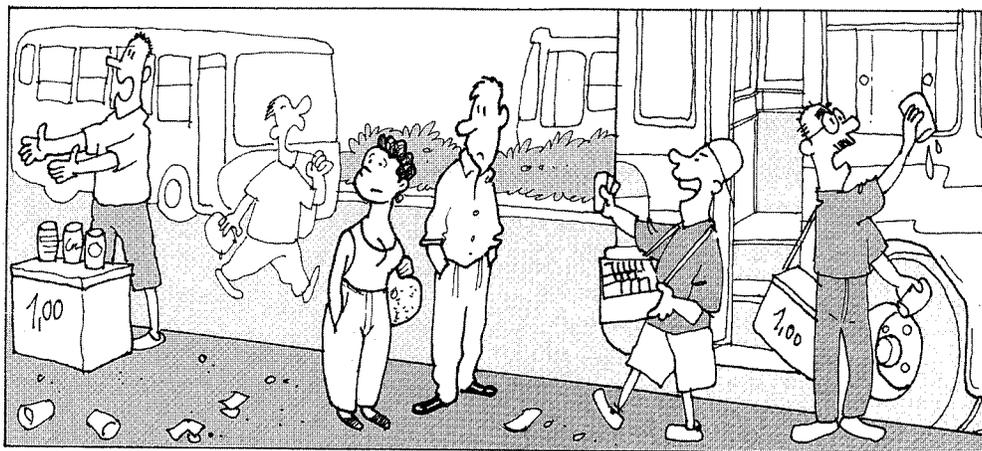
▲ O processo de reposição é semelhante ao adotado para a reposição de mercadorias nas prateleiras de supermercados. Aliás, a própria idéia do *just-in-time*, popularizada pelos modelos de gestão japoneses, se inspirou em práticas de supermercados americanos, conforme informa CHAVES (1997, p. 68).

Todas essas práticas elevam muito a produtividade da mão-de-obra no processo produtivo, de tal forma que desempregam os operários cujas funções ou foram absorvidas pelas máquinas ou assumidas por um outro operário “polivalente” ou, ainda, incorporadas por um grupo semi-autônomo.

Em suma, para que os novos modelos de organização consigam atingir as novas exigências de produtividade num mercado que muda muito rapidamente é preciso a redução dos efetivos de trabalhadores assalariados (trabalhadores fixos) e flexibilização da contratação e do mercado de trabalho.

A diminuição do operariado fabril foi seguida do crescimento do emprego do terciário. Porém, essa expansão esteve aquém do necessário para impedir que o desemprego aumentasse e que o subemprego se acentuasse em escala mundial.

Subproletarização



Diferentemente do mercado criado pelo modelo taylorista/fordista, que era revestido de estabilidade e rigidez, a produção flexível desemboca na busca de uma força de trabalho também flexível, isto é, que possa ser adaptada às necessidades do processo produtivo (em termos de volume e custos, entre outros). Essa flexibilidade acaba originando um subproletariado constituído, de um lado, pela massa de trabalhadores em atividades precárias, isto é, que trabalham em tempo parcial, por subcontratação ou em regime de terceirização, e, de outro, pela parcela de trabalhadores jogada na economia informal.

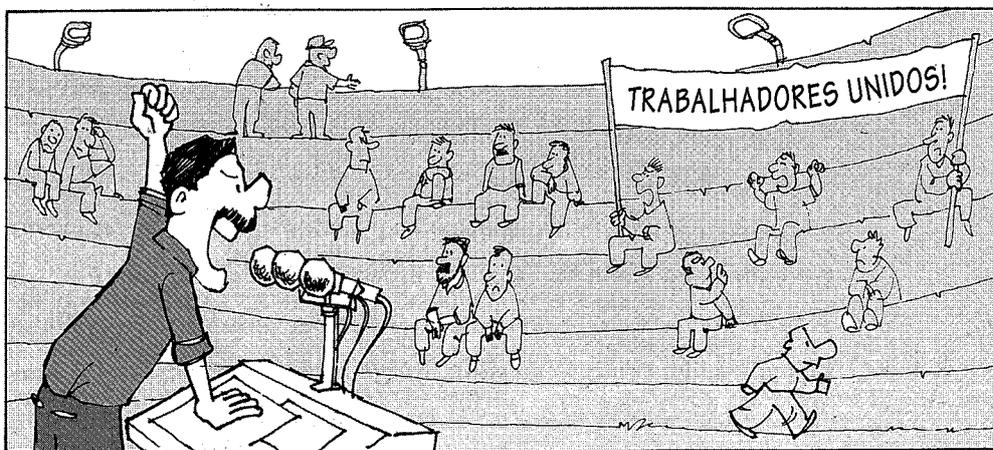
Na verdade, as conseqüências das formas mais flexíveis de uso da força de trabalho ainda não estão totalmente claras.

Mas é fácil “sentir” que isso está levando a um mercado de trabalho muito diferenciado e segmentado, suscetível de maior controle, em razão de estar a classe

trabalhadora perdendo sua identidade. Daí para a destruição da homogeneidade da classe trabalhadora é um passo.

Outro ponto é a relação paradoxal entre qualificação/desqualificação da classe trabalhadora. Se as transformações em curso, de um lado, tendem a promover a qualificação dos trabalhadores empregados nas empresas e envolvidos com as novas técnicas, de outro, deságuam na desqualificação daqueles que, atingidos pelo desemprego, tendem a se incorporar à massa de trabalhadores precários.

Enfraquecimento dos sindicatos



▲ Essas mudanças atingem também o universo sindical. Exatamente **como e em que proporção** ainda é impossível imaginar. Contudo, algumas pistas já se abrem a nossos olhos.

Com o fenômeno do desemprego estrutural – para o qual não estavam preparados –, os sindicatos pouco conseguiram fazer por seus associados. Incapaz de contrapor-se ao desemprego, o sindicalismo passou a perder não só o prestígio e o poder real de barganha como, principalmente, associados.

O fenômeno de dessindicalização, que começou a ser visível a partir da década de 1980, é facilmente perceptível pelas estatísticas. O número de trabalhadores sindicalizados decresceu em mais de cinco milhões, a partir dos anos de 1980. No Brasil, esse processo foi um pouco retardado, mas a partir da década de 1990 já se faz sentir.

▲▲ A revista *Veja* publicou recentemente artigo que aborda a questão da desfiliação sindical e a situação dramática que os sindicatos enfrentam para não perder suas receitas e – por tabela – as bases da sua própria sobrevivência. Sob o título “Loteria sindical – metalúrgicos de São Paulo sorteiam carros e eletrodomésticos para atrair

▲ O movimento sindical – como organização de trabalhadores – tem sua origem no período de desenvolvimento do capitalismo industrial, quando as empresas adotavam modelos produtivos que determinavam a concentração de grandes contingentes de trabalhadores nas indústrias. Graças a isso foi possível nascer uma “consciência de classe” por parte dos trabalhadores, uma vez que havia entre eles homogeneidade profissional e interesses comuns.

▲▲ Só para ilustrar, veja como diminuíram as taxas de filiação sindical no Brasil comparativamente a países desenvolvidos, de acordo com dados do mesmo artigo da revista *Veja*.

PAÍSES	ANOS	FILIAÇÃO %
Estados Unidos	1955	33
	1996	14
Inglaterra	1955	46
	1993	31
Alemanha	1955	44
	1994	30
Brasil	1986	22
	1996	17

As taxas de filiação sindical nos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha diminuíram entre 19 e 14 pontos percentuais no período considerado. Relativamente, a perda do Brasil até que foi pequena: a queda nas taxas de filiação foi de cinco pontos percentuais.

associados”, o artigo põe o dedo na ferida, ao mostrar que os trabalhadores estão fugindo dos sindicatos e que “vale tudo” para evitar o esvaziamento maior do movimento.

“Para comemorar o próximo Dia do Trabalho, 1º de maio, uma das duas maiores centrais sindicais brasileiras, a Força Sindical, vai preparar uma grande festa num estádio de futebol de São Paulo, o Pacaembu. Pela primeira vez desde há muitos anos se verá uma concentração de trabalhadores semelhante às de vinte anos atrás. Até telões serão espalhados fora do estádio para o caso de não caber todo mundo. O principal personagem da assembleia-monstro vai ser o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho. A peculiaridade dessa reunião sindical está no fato de que Paulinho, em lugar de discursos sobre aumento de salário ou redução da jornada de trabalho, comandará um grande sorteio. Serão dez carros zero-quilômetro e noventa eletrodomésticos. A idéia não é atrair a massa para discutir formas de luta contra os patrões ou o governo. A Força Sindical espera, através da festa, atrair novos associados, pois suas fileiras estão emagrecendo a olhos vistos. Regra número um: só poderão participar do sorteio os sócios do sindicato que estejam com as suas mensalidades em dia. A entidade espera que boa parte dos sócios em atraso regularize sua situação e calcula poder arregimentar 70.000 novos associados graças ao evento. ‘É preciso muita criatividade para tentar atrair trabalhadores aos sindicatos’, afirma Paulinho.

O sindicato dos metalúrgicos partiu para a ofensiva porque enfrenta uma situação difícil. Desde 1990, foram demitidos 150.000 trabalhadores de sua base, e o sorteio de prêmios foi a alternativa encontrada para manter o número de associados na casa dos 80.000. As receitas despencaram de 85 milhões de reais para 25 milhões.”
(MANSO, 1998, p. 24)

Com a limitação de empregos estáveis e com o aumento do número de pessoas à procura de emprego, o trabalhador é levado a agir individualmente na tentativa de manter seu emprego, nem que para isso tenha de sacrificar salários e conquistas sociais históricas.

A intensa precarização do trabalho faz surgir um elenco extenso de ocupações, que inviabiliza a criação de uma identidade operária, pois a informalidade, o

teletrabalho, o trabalho “em casa”, etc. distanciam os trabalhadores entre si no que se refere à aspiração a uma comunhão de interesses.

Sintetizando

Nesse trecho da viagem você teve algumas “dicas” sobre o que deve acontecer com o trabalho no futuro.

Você viu que a especialização flexível tem efeitos contraditórios sobre o trabalho.

Neste tópico foram destacados os efeitos negativos que se identificam “para além dos muros das empresas”, com destaque para

- o desemprego
- a subproletarização
- o enfraquecimento dos sindicatos.

AUTO-AVALIAÇÃO

1 • Segue-se uma série de características que definem o trabalho segundo vários sistemas. Coloque um x diante das características que definem o trabalho artesanal.

- as ferramentas de trabalho são de propriedade do trabalhador
- não há divisão técnica do trabalho
- o trabalho é coletivo
- o trabalhador é especializado na realização de parte das tarefas que constituem o trabalho total
- o trabalhador realiza repetidamente as mesmas tarefas dentro de um conjunto de tarefas necessárias para realizar um produto
- o trabalhador trabalha para o proprietário das ferramentas e do local onde a produção é realizada
- o trabalhador recebe, do proprietário do local onde trabalha, uma remuneração pelo trabalho que realiza
- o trabalhador é proprietário do produto que confeccionou
- o trabalho é parcelado e o trabalhador especializado
- o trabalhador tem domínio sobre o seu trabalho: detém todos os conhecimentos e técnicas necessárias para realizar um determinado produto
- o escritório planeja o trabalho; o trabalhador executa o trabalho
- o trabalhador executa um trabalho alienado e desqualificado
- o trabalhador realiza todas as tarefas necessárias à produção do produto
- o trabalhador é seu próprio patrão

2 • Construa o perfil de qualificação dos trabalhadores requerido pelo taylorismo/fordismo e pela especialização flexível. Coloque **1** na frente dos traços que compõem a qualificação no taylorismo/fordismo e **2** na frente dos traços que compõem a qualificação na especialização flexível.

- capacidade para trabalho em equipe
- especialização na execução de uma das operações envolvidas na produção de um bem
- capacidade para tomar decisões e solucionar problemas que ocorrem no processo de produção
- versatilidade na execução de várias tarefas
- grande habilidade motora e disposição para cumprir ordens
- conhecimento aprofundado de parcela mínima do trabalho dentro do processo de produção
- capacidade para realizar um trabalho desmaterializado e para dominar um universo de símbolos e códigos

- () capacidade para executar tarefas prescritas
- () habilidade de repetir um pequeno número de gestos predeterminados e fixos com rapidez e margem mínima de erro
- () conhecimento extrapolando seu setor de trabalho
- () capacidade de planejar e executar o trabalho; de redirecionar o trabalho se necessário

CHAVE DE RESPOSTA

1. (x) as ferramentas de trabalho são de propriedade do trabalhador
(x) não há divisão técnica do trabalho
() o trabalho é coletivo
() o trabalhador é especializado na realização de parte das tarefas que constituem o trabalho total
() o trabalhador realiza repetidamente as mesmas tarefas dentro de um conjunto de tarefas necessárias para realizar um produto
() o trabalhador trabalha para o proprietário das ferramentas e do local onde a produção é realizada
() o trabalhador recebe, do proprietário do local onde trabalha, uma remuneração pelo trabalho que realiza
(x) o trabalhador é proprietário do produto que confeccionou
() o trabalho é parcelado e o trabalhador especializado
() o trabalhador tem domínio sobre o seu trabalho: detém todos os conhecimentos e técnicas necessárias para realizar um determinado produto
() o escritório planeja o trabalho; o trabalhador executa o trabalho
() o trabalhador executa um trabalho alienado e desqualificado
(x) o trabalhador realiza todas as tarefas necessárias à produção do produto
(x) o trabalhador é seu próprio patrão
2. (2) capacidade para trabalhar em equipe
(1) especialização na execução de uma das operações envolvidas na produção de um bem
(2) capacidade para tomar decisões e solucionar problemas que ocorrem no processo de produção
(2) versatilidade na execução de várias tarefas
(1) grande habilidade motora e disposição para cumprir ordens
(1) conhecimento aprofundado de parcela mínima do trabalho dentro do processo de produção
(2) capacidade para realizar um trabalho desmaterializado e para dominar um universo de símbolos e códigos
(1) capacidade para executar tarefas prescritas
(1) habilidade de repetir um pequeno número de gestos predeterminados e fixos com rapidez e margem mínima de erro
(2) conhecimento extrapolando seu setor de trabalho
(2) capacidade de planejar e executar o trabalho; de redirecionar o trabalho se necessário

4 • O TRABALHO DO FIM DO SÉCULO XX NO BRASIL

“A discussão sobre globalização e justiça social é bastante rica e ainda não permite consensos. O fenômeno é concentrador de renda e gerador de desemprego? Aprofundará o abismo entre ricos e pobres ou ajudará na redenção de nações marginalizadas?”

NESTA UNIDADE vamos analisar como está o *trabalho* no Brasil, neste final de século.

▲ Para esta análise vamos nos debruçar sobre alguns dados estatísticos que nos dão uma idéia geral sobre a situação dos brasileiros quanto ao trabalho. Vamos recordar também algumas das coisas que aprendemos lá na **Unidade 2**, porque, como você sabe, economia e trabalho andam juntos.

Finalmente, nessa análise vamos tentar examinar o contexto mais amplo no qual está inserido o Brasil, pois, como você também já sabe, nenhum país pode viver fechado em si mesmo.

Começando com algumas considerações sobre o contexto mais amplo, o que é importante lembrar?

Importa lembrar que, desde meados dos anos de 1970, a economia mundial vem passando por modificações que afetaram o comércio internacional, o desempenho econômico e o trabalho das nações. Como você já viu na **Unidade 3**, emergiu uma nova base técnica para a produção e essa nova base técnica causou alterações profundas nas formas de organização do processo de produção e de gerência do trabalho, com repercussões até mesmo nos padrões de qualificação da mão-de-obra. As empresas que organizavam e geriam sua produção nas formas convencionais deram lugar a empresas modernas de visão mundial, que buscam permanentemente diferenciar e inovar seus produtos, dentro dos mais elevados padrões de qualidade, pois flexibilidade e confiabilidade são fatores básicos do sucesso competitivo.

▲▲ O Brasil, embora tardiamente, integrou-se ao contexto mundial. No início da década de 1990, o país implementou uma série de reformas estruturais, com destaque para a abertura comercial. Essa liberalização comercial obrigou as empresas brasileiras a uma reestruturação produtiva, que implicou a incorporação de novas tecnologias e novas formas de gerenciamento do processo de produtivo, para ganhar melhores condições de competição tanto no mercado interno como no externo.

A abertura comercial teve impacto profundo nas empresas brasileiras, porque pôs fim a cerca de quatro décadas de processo de substituição de importações (quer dizer, de mercado fechado e protegido).

“Pela primeira vez, no pós-guerra, nossas empresas (sobretudo as pertencentes às indústrias de transformação) tiveram que se defrontar com uma ameaça séria de concorrência no front doméstico e – o que é pior – em uma conjuntura particularmente recessiva.” (URANI et al., 1995, p. 11)

▲ Quando você for analisar os dados estatísticos, o que queremos que você faça não é tentar memorizar os números exatos, nem ficar procurando fazer cálculos. Não fique desesperado também para ver se os dados de um item “bater” com os de outro. Às vezes as informações podem até mesmo não “bater” rigorosamente porque várias fontes de dados foram usadas e nem sempre elas trabalham com conceitos semelhantes. Isso não é o mais importante para o propósito desta unidade. O que importa é extrair dos dados as tendências gerais, os caminhos que eles apontam, as idéias gerais sobre a dimensão dos fenômenos estudados.

▲▲ Já falamos sobre o processo de abertura ou de liberalização comercial anteriormente. Se você não se lembra exatamente o que é isso, volte à **Unidade 2** e leia o tópico que trata da década de 1990.

▲ Essa reestruturação teve efeitos profundos sobre o *mundo do trabalho*: ele foi fortemente sacudido por modificações, quebras de tendências e surgimento de realidades novas. Como reflexo dessa reestruturação, acompanhando a tendência global, estudos indicam

- aumento da produtividade do trabalho
- mudanças profundas na estrutura do emprego, com redução considerável da força de trabalho industrial e com o setor terciário, como conseqüência, assumindo a liderança como gerador de empregos
- *precarização* do emprego, ou seja, queda da participação do segmento formado por empregados com carteira assinada
- elevação do desemprego aberto.

Além disso, essa reestruturação redefiniu o perfil da mão-de-obra empregada, redesenhou as hierarquias ocupacionais, modificou as qualificações do trabalhador. Passemos agora à análise de alguns dados que vão permitir que você acompanhe a direção das grandes modificações a que estamos assistindo no *mundo do trabalho brasileiro*.

QUANTOS FAZEM PARTE DO MUNDO DO TRABALHO BRASILEIRO

▲▲ Para sabermos quantos brasileiros pertencem ao mundo do trabalho vamos recorrer ao conceito de PEA, que você tão bem conhece. Você já estudou o que é PEA na **Unidade 2**. Você lembra, não?

Vamos agora preencher as “caixinhas” daquele esquema com alguns números em milhões.



Como você pode ver, conforme o último recenseamento demográfico do Brasil (realizado em 1991), a *população* brasileira totalizava pouco mais de 146,8 milhões de habitantes.

A PIA, que é a população na faixa de 10 a 65 anos, estava na casa dos 105,7 milhões. Isso significa que a PIA brasileira representava 72% da população total.

A PEA, por sua vez, era representada por 58,4 milhões de brasileiros.

Portanto, eram esses 58,4 milhões que constituíam o nosso mundo do trabalho, em 1991.

Esses 58,4 milhões de pessoas trabalhavam, não importa em que tipo de atividade:

▲ Nesse momento é bom que se faça um alerta. O Brasil realmente está passando por uma fase de grandes mudanças no mundo do trabalho. Entretanto, no nosso caso, elas não podem ser imputadas exclusivamente ao processo de abertura comercial. Os anos de 1990 foram também marcados por grandes turbulências decorrentes de diversas tentativas (por vezes drásticas) de estabilização, de reformas estruturais (como o início do processo de privatização). Vivemos ainda essa fase, com a política econômica voltada prioritariamente para manter a estabilizações econômica e o fluxo de capitais internacionais para o país. Portanto, as modificações que estão ocorrendo no mercado de trabalho refletem também as estratégias do governo para a consecução desses objetivos.

▲▲ Normalmente, quando queremos alguma informação quantitativa sobre a população brasileira, temos duas principais fontes de dados: os *Censos Demográficos* e as *Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios* (PNAD). Os censos são realizados a cada 10 anos, sempre ao abrir-se a década: 1920, 1940, 1950, e assim por diante. As PNADs, de modo geral, são realizadas anualmente e diferem dos censos porque levantam os dados para uma amostra da população e, com base nos dados amostrais, fazem estimativas para o total da população brasileira. Ambos os levantamentos são realizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que é um órgão federal.

Com relação à periodicidade do Censo Demográfico, vale comentar que essa série histórica foi “quebrada” em 1990, pois, por problemas de caráter financeiro, o censo daquele ano foi postergado e realizado em 1991.

agricultura, bancos, transporte de mercadorias, etc.; também não importava se por conta própria, se como empregados de empresas, se como ambulantes ou em qualquer outro tipo de situação.

Se você comparar a PEA brasileira com a PIA, você vai ver que a PEA corresponde a pouco mais da metade da PIA (exatamente 55%); se você comparar a PEA com a população total do país, você vai ver que a PEA representa 39% da população total. Para você ter idéia da dimensão da PEA brasileira, basta lembrar que a cada pessoa que está na PEA correspondem 2,5 fora dela.

Isso é muito ou é pouco?

Apenas para que você possa se situar um pouco em termos de magnitude, podemos dizer que essa taxa de participação tende a ser mais baixa nas economias mais atrasadas e mais elevada nas economias desenvolvidas, onde pode representar mais de 50%. É claro que essa participação vai depender da estrutura etária da população. Se a população na faixa de 10 a 65 anos tem participação baixa num país, é claro que sua PEA será menor do que seria num país onde a faixa de 10 a 65 anos é relativamente muito grande.

A PEA brasileira poderia ser muito maior se grupos que têm participação pequena, por motivos vários, decidissem se incorporar a ela.

Você seria capaz de dar exemplo de um grupo que, se decidisse ingressar na PEA, poderia ampliá-la?

Se mais mulheres decidissem ingressar na PEA, o nosso mundo do trabalho iria bem além dos 58,4 milhões que o constituem hoje. Isso porque, comparativamente aos homens, a participação das mulheres na PEA ainda é baixa.

Só como provocação, vale uma pergunta: que aconteceria se toda a PIA quisesse ingressar na PEA?

Como nossa PIA é de 105,7 milhões, o país teria que criar cerca de 47 milhões de novas oportunidades de trabalho...

▲ Ainda bem que esta é uma situação bastante improvável, embora teoricamente possível. Se isso ocorresse no Brasil, seria uma situação catastrófica, pois hoje já está sendo difícil garantir trabalho para a PEA no montante em que ela está.

Fazendo um retrocesso do crescimento populacional e do da PEA, poderemos avaliar melhor o quadro atual do trabalho no país.

POPULAÇÃO E PEA NO BRASIL EM 1980 E 1991			
ANOS	POPULAÇÃO EM MILHARES	PEA EM MILHARES	PARTICIPAÇÃO DA PEA NA POPULAÇÃO
1980	119.002	43.235	36%
1991	146.825	58.456	39%

Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico - População e Mão-de-obra, 1980 e 1991.

▲ É verdade que está sendo difícil garantir ocupação para a PEA. O crescimento dos índices de desocupação nos últimos tempos é prova disso. Nós iremos abordar a questão de desemprego um pouco mais adiante.

A participação da PEA na população total aumentou um pouco de 1980 para 1991, a despeito de a economia ter enfrentado crise e recessão nesse período. A PEA em 1980 correspondia a 36% da população, passando a 39% em 1991.

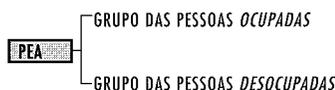
TERCIARIZAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO

Um dos reflexos universais do assim chamado processo de reestruturação produtiva posto em prática por empresas do mundo todo é a *terciarização* do trabalho.

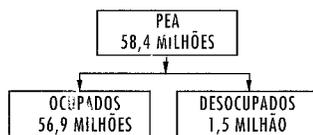
Que quer dizer exatamente isso?

▲ Isso quer dizer que a indústria, que até muito recentemente tinha grande poder gerador de empregos, perdeu essa sua capacidade, com o setor terciário ganhando dinamismo e ampliando sua força como empregador. Alguns dizem mesmo que está havendo uma desindustrialização do trabalho.

▲▲ Para analisarmos as mudanças na configuração global do trabalho no decorrer dos tempos a para verificar se no Brasil esse fenômeno da terciarização já vem ocorrendo, vamos dividir a PEA em dois grupos:



Vejam como o total de pessoas que compõem a PEA se divide por esses dois grupos:



▲ Hoje em dia você ouve muito falar em *terceirização*. Não confundir *terceirização* com *terciarização*. *Terceirização* ocorre quando a empresa repassa para terceiros funções que ela própria realizava; *terciarização* significa deslocamento do emprego para o setor terciário (comércio e serviços).

▲▲ Essa segmentação é perfeitamente compatível com o conceito de PEA. Se você voltar a analisar esse conceito tal como definido na **Unidade 2**, você vai lembrar que a PEA inclui tanto pessoas ocupadas (não importando em que tipo de atividade) como desocupadas (sem trabalho).

▲▲▲ A porcentagem que os desocupados representam dentro da PEA é o que chamamos de taxa de desemprego.

▲▲▲ Portanto, em 1991, a PEA *ocupada* era representada por um contingente de 56,9 milhões de pessoas; a PEA *desocupada* correspondia a aproximadamente 1,5 milhão de pessoas.

Por enquanto vamos deixar de lado o grupo das pessoas que estavam sem ocupação, pois não há como identificar seu setor econômico de trabalho, e vamos nos concentrar no grupo dos ocupados, observando em que setores econômicos seus integrantes trabalhavam.

Veja na tabela a seguir como a PEA brasileira se divide pelos três setores de atividade econômica.

ANOS	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	TOTAL
1950	60%	14%	26%	100%
1960	54%	12%	33%	100%
1970	44%	18%	38%	100%
1980	30%	24%	45%	100%
1991	23%	24%	53%	100%

Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico (Mão-de-obra) 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.

Analisando esses dados, qual é a sua conclusão: o Brasil já estaria vivendo o fenômeno da *terciarização* do trabalho?

Analisando os dados, conclui-se que realmente está ocorrendo uma terciarização do mercado de trabalho, pois a PEA do terciário está cada vez mais *umentando*, em termos percentuais.

Veja que a PEA industrial, partindo de uma participação de 12% em 1960, progressivamente aumenta sua participação até 1980; a partir daí sua participação se estabiliza. Como você deve recordar, entre 1980 e 1991 a indústria atravessou severa crise, vivendo até momentos de recessão. Isso parece ter afetado o ritmo de geração de empregos industriais, que ficaram congelados no patamar de 24%.

A PEA do terciário, por outro lado, ampliou constantemente sua participação. Seu crescimento foi em boa parte do tempo estimulado pelo processo de industrialização. Mais recentemente, ela continuou a se ampliar porque, comparativamente à indústria, a atividade terciária era muito menos passível de mecanização e automatização, o que a fazia mais “consumidora” de trabalho que a própria indústria. A reestruturação produtiva entrou fortemente na indústria, mas atingiu bem menos o setor terciário. Por conta disso, em anos mais recentes a indústria diminuiu seu peso na PEA total, propiciando a *terciarização* do trabalho.

Com as transformações ocorridas no tempo, a PEA chegou a uma conformação em que mais da metade da população economicamente ativa está envolvida em atividades ligadas ao setor terciário, isto é, trabalhando no comércio e em serviços.

Essa forma de estruturação – grande concentração de ocupados nas atividades terciárias e pequena proporção nas atividades primárias – é típica de países mais desenvolvidos, onde a população ligada a atividades agropecuárias é reduzida e a ligada ao setor de comércio/serviços é numerosa.

ENCOLHIMENTO DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO

Outro efeito global dos processos de reestruturação produtiva é a diminuição do segmento formado pelos trabalhadores que participam do mercado formal de trabalho e, em razão disto, a intensificação da *precarização* do emprego.

Você imagina o que significa esse fenômeno?

Vamos voltar agora a examinar aquela nossa PEA de 58 milhões de trabalhadores. Vamos colocar uma lupa sobre ela, para tentar identificar que diferentes situações de trabalho ela abarca.

A PEA, você se recorda, inclui todas as pessoas ocupadas produtivamente que trabalham, independentemente do tipo de trabalho que exerçam ou da sua condição de trabalhador.

Nesse grande conjunto de trabalhadores, distinguem-se pelo menos dois tipos de situação:

PEA

de um lado, há os trabalhadores formalmente assalariados de uma empresa, que são registrados, que possuem “carteira assinada”. Os trabalhadores deste grupo são cobertos por benefícios e garantias legais mantidos pelas empresas empregadoras, como duração da jornada de trabalho, férias remuneradas, e assim por diante.

de outro lado, há um conjunto bastante heterogêneo que inclui trabalhadores por conta própria ou autônomos, proprietários de pequenos negócios, trabalhadores em negócios familiares, trabalhadores que trabalham para empresas sem registro, etc. Os trabalhadores que integram este segmento não são cobertos pelos benefícios que a lei assegura ao trabalhador.

▲ O primeiro conjunto de trabalhadores compõe o que se convencionou chamar de *mercado formal* de trabalho; o segundo, integra o *mercado informal*.

Em termos gerais, conforme AMADEO, pode-se dizer que os primeiros têm um emprego, os últimos um trabalho:

“... precisamos distinguir entre um emprego e um trabalho. *Quem vende uma mercadoria no sinal de trânsito não tem um emprego convencional, mas tem um trabalho e, portanto, uma renda.*” (AMADEO, Veja, 1998)

▲ Portanto, *mercado formal* de trabalho é aquele núcleo do mercado formado pelos assalariados que têm um trabalho como empregados de uma empresa, têm carteira de trabalho assinada, que são cobertos pelos benefícios garantidos por lei específica, etc. O *mercado informal* é constituído por um conjunto de trabalhadores com situações profissionais bastante diversificadas, como, por exemplo, os que não têm registro em carteira, os que trabalham como autônomos ou por conta própria, os pequenos proprietários, etc. Não são atingidos por benefícios legais mantidos pelos empregadores e garantidos aos assalariados por legislação específica.

▲▲ É por isso que este mercado pode ampliar-se aparentemente sem limite e, em momentos de crise de emprego, se converte em abrigo para os trabalhadores expulsos do núcleo formal.

É importante distinguir esses dois conjuntos, pois as normas que regem a criação do emprego e do trabalho são bem diferentes. O núcleo dos empregos formais possui dinâmica própria. O outro segmento subsiste porque o primeiro, em sua dinâmica, deixa “espaços” para que ele se reproduza.

A demanda de mão-de-obra no núcleo assalariado depende do volume da produção e da técnica empregada na produção dos bens e serviços, bem como da forma como as empresas organizam o trabalho. O número de trabalhadores empregados em um determinado momento, portanto, é dado. Nenhuma empresa empregará mais trabalhadores do que os necessários apenas porque existe abundância de mão-de-obra. Já o outro núcleo não comporta número fixo de trabalhadores, tampouco de pequenos negócios, em um determinado setor de atividade. Por exemplo, no setor de reparação de veículos não há nenhuma limitação para o número de mecânicos que queiram estabelecer-se nesse segmento.

▲▲ A única limitação para o número de pessoas é o tamanho absoluto do mercado consumidor para os bens ou serviços; mas o número de produtores que “disputa”

esse mercado pode variar. Se o número de produtores de um bem ou serviço for muito grande relativamente ao seu respectivo mercado, seu rendimento médio será baixo; caso contrário, será alto. Nesse núcleo, o número de pessoas ocupadas não é determinado pelo nível de produção. Ao contrário, pode ser variável para um dado tamanho global do mercado. Numa mesma cidade pode haver cem ou mil ambulantes, sem que isso influencie o volume total das vendas que realizam em conjunto. Se forem cem, o rendimento de cada um será maior do que se forem mil.

Isso significa que no mercado informal “sempre cabe mais um”. Mas quanto mais pessoas disputam esse mercado menor o rendimento médio de cada uma delas.

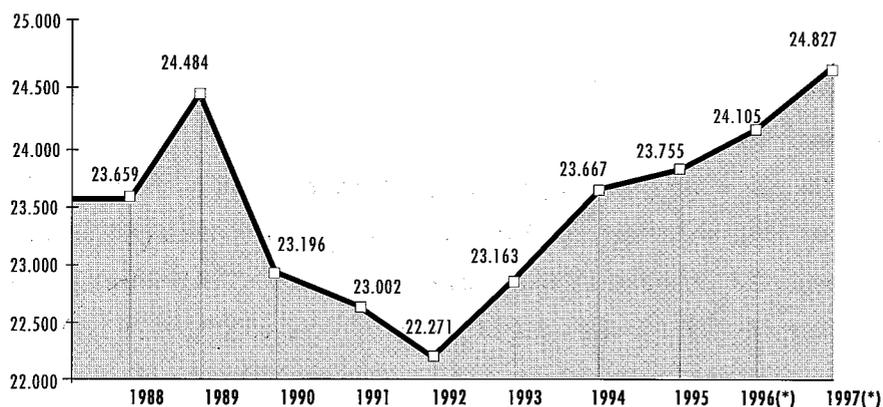
Entender corretamente esse mecanismo é importante para bem compreender a natureza das mudanças que vêm ocorrendo presentemente no mercado de trabalho brasileiro.

O que vem ocorrendo no Brasil, nos últimos anos, por conta da reestruturação produtiva, do combate à inflação, da tentativa de atrair capitais é uma contração da oferta de empregos assalariados formais, com registro em carteira. Está diminuindo o número de trabalhadores que gozam dos benefícios e da proteção legal.

Como conseqüência, o outro segmento do mercado, o mercado informal, está em alta, pois é nele que buscam abrigo os trabalhadores expulsos do mercado formal.

Veja alguns dados do emprego formal no Brasil nos últimos anos. A partir de 1989, o que se vem observando é que o mercado formal de trabalho tem se comprimido, ou pelo menos crescido muito pouco.

Emprego no Brasil de 1988 a 1997



Fonte: RAIS 1988/95; CAGED 1996/97. MTb/DATAMEC

* Estimativas a partir do total de desligamentos e de admissões registrados no ano.

Que mostram esses dados?

Os dados mostram que, entre 1989 e 1992, o número de empregos no país caiu de 24,4 milhões para 22,2 milhões, tendo sido destruídos nada menos que 2,2 milhões de empregos. A partir de 1993 houve um ligeira recuperação, mas apenas suficiente para que o número de postos de trabalho voltasse ao nível existente em 1989.

Essas oscilações pequenas do emprego para baixo e para cima não encontram justificativa no crescimento do PIB, pois, no mesmo período, este registrou expansão acumulada de cerca de 20%.

Entre o início do governo FHC (janeiro de 1995) até o presente momento, o PIB teve aumento acumulado de aproximadamente 10%; o emprego, porém, só cresceu 4%.

Se no conjunto houve uma ligeira expansão do emprego, o mesmo não aconteceu com a ocupação nos diferentes segmentos econômicos.

A indústria de transformação foi particularmente afetada pela reestruturação produtiva, promovendo um intenso processo de “queima” de postos de trabalho. Apenas entre 1988 e 1997 a indústria fechou quase um milhão de vagas. Ou seja, a força de trabalho industrial diminuiu 17%. Acompanhe esse movimento pela tabela a seguir.

EMPREGO NO BRASIL DE 1988 A 1997 (EM MILHARES)			
SETORES	1989	1997 (*)	SALDO
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	5.870	4.884	- 986
OUTRAS ATIVIDADES	17.789	19.943	+ 2.154
TOTAL	23.659	24.827	+ 1.168

Fonte dos dados brutos: RAIS 1988; CAGED 1997. MTb/DATAMEC.

(*) Estimativas a partir do total de desligamentos e de admissões registrados no ano.

Entre os anos extremos retratados acima, o “fundo do poço” para a indústria foi 1992, quando o setor registrou 4,7 milhões de empregados contra 5,8 registrados em 1988. Nesses três anos a redução de postos foi de 20%.

O declínio da ocupação na indústria é motivo de grande preocupação, pois, com isso, está havendo uma queda importante e significativa da qualidade do emprego no país, uma vez que os postos de trabalho industriais tendem a ter melhor qualidade do que os de outros setores.

“De um modo geral, empregos industriais têm uma qualidade média superior aos demais no Brasil, oferecendo maior remuneração, uma maior porcentagem de empregos com carteira assinada e uma menor taxa de rotatividade da mão-de-obra.” (GONZAGA, 1996, p. 7)

Essa perda de força do setor industrial como fonte geradora de postos de trabalho não é fato observado exclusivamente no Brasil. Como já vimos anteriormente, a migração do emprego do setor secundário para o terciário resulta das estratégias competitivas postas em prática pelos países que buscam o desenvolvimento pela via do crescimento baseado nas exportações.

Podem ser tomados como ilustrativos desta tendência os dados sobre a distribuição do emprego nos Estados Unidos e no Japão em 1970 e em 1991. Se considerado exclusivamente o emprego urbano, verifica-se que o setor de serviços ampliou seus

contingentes *vis-à-vis* da indústria. A ampliação do terciário sobre o secundário foi ainda maior no Japão que nos Estados Unidos.

EMPREGO NO JAPÃO E NOS ESTADOS UNIDOS POR SETORES EM 1970 E 1991				
SETORES	ESTADOS UNIDOS		JAPÃO	
	1970	1991	1970	1991
INDÚSTRIA	34%	25%	49%	30%
SERVIÇOS	66%	75%	51%	70%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

Fonte dos dados brutos: BRITTO, 1995 *apud* URANI, MEYER & RAMALHO, 1995, p. 26.

Em 1991, nos Estados Unidos, três quartos do emprego urbano estão no terciário; no Japão esta porcentagem é de 70%.

No caso do Brasil, só para comparar, esse percentual está em torno de 73%.

CRESCIMENTO DO TRABALHO PRECÁRIO

A contração do mercado formal tem uma outra face, que é a ampliação do mercado informal, do trabalho precário.

PERO (1996), em estudo realizado recentemente, fez uma análise retrospectiva do crescimento do mercado informal cobrindo o período de 1983/95, a partir de dados das regiões metropolitanas do Brasil.

Você arriscaria uma idéia a respeito de quantos brasileiros estão no mercado informal?

▲ Os dados apresentados pela autora indicam que a informalidade está cada vez mais atingindo parcelas maiores de trabalhadores. Nos anos compreendidos pelo estudo o mercado informal cresceu de 38% para aproximadamente 50% (a informalidade é definida pela autora como a proporção de trabalhadores sem carteira assinada e de trabalhadores por conta própria).

Esse mesmo tipo de movimento foi observado nas seis regiões metropolitanas brasileiras, independentemente do maior ou menor grau de formalização observado no início do período. Entre 1983 e 1995, a proporção de trabalhadores com carteira assinada, em todas elas, declinou entre seis e nove pontos percentuais, como você pode ver a seguir:

REGIÕES METROPOLITANAS	1983	1995
SÃO PAULO E PORTO ALEGRE	62%	53%
RIO DE JANEIRO, BELO HORIZONTE E SALVADOR	53%	47%
RECIFE	47%	41%

Fonte dos dados brutos: PERO, 1996, p. 11-12.

Duas categorias foram estudadas dentro do mercado de trabalho informal: o emprego sem carteira e o trabalho por conta própria. Dessas duas, o emprego sem carteira é,

▲ Conforme PERO, portanto, em 1995, a PEA das regiões metropolitanas do Brasil estaria dividida ao meio. Metade dela estaria na informalidade, metade no mercado formal.

no geral, considerado a forma de inserção no mercado de trabalho de pior qualidade, por razões várias, entre as quais:

- apresenta a renda média mais baixa;
- a maioria dos empregados gostaria de mudar para um emprego com carteira;
- o tempo de permanência na ocupação é muito baixo.

O trabalho por conta própria, por seu lado, é mais heterogêneo que o sem carteira. É difícil generalizar que esse tipo de atividade seja precário, uma vez que a maioria dos trabalhadores da categoria não demonstra interesse em mudar para um emprego com carteira assinada.

A participação das duas categorias está muito próxima nas várias áreas metropolitanas do país.

A participação do trabalhadores “por conta própria” varia entre 19% e 27%, dependendo da região; a dos “sem carteira assinada”, entre 19% e 28% (PERO, 1996).

Importa destacar que, apesar de uma certa reativação do crescimento econômico a partir do final de 1993, o segmento informal continuou crescendo mais do que o emprego com carteira assinada.

AMADEO (Folha de S. Paulo, 1998) recentemente fez uma análise semelhante à de PERO, atualizando esses dados até 1997. AMADEO examinou a situação das seis principais *regiões metropolitanas* no período 1993/97, com base na mesma fonte de dados usada por aquela autora, a saber, a Pesquisa Mensal do Emprego do IBGE. A conclusão a que chegou foi a de que no período 1993/95 o emprego assalariado, que representa o mercado formal, diminuiu, ao passo que o emprego sem carteira e por conta própria, representativos do mercado informal, se expandiram. Em suma, a tendência de crescimento da informalidade persistiu após 1995. Veja os dados obtidos por AMADEO para 1993/97.

EMPREGO ASSALARIADO FORMAL	CAIU 1,3%
EMPREGO SEM CARTEIRA	CRESCERU 15%
EMPREGO POR CONTA PRÓPRIA	CRESCERU 19%

▲ Pode-se tentar chegar a uma **aproximação** da dimensão do mercado informal comparando os dados levantados pelas pesquisas feitas na população, que investigam quantas pessoas são ocupadas, com os dados fornecidos pelas pesquisas nas empresas que coletam o número total de seus empregados. Os dados de população incluem todos os ocupados, não importa onde ou como trabalham os entrevistados; os dados das empresas contabilizam o número de assalariados nelas atuando. Portanto, os dados empresariais representam o mercado formal; os populacionais, o mercado global. Comparando-os, pode-se chegar a uma aproximação do mercado informal.

▲ Para realizar essa comparação, serão utilizados dados do IBGE como fonte dos dados da população ocupada e do Ministério do Trabalho/DATAMEC como fonte dos dados do emprego formal.

ANOS	OCUPADOS	EMPREGADOS	RELAÇÃO
1992	65,3 MILHÕES	22,2 MILHÕES	34%
1993	66,5 MILHÕES	23,1 MILHÕES	35%
1995	69,6 MILHÕES	23,7 MILHÕES	34%

Fonte dos dados brutos: IBGE. PNAD 1992, 1993 e 1995.

MTb. DATAMEC. RAIS 1992, 1993 e 1995.

Essa comparação mostra que entre 1992 e 1995 o mercado formal de trabalho correspondia a aproximadamente 34% ou 35% do total. Portanto, nada menos que 65% ou 66% da população trabalhadora estava, naquele período, vinculada ao mercado informal.

Que você acha desses números? São altos, baixos, são normais?

Na opinião de PASTORE, que é um estudioso das questões relativas a mercado de trabalho e emprego, essa proporção é muito elevada, “é uma vergonha”, pois as nações mais desenvolvidas registram bem menos de 10% de pessoas trabalhando “ilegalmente”, como diz ele. (PASTORE, 1997, p. 86)

ELEVAÇÃO DO DESEMPREGO ABERTO

No Brasil, a taxa histórica de desemprego tem girado entre 2% e 3%. Pelo menos até 1991 esse padrão prevalecia. Comprove esse fato analisando os dados a seguir.

POPULAÇÃO OCUPADA E DESOCUPADA NO BRASIL EM 1980 E 1991 • PEA EM MILHARES		
SITUAÇÃO	1980	1991
OCUPADOS	97,7%	97,4%
DESOCUPADOS	2,3%	2,6%
TOTAL (100%)	41.571	56.921

Fonte dos dados brutos: IBGE. Censo Demográfico (Mão-de-obra) 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.

Contudo, de lá para cá – e notadamente a partir de 1997 – o índice de desemprego aberto cresceu bastante.

Hoje em dia é só você abrir o jornal para ler alguma coisa parecida com a seguinte:

“O comércio da região metropolitana do Rio demitiu até o que não contratou para o Natal de 97. O número de postos de trabalho no setor reduziu-se em 1,9% entre dezembro e janeiro de 97, de acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).”
(FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, 12/03/1998. Caderno Dinheiro. p. 2.9)

Ou ainda, dessa vez valendo para São Paulo:

“A taxa de desemprego na Grande São Paulo voltou a crescer em fevereiro e atingiu a marca recorde de 17,2% da PEA (População Economicamente Ativa).

[...] Existem atualmente 1,47 milhão de desempregados na Grande São Paulo, o maior contingente desde o início da pesquisa [...] em 1985.

[...] No mês, a região metropolitana de São Paulo registrou o fechamento de 31 mil postos de trabalho. A maior parte deles, 20 mil, foram perdidos na indústria. O setor de serviços perdeu 16 mil vagas no período.

O comércio criou postos de trabalho em fevereiro, mas foram insuficientes para compensar as perdas em outras áreas.” (FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, 28/03/1998. p. 1.1)

A partir do final de 1997, o desemprego agravou-se muito no Brasil, tornando-se realmente preocupante. O IBGE, na sua pesquisa mensal válida para janeiro de 1998, constatou que, naquele mês, 7,3% da população estava desempregada, sendo essa a maior taxa observada no mês de janeiro, desde 1985, e a nona maior em toda a série histórica da pesquisa.

Essa taxa é duas ou três vezes maior que os índices históricos, que se situam num patamar entre 2% e 3%.

▲ Para que você possa avaliar melhor o significado dessa taxa, tome como exemplo o que está ocorrendo no Japão neste início de 1998.

“O desemprego no Japão em fevereiro atingiu o patamar recorde de 3,6% da população economicamente ativa [...] o maior percentual registrado desde 1953, quando essa estatística começou a ser calculada.” (FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, 28/03/1998. p. 2.2)

A taxa brasileira é o dobro da taxa dita “recorde” do Japão.

Até o fim do ano passado, acreditava-se que o desemprego no Brasil estivesse limitado a algumas regiões que, por serem altamente industrializadas, estariam sofrendo os efeitos da reestruturação produtiva que se difundiu mais fortemente na indústria que no setor terciário.

Contudo, os dados de janeiro de 98 mostraram que o fenômeno se generalizou no país.

Conforme BATISTA JÚNIOR (1998), a taxa revelada indica a escalada do desemprego aberto nas seis regiões metropolitanas pesquisadas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. E também nos vários setores de atividade, o que constitui preocupação adicional, pois nem mais o setor terciário está “segurando” o nível de emprego. Veja como cresceram as taxas observadas, por setores, entre dezembro de 1997 e janeiro de 1998:

▲ Você também pode usar as taxas de desemprego em alguns países desenvolvidos, para o período de 1979-90, para avaliar a situação brasileira:

Itália	9,5%
Estados Unidos	7,0%
Alemanha	5,8%
Suécia	2,4%

Se você quiser ler mais sobre o desemprego no mundo, recomendamos a leitura do estudo de AMADEO & SOARES (1996), do qual as taxas anteriores foram retiradas.

SETORES	DEZ. 97	JAN. 98
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	5,8%	8,8%
CONSTRUÇÃO CIVIL	5,6%	7,9%
COMÉRCIO	5,2%	7,5%
SERVIÇOS	3,7%	5,6%
OUTRAS ATIVIDADES	1,9%	2,6%

O desemprego industrial foi o que mais aumentou: cresceu três pontos percentuais entre dezembro de 1997 e janeiro de 1998. Os demais setores registraram aumentos de cerca de dois pontos percentuais cada um (com exceção de “outras atividades”, que teve incremento pouco inferior a dois pontos).

▲ Ainda conforme BATISTA JÚNIOR (1998), essas taxas se referem ao desemprego aberto. Contudo, se adotarmos uma medida de desemprego mais ampla – incluindo ocupados sem rendimentos e com rendimentos menores que um salário mínimo –, a taxa que era de 7,3% sobe para 12% ou 15% da população ativa.

A taxa recorde de 7,3% de desemprego aberto, mais do que uma proporção, mostra que cerca de cinco milhões de pessoas dispostas a trabalhar não encontram uma posição no mercado formal, isto é, não encontram um emprego com carteira assinada.

A questão do desemprego tem várias explicações. Vamos analisá-las:

- A** ▲▲ Uma delas é o alto custo da criação de empregos, principalmente de empregos industriais. Estima-se que, hoje, no Brasil, um empresário para criar um posto de trabalho em uma indústria precisa investir cerca de US\$ 30 mil, correspondentes a máquinas, instalações, matéria-prima, etc. (PASTORE, 1994b, p. 12). Mas os empregos têm também um custo de “manutenção” – que inclui, sobretudo, os encargos sociais – e que é considerado muito elevado no Brasil. Isso contribuiria para que as empresas reduzissem seus quadros de empregados a escalas mínimas.

O tema *encargos sociais* é extremamente controverso. Você, que provavelmente vem acompanhando a discussão que se trava sobre “O Custo Brasil”, conhece bem os pontos de vista conflitantes que os diversos especialistas têm sobre a questão.

O prof. PASTORE, reconhecidamente um dos maiores conhecedores desse campo, estima que os encargos sociais representem quase 102% no Brasil (ou exatamente 101,99%).

Sabe o que isso quer dizer? Isso significa que para cada cem unidades de salário, as empresas são obrigadas a desembolsar, sem nenhuma possibilidade de negociação, outras 102 unidades a título de encargos sociais.

Vários outros estudiosos discordam dos cálculos de PASTORE, havendo considerável variação nas taxas a que chegam. Apenas para ilustrar, registre-se que para alguns deles o Custo Brasil estaria em torno de 30%. Sobre o assunto, consultar PASTORE (1994a) e PASTORE (1994b).

- B** Outra explicação para o desemprego é de natureza estrutural e tem que ver com a pressão da competição e da busca de produtividade que estimula as empresas ao uso de tecnologias poupadoras de mão-de-obra.

O fantasma dessas máquinas é geralmente personificado na figura do robô.

Os estudiosos dizem que a criação dessas máquinas representa uma grande

▲ *Desemprego aberto* refere-se àquelas pessoas que efetivamente tomaram alguma providência para buscar trabalho, mas não encontraram. Pessoas que desanimaram de sair periodicamente à procura de emprego ou que estão procurando trabalho, mas que têm algum “bico”, mesmo que com rendimentos muito baixos, não estão computadas nessas taxas: diz-se que esse é o *desemprego oculto* ou *encoberto*. Só para você ter uma idéia do significado de usar tipos de medidas diferentes para captar o desemprego, vale mencionar que, em São Paulo, a Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados) realiza na região metropolitana do Estado levantamentos de desemprego que usam uma *medida mais ampla*, como diz BATISTA JÚNIOR (incluindo o *desemprego oculto*). Com base nesse critério, a pesquisa realizada para o mês de fevereiro de 1998 acusou desemprego recorde na região de 17,2% (quando o dado global para as regiões metropolitanas baseado em *medida menos ampla*, coletado pelo IBGE, foi de 7,3%).

▲▲ *Encargos sociais* são os benefícios diretos e indiretos que os trabalhadores recebem das empresas.

contradição para a humanidade. Quer dizer, o homem enfrenta, hoje, a concorrência desses novos entes que ele mesmo criou para tornar sua vida melhor. O inesperado está acontecendo: o emprego para robôs está crescendo mais rapidamente que o emprego para o ser humano. A criatura está engolindo o seu criador.

Na indústria, um só robô está substituindo, em média, três trabalhadores por turno, o que significa nove posições de trabalho no período de 24 horas. (PASTORE, 1997, p. 57)

▲ Nesse sentido, a expectativa é de que os empregos destruídos por essa razão não serão recriados. Ao contrário, a tendência é de que o desemprego devido a esse motivo venha a crescer, pois o próprio setor terciário, até há pouco grande consumidor de trabalho, está se reestruturando, o que faz prever um corte no nível de empregos.

“Parte do aumento do desemprego hoje tem a ver com os novos investimentos e a reestruturação do setor terciário (comércio e serviços). Em primeiro lugar, esse era um setor muito tradicional, com participação importante de pequenas empresas de propriedade familiar. Com o crescimento da demanda, grandes empresas, inclusive internacionais, passaram a se interessar pelo setor. É a quitanda da esquina que dá lugar ao hipermercado, a locadora de vídeo do bairro substituída pela cadeia de grandes lojas, para não falar do setor financeiro.

É claro que a grande empresa, principalmente a internacional, traz consigo outra cultura e outra tecnologia. A cultura do ‘downsizing’ e a redução de custos, que é uma obsessão no mundo, e tecnologias mais modernas. [...] Como consequência, tende a cair o emprego [...]

▲▲ *O desemprego tecnológico (que inclui novas tecnologias e nova cultura de gestão) chegou ao Brasil e vai desfazer parte dos benefícios da estabilização, principalmente no setor terciário. É para isso que devemos nos preparar.”* (AMADEO, Folha de S. Paulo, 1998)

- Mas o desemprego também tem que ver com as condições da nossa economia. Como você deve lembrar, vimos na **Unidade 2** que desde o começo dos anos de 1980 – época em que se iniciou a crise da dívida externa – o Brasil vem crescendo quase sempre menos que seu potencial de longo prazo. Apenas para focalizar 1995/97, quando atingimos o ponto crítico na crise do desemprego, o PIB cresceu entre 3% e 4% ao ano, bem abaixo do que seria necessário para evitar o aumento das taxas de desemprego. Desde fins de 1997, as perspectivas pioraram, como

▲ Como já vimos na **Unidade 3**, este é o denominado *desemprego tecnológico*.

▲▲ Alguns estudiosos do assunto são um pouco menos pessimistas, acreditando que novas atividades e novas frentes de trabalho sempre estarão sendo abertas na economia. Cita-se, no caso do Brasil, por exemplo, o potencial de criação de empregos que resultaria da expansão da telefonia celular, atividade econômica que apenas está começando no país. E o do setor de entretenimento, que pode crescer 70% nos próximos 10 anos.

resultado da crise asiática que contaminou por tabela a economia brasileira, o que faz prever que a taxa de crescimento do PIB será ainda mais reduzida em 1998 (prevê-se que esta taxa, em 1998, estará por volta de 1,5%).

A perspectiva da convivência com taxas altas de desemprego é causa de grande preocupação, por motivos óbvios.

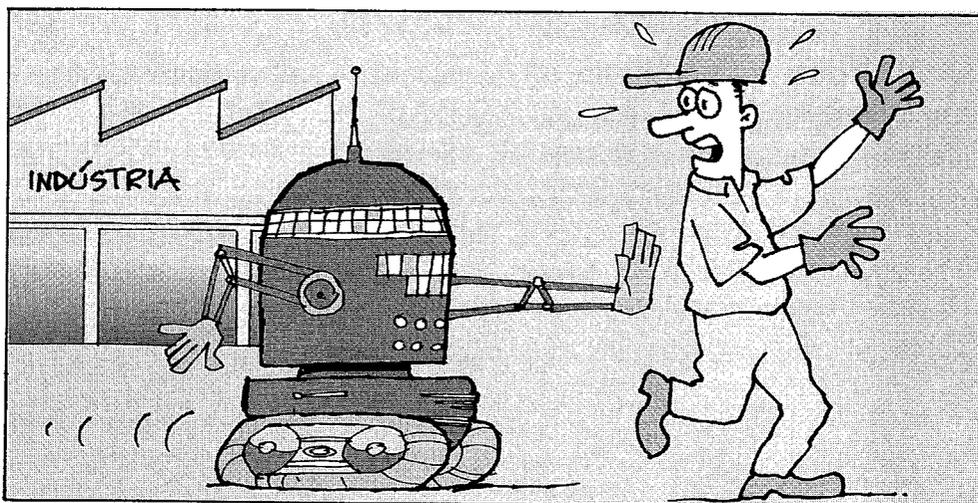
Para convidá-lo a pensar sobre esse tema, reproduzimos a seguir alguns trechos de um texto de RICUPERO que nos parece procedente para suscitar nossa reflexão sobre esse assunto.

“[inúteis para o mundo] Era essa expressão que descrevia na Idade Média e até o século 18 o universo dos excluídos e marginalizados: mendigos do Pátio de Milagres, vagabundos, pícaros, prostitutas, monges errantes, desertores. [...] A contradição de compaixão e repulsa despertadas pela miséria, [...] a consciência de inutilidade, de imprestabilidade dos excluídos, pareciam ter sido superados para sempre pela Revolução Industrial. O advento de uma ‘civilização do trabalho’ aparentemente continha o potencial de integrar todos os marginalizados por meio do emprego assalariado, contratual. [...] o regime do assalariado se consolidou aos poucos como o padrão e paradigma da organização do trabalho. É nesse momento [...] que essas conquistas aparentemente irreversíveis começam a ser destruídas por três tendências principais: 1) uma economia pós-industrial geradora de desemprego estrutural, de massa, atingindo às vezes 20% da força de trabalho mesmo em países de estagnação ou declínio de população; 2) a recente precarização dos empregos restantes, a pretexto de ‘flexibilização do mercado de trabalho’; c) a dissolução dos vínculos sociais e a erosão de estruturas comunitárias de proteção como a família, o sindicato, o partido, o Estado.

Mais propriamente do que excluídos, as vítimas desse desabamento são resíduos, sobras, destroços que a enchente carrega. Tornados supérfluos, desnecessários ao processo produtivo, passam a ser os ‘inúteis para o mundo’ do nosso tempo. [...] os supranumerários de hoje, os prescindíveis, os que sobram, não são nem mesmo explorados, pois para isso precisariam ter competência de alguma utilidade ou valor. É uma situação nova, uma espécie de inexistência social, embora de tipo diverso, não por falta ou escassez, mas por excesso: não existem justamente porque são excessivos, demasiados, mais do que necessários. [...] Numa sociedade como a nossa, o trabalho não é apenas relação técnica de produção. Ele é a base privilegiada pela qual o indivíduo se insere, se integra na sociedade [...] É por isso que

devemos nos alarmar e reagir com vigor à explosão do desemprego no Brasil. Esse flagelo do fim do século será muito mais insuportável numa sociedade profundamente desigual como a nossa. [...] nenhum objetivo macroeconômico justifica ou exige, em hipótese alguma, aumentar o sofrimento dos vulneráveis..." (RICUPERO, Folha de S. Paulo, 1998)

O PERFIL DOS EXCLUÍDOS DA INDÚSTRIA



▲ A destruição de empregos industriais é um fenômeno mundial nos últimos 10 a 15 anos. O Brasil, como vimos, não fugiu a essa regra. Nos últimos anos, a indústria nacional cortou mais de um milhão de postos de trabalho.

O processo de “corte” de efetivos na indústria, contudo, não foi linear. Ele foi orientado por alguns mecanismos de seletividade, como iremos ver a seguir.

Você imagina quem foram os trabalhadores desligados das indústrias?

Confira as suas idéias.

- ▲ Os menos qualificados. Um primeiro processo de exclusão foi a *qualificação* dos trabalhadores. Foram cortados os trabalhadores de *menor qualificação* formal, isto é, os trabalhadores de menor nível educacional.

Observe os dados a seguir.

ESCOLARIDADE	EMPREGO	
	1988	1995
1º GRAU INCOMPLETO	66%	55%
1º GRAU COMPLETO	19%	25%
2º GRAU COMPLETO	11%	15%
SUPERIOR COMPLETO	4%	5%
TOTAL	100%	100%

Fonte dos dados brutos: RAIS 1988 e 1995. MTh/DATAMEC.

▲ Para que você possa avaliar a dimensão do “enxugamento” ocorrido no Brasil, leve em conta que, entre 1970 e 1993, em torno de oito milhões de postos de trabalho industriais deixaram de existir nos países mais desenvolvidos do mundo: Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha Ocidental, Japão, Itália e Canadá. Esse corte significou uma redução de 15% no emprego industrial. (AMADEO & SOARES, 1996, p. 18)

Partindo de uma classificação dos empregados industriais em quatro níveis de escolaridade, fica evidente que a queda do emprego foi muito mais pronunciada para os trabalhadores menos escolarizados, os que não têm 1º grau completo. Esse grupo representava, em 1988, 66% da mão-de-obra industrial; já em 1995 não ultrapassava 55%.

O pessoal de todos os níveis de escolaridade superior a esse (1º grau, 2º grau e superior completos) aumentou sua participação entre 1988 e 1995.

▲ O pessoal com nível de escolaridade maior, na faixa de 1º grau, 2º grau e superior completos, aumentou sua participação entre 1988 e 1995.

Portanto, os dados apresentados autorizam a concluir que estaria havendo um processo de “elitização” da força de trabalho industrial.

● Os administrativos. Além disso, nos anos que se seguiram à reestruturação produtiva, o setor industrial comparativamente enxugou um pouco mais o quadro do “pessoal de escritório” das empresas, preservando mais os trabalhadores diretos.

Essa desvantagem do “pessoal de escritório” é evidenciada pela participação das categorias no emprego total no período de 1989 a 1993. Esse pessoal representava 35% do total em 1988 e 32% em 1995.

▲▲ No período em foco, foram desligados da indústria aproximadamente 408 mil empregados administrativos e 336 mil empregados diretos.

CATEGORIAS DE PESSOAL	EMPREGADOS	
	1988	1995
ESCRITÓRIO	35%	32%
DIRETOS	65%	68%
TOTAL (*)	100%	100%

Fonte dos dados brutos: RAIS 1988 e 1995. MTb/DATAMEC.

● Os muito jovens. O mercado também selecionou conforme a idade dos trabalhadores. No balanço final, entre 1988 e 1995, apenas os contingentes de trabalhadores *muito jovens* (menores) foram percentualmente reduzidos. Os grupos de idade entre 18 e 49 anos aumentaram sua participação, enquanto os mais idosos mantiveram seu peso inalterado.

Portanto, o setor industrial “livrou-se” dos seus trabalhadores muito jovens, que são os menos experientes, vistos por isso como menos produtivos que os profissionais mais idosos/experientes.

▲▲▲ Confira isso observando os dados que se seguem:

IDADE	EMPREGADOS	
	1988	1995
ATÉ 17 ANOS	6%	4%
DE 18 A 29 ANOS	45%	42%
DE 30 A 49 ANOS	43%	48%
ACIMA DE 49 ANOS	6%	6%
TOTAL	100%	100%

Fonte dos dados brutos: RAIS 1988 e 1995. MTb/DATAMEC.

▲ O pessoal com 1º grau incompleto em 1988 totalizava 3,7 milhões de trabalhadores. Daí até 1995 cerca de um milhão deles foram desempregados, o que representou uma redução de 28% do contingente original de 1988.

▲▲ Em 1988, para cada empregado administrativo havia cerca de 1,8 trabalhador direto. Em 1995 essa relação aumentou para 2,1 trabalhadores diretos para 1 trabalhador de escritório.

▲▲▲ Em termos numéricos, os menores de 18 anos foram reduzidos quase 50% entre os anos focalizados. Eles totalizaram cerca de 360 mil trabalhadores em 1988, reduzindo-se a pouco mais de 176 mil em 1995.

Isso mostra que a força de trabalho jovem em grande parte “pagou a conta” do ajuste produtivo.

“... a força de trabalho juvenil [...] perdeu um de cada cinco empregos existentes no período recente.

[...] Por decorrência da crescente escassez de postos de trabalho, principalmente para aqueles que ingressam no mercado, tem aumentado o desemprego total, significativamente para os jovens, o que, segundo a literatura especializada, pode ser identificado como desemprego de inserção.

[...] Para a Grande São Paulo, por exemplo, ele [o desemprego de inserção] atinge fortemente os jovens. Entre 1990 e 1996, as taxas de desemprego mais que duplicaram para as pessoas de 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos. No mês de dezembro de 1997, 42,3% dos jovens entre 15 e 17 anos estavam desempregados, enquanto entre as pessoas com mais de 40 anos a taxa de desemprego era de 10,4%...” (POCHMANN, Folha de S. Paulo, 1998a)

- Ⓓ Os homens. Os mecanismos de exclusão do mercado abateram ligeiramente mais os homens do que as mulheres. Embora nos anos analisados não tenha havido uma alteração muito grande na participação feminina no total do emprego – ela subiu de 26% em 1988 para 27% em 1995 –, o contingente de mulheres foi relativamente menos desfalcado que o de homens entre o começo e o fim do período. O efetivo feminino diminuiu 15%, enquanto o masculino foi reduzido em 17%.

GÊNERO	EMPREGADOS	
	1988	1995
MASCULINO	74%	73%
FEMININO	26%	27%
TOTAL	100%	100%

Fonte dos dados brutos: RAIS 1988 e 1995. MTb/DATAMEC.

Quanto a isso, o que dizem os especialistas é que algumas das tendências seletivas observadas no mercado de trabalho industrial brasileiro não fogem do padrão geral, enquanto outras discrepam do quadro internacional.

A tendência para a liberação dos contingentes de trabalhadores menos qualificados tem caráter geral. A complexidade do processo produtivo e suas exigências de um trabalhador de perfil mais amplo não são compatíveis com baixos níveis de qualificação. Por essa razão, os poucos qualificados tendem a tornar-se “inúteis para o trabalho” e acabam sendo liberados pelo setor industrial.

△ Em 1995 havia 1,3 milhão de mulheres e 3,5 milhões de homens na indústria brasileira. Entre 1988 e 1995 foram cortados da indústria quase 750 mil homens e pouco mais de 220 mil mulheres.

▲ Da mesma forma, a ampliação da participação das mulheres no trabalho industrial, embora muito pequena, acompanha uma tendência registrada ao longo das últimas décadas, não apenas nas indústrias mas em todos os setores de atividade, na maioria dos países capitalistas. Igualmente, a tendência à exclusão da mão-de-obra jovem do mercado de trabalho é também uma tendência mais global e que não atinge exclusivamente os jovens da indústria.

Por outro lado, o corte proporcionalmente maior do pessoal de escritório comparativamente aos trabalhadores diretos discrepa um pouco do padrão internacional. Conforme AMADEO & SOARES (1996, p. 18-20), há indicações de que a relação *trabalhadores manuais versus trabalhadores não-manuais* vem diminuindo em vários países. Aqui, ao contrário, os cortes de contingentes atingiram relativamente mais os trabalhadores não-manuais (de escritório).

Finalmente, a tendência à exclusão da mão-de-obra jovem do mercado de trabalho é também uma tendência mais global e que não atinge exclusivamente os jovens da indústria.

DESCENTRALIZAÇÃO ESPACIAL DO EMPREGO

O emprego tradicionalmente no Brasil se localiza na região Sudeste do país. Dentro da região Sudeste, o estado de São Paulo também concentra tradicionalmente parcela bastante elevada da oferta de trabalho.

Mais recentemente, há muitas notícias de que estaria em curso um processo de descentralização espacial desse emprego, especialmente do emprego industrial.

Isso estaria ocorrendo porque, em busca de maior competitividade, as empresas estariam “fugindo” de áreas mais desenvolvidas, o que estaria fazendo surgir novos pólos industriais nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Empresas já instaladas, bem como empresas a se instalar, estariam deixando o eixo Sul-Sudeste em direção a outras áreas em busca de custos menores, como mão-de-obra mais barata, incentivos fiscais e terrenos de baixo (ou nenhum) custo. (FARRO, 1998, p. 14-17) Uma análise da distribuição regional do emprego e do emprego industrial no período 1988/95 revela que essa descentralização ainda é modesta. As antigas áreas concentradoras do emprego e do emprego industrial diminuíram bem pouco sua participação no emprego do país.

Focalizando primeiro a descentralização em termos de regiões, veja o que sucedeu entre 1988 e 1995 com a região Sudeste. Observe as duas colunas que correspondem ao emprego total: em 1988 e 1995.

REGIÕES	EMPREGO TOTAL		EMPREGO INDUSTRIAL	
	1988	1995	1988	1995
REGIÃO SUDESTE	57%	56%	65%	61%
DEMAIS REGIÕES	43%	44%	35%	39%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

Fonte dos dados brutos: RAIS 1988 e 1995. MTB/DATAMEC.

▲ É interessante mencionar que os países do Leste Europeu, após a queda do muro de Berlim, entraram na contramão da história, apresentando tendência oposta à observada em nível internacional, acusando queda da participação feminina. (URANI *et al.*, 1995, p. 37)

Os dados dessas duas colunas mostram que a região Sudeste praticamente não alterou sua taxa de participação no total do emprego, que ficou entre 57% e 56% entre 1988 e 1995.

A descentralização do emprego industrial já foi mais evidente. Veja o que indicam os dados das duas colunas que correspondem ao emprego industrial em 1988 e 1995. A perda do emprego industrial na região foi de quatro pontos percentuais. Ela concentrava 65% do emprego em 1988, reduzindo esse percentual para 61% em 1995.

REGIÕES	EMPREGO TOTAL		EMPREGO INDUSTRIAL	
	1988	1995	1988	1995
SÃO PAULO	33%	32%	46%	43%
DEMAIS ESTADOS	67%	68%	54%	57%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

Fonte dos dados brutos: RAIS 1988 e 1995. MTb/DATAMEC.

A descentralização de São Paulo ocorreu mais ou menos na mesma proporção. O Estado reduziu sua participação no emprego total de 33% para 32%, entre 1988 e 1995: no emprego industrial a redução foi de três pontos percentuais (de 46% para 43%).

Portanto, a descentralização tão apregoada ainda não se fez sentir de forma mais evidente em termos de geração de empregos.

Mas os dados indicam que, se o processo de desconcentração se intensificar, será pelo lado do emprego industrial, pois foi aí que a região Sudeste e o estado de São Paulo reduziram um pouco sua participação no total do emprego gerado no país.

Estamos concluindo aqui o conteúdo da **Unidade 4**. Ela procurou dar um panorama geral da situação do trabalho e do emprego no Brasil. O material aqui estudado já permite que você possa imaginar o conteúdo da **Unidade 5**, cujo tema é o futuro do trabalho.

Vamos então recapitular o que aprendemos aqui, para nos habilitar ao exercício de futurologia da próxima unidade?

Sintetizando

O que esta unidade procurou fazer foi apresentar uma caracterização geral do mundo do trabalho no Brasil, focalizando as principais modificações que este mundo está sofrendo na atualidade.

- Você viu inicialmente que o mundo do trabalho no Brasil é constituído por aproximadamente 58,4 milhões de trabalhadores.
- Aprendeu que esses trabalhadores desempenham, na maioria, atividades ligadas ao setor terciário da economia. Esse setor vem, no correr dos tempos, ampliando sua participação no total da mão-de-obra ocupada, de tal forma que se pode dizer que está em curso um processo de terciarização do nosso mercado de trabalho.

- Você verificou também que, em anos mais recentes, o mercado de trabalho formal perdeu dinamismo, apresentando taxas de crescimento reduzidas ou até mesmo negativas, notadamente o mercado de trabalho industrial.
- Como contrapartida do encolhimento do mercado formal, você aprendeu que cresceram muito as atividades informais e o próprio desemprego.
- Você verificou que o desemprego aberto disparou, principalmente a partir do final de 1997, de tal modo que as taxas históricas de 2% ou 3% duplicaram ou triplicaram.
- Você viu ainda que os processos de demissão de trabalhadores industriais levaram em conta alguns critérios seletivos: foram preferencialmente cortados os trabalhadores mais jovens, os trabalhadores de escritório, os menos qualificados e o contingente masculino.
- Finalmente você observou que é muito incipiente o processo de descentralização do emprego da região Sudeste e do Estado de São Paulo. Se esse processo ganhar novo fôlego daqui para a frente, provavelmente atingirá o emprego industrial, pois foi aí que a região e o estado reduziram um pouco sua participação no total do emprego gerado no país.

AUTO-AVALIAÇÃO

Complete com as informações corretas:

1 • A PEA total brasileira somava em 1980 _____ milhares de pessoas e correspondia a _____ % da população. Em 1991 o total da PEA era de _____ milhares de pessoas, representando esse número _____ % da população.

2 • A PEA ocupada ligada ao setor terciário no Brasil passou de _____ % em 1950 para _____ % em 1970, e para _____ % em 1991.

3 • Quando se comparam pesquisas feitas na população sobre o total de ocupados desse contingente com pesquisas feitas nas empresas que coletam o número de assalariados nelas empregados (ou empregados formais), conclui-se que o mercado informal representava _____ % do mercado total em 1992, _____ % em 1993 e _____ % em 1995.

CHAVE DE RESPOSTA

- 1 • A PEA total brasileira somava em 1980 $\overline{43.235}$ milhares de pessoas e correspondia a $\overline{36\%}$ da população. Em 1991 o total da PEA era de $\overline{58.456}$ milhares de pessoas, representando esse número $\overline{39\%}$ da população.
- 2 • A PEA ocupada ligada ao setor terciário no Brasil passou de $\overline{26\%}$ em 1950 para $\overline{38\%}$ em 1970, e para $\overline{53\%}$ em 1991.
- 3 • Quando se compararam pesquisas feitas na população sobre o total de ocupados desse contingente com pesquisas feitas nas empresas que coletam o número de assalariados nelas empregados (ou empregados formais), conclui-se que o mercado informal representava $\overline{66\%}$ do mercado total em 1992, $\overline{65\%}$ em 1993 e $\overline{66\%}$ em 1995.

5 • O TRABALHO NO SÉCULO XXI NO BRASIL E NO MUNDO

“Em todos os cantos do planeta os direitos dos trabalhadores estão sendo colocados em xeque. Vantagens que levaram décadas para ser conquistadas estão na mira das empresas que desejam, a qualquer preço, reduzir seus custos de produção.”

JOSÉ EMÍDIO TEIXEIRA

TODAS AS GRANDES transformações que estão ocorrendo nas economias e nas sociedades afetam o mundo do trabalho. Aliás, pela leitura das **Unidades 3 e 4** você já “sentiu” um pouco quais são as principais tendências de mudanças nesse mundo.

Nesta unidade vamos procurar aprofundar um pouco mais o assunto e tentar ver na “bola de cristal” quais delas podem se tornar permanentes e que outras modificações poderão ocorrer no trabalho.

Mas antes de tentar adivinhar como será o trabalho do século XXI, todos nós temos claro como é o trabalho no século que vivemos? Em outras palavras, que padrão de trabalho está sendo implodido?

Se você pensar no tipo de trabalho que a grande maioria das pessoas gostaria de ter até alguns anos atrás, você estará perto da definição do padrão de trabalho do nosso século.

▲ Muito provavelmente você estará concluindo que o padrão, o paradigma de trabalho que se consolidou a partir da Revolução Industrial, foi o regime de trabalho assalariado, formal, regido por meio de legislação trabalhista e da proteção social. O trabalho fixo, vinculado a uma empresa, em regime de tempo integral.

Além disso, o protótipo desse modelo era o trabalho industrial, alienado e não qualificador. (LEITE, 1996, p. 17)

Esse paradigma de trabalho está em questão? Quais são as chances de que se mantenha no século XXI?

Vamos recordar o que os jornais, revistas e livros estão publicando todos os dias e o que está acontecendo na vida de várias pessoas já hoje, para nos auxiliar nessa tarefa imaginativa.

A AGONIA DO EMPREGO

Deu na *Folha de S. Paulo*:

“Mercado formal encolhe. Em 1997 foram fechadas mais de 36 mil vagas [...] em 96, o resultado foi ainda pior: 271.298 vagas fechadas.” (FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, 28/02/1998. Seção Dinheiro. p. 2.1)

“Levantamento realizado pela Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe revela que o Banco Excel demitiu cerca de 3.000 funcionários desde que passou a administrar o antigo Econômico [...] Há duas semanas, o banco anunciou mais 200 demissões somente em Salvador.” (FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, 18/02/1998. Seção Dinheiro. p. 2.8)

“Por conta da nova estrutura (em grandes áreas de negócio), o Unibanco está demitindo entre 10 e 20 de seus diretores.” (FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, 14/02/1998. Seção Dinheiro. p. 2.2)

▲ É claro que esse não era exatamente o padrão no início da Revolução Industrial. Naquela época havia grande exploração do trabalho, insegurança empregatícia, pauperização, grande desigualdade nas formas de tratamento dos trabalhadores. Mas com o passar dos tempos esses problemas foram sendo corrigidos por legislação específica. Forjaram-se os direitos sociais que ganharam lugar nas Constituições. Foram sendo incorporadas às Constituições normas protetoras do trabalho, como o fizeram as Constituições brasileiras de 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988. Dessa forma, o instituto do trabalho acabou sendo balizado de forma rígida por considerável aparato legal.

Que conclusão você pode tirar disso? Que tendência você vê, a partir do que já está acontecendo, para o trabalho no futuro?

É isso aí. Todas essas informações levam a concluir que há uma tendência de as empresas *diminuírem sua oferta de empregos*. De cortarem seus quadros de funcionários.

Segundo os especialistas no assunto, este é um fenômeno global, isto é, atinge todos os países e também parece que veio para ficar.

Alguns países estão sendo atingidos com maior, outros com menor intensidade. Mas todos estão encontrando grandes dificuldades para voltar a gerar bons empregos.

Quer uma prova?

Veja o que está acontecendo no mundo segundo RIFKIN:

“Nos Estados Unidos, as corporações estão eliminando anualmente mais de dois milhões de empregos. Em Los Angeles, o First Interstate Bankcorp, a décima terceira maior holding de bancos do país, reestruturou suas operações, eliminando 9 mil empregos, mais de 25% de sua força de trabalho. Em Columbus, Indiana, a Arvin Industries modernizou sua fábrica de componentes automotivos e demitiu 10% de seus funcionários. Em Danbury, Connecticut, a Union Carbide fez a reengenharia de seus sistemas de produção, administração e distribuição para cortar excessos e economizar US\$ 575 milhões em custos em 1995. Com essa medida, mais de 13.900 empregados, quase 22% de sua força de trabalho, foram cortados da folha de pagamentos da empresa. A empresa deve demitir ainda mais 25% de seus funcionários, antes de terminar de ‘reinventar’ a si própria nos próximos dois anos.

[...] A perda de empregos bem remunerados não se limita à economia americana. Na Alemanha, a Siemens, gigante da eletrônica e da engenharia, achatou sua estrutura administrativa, cortou custos em 20 a 30% em apenas três anos e demitiu mais de 16 mil funcionários em todo o mundo. Na Suécia, a ICA, cooperativa de alimentos com faturamento de US\$ 7,9 bilhões, sediada em Estocolmo, aplicou a reengenharia em suas operações, instalando um sistema informatizado de controle de estoque de última geração. A nova tecnologia poupadora de mão-de-obra permitiu que a empresa de alimentos fechasse um terço de seus armazéns e centros de distribuição, reduzindo seus custos gerais para a metade. Com essa medida, a ICA conseguiu eliminar mais de 5

mil funcionários, ou seja, 30% de toda sua força de trabalho, em apenas três anos, enquanto a receita cresceu mais de 15%. No Japão, a empresa de telecomunicações NTT anunciou sua intenção de cortar 10 mil funcionários em 1993 e afirmou que, como parte de seu programa de reestruturação, as demissões chegariam a 30 mil – 15% da sua força de trabalho.” (RIFKIN, 1995, p. 3-5)

Diante desse quadro desanimador, certamente você deve estar-se perguntando: e não dá para fugir dessa realidade?

Não, simplesmente porque...

“A globalização é uma realidade e não uma escolha. As poderosas forças que comandam a globalização [...] têm vida própria e são independentes dos governos [...] é impossível a um país se isolar do mercado mundial, a não ser a um custo social muito elevado porque, para fazê-lo, teria que impor às suas populações a marginalização da prosperidade material aberta a um número crescente de nações.

“Como essa possibilidade não se coloca a um povo que aspira se desenvolver dentro dos valores democráticos, participar ou não da globalização não é uma opção, dadas as mudanças irreversíveis no ambiente internacional.” (RIZZIERI et al., 1998)

▲ Nessas circunstâncias, então, o que se pode imaginar como tendência para o futuro é a *agonia do emprego*. É a morte do emprego.

MUITO TRABALHO E POUCO EMPREGO

Que esses autores entendem por fim do emprego? Eles estão querendo dizer que as pessoas, daqui para a frente, não terão mais como ganhar sua vida? Que alternativas elas terão para sobreviver?

Para deslindar o que eles pensam, vamos, de novo, conhecer algumas histórias de gente como a gente:

“[...] O ferramenteiro Dorival Tavares, 51 anos, fez modelos durante 27 anos, até que perdeu o emprego em 1991 para essas máquinas computadorizadas que limam, fresam, moldam, lixam, sob o comando de um computador. Hoje vive de bico em sua casa em Itaquera, São Paulo. Nunca mais conseguiu trabalho fixo. ‘Procuro serviço de manhã e, de tarde, faço uma coisa ou outra para arranjar dinheiro’, conta.” (SIMONETTI & GRINBAUM, 1998, p. 68)

▲ *“Agonia do Emprego”* é o título de um livro publicado recentemente por PASTORE (1997), um estudioso brasileiro das questões relacionadas a trabalho e emprego. Nesse livro, o autor sinaliza, entre outras coisas, esta “virada” que está acontecendo no mundo do trabalho, que é o desaparecimento do emprego tal como nós tradicionalmente o conhecemos. Vale destacar que PASTORE não é a única voz que está alertando para as mudanças que estão ocorrendo nesse mundo. Só para ilustrar isso, mencionamos outra obra, desta vez de um especialista norte-americano chamado RIFKIN, que escreveu *“O Fim do Emprego”* – título muito parecido com o do livro de PASTORE – e que trata da mesma questão.

“Florindo Aparecido Rodrigues Soares, 32, há um mês desempregado [...] trabalhava há sete anos como auxiliar-geral de laboratório em uma empresa de vídeo [...] Agora, o desempregado diz que pretende voltar a fazer alguns ‘bicos’ como segurança autônomo [...] De acordo com Soares, a situação está piorando a cada dia. ‘Para a empresa, parece mesmo que não tinha outro jeito a não ser demitir’, afirma.” (FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, 05/03/1998. Seção Dinheiro. p. 2.4)

“Arthur Sultan, antigo executivo financeiro da Xerox [...] foi demitido quando sua divisão foi fechada. Após procurar trabalho fixo por mais de dois anos, Sultan aceitou serviços temporários [...] Não conseguindo encontrar emprego em seu campo de atuação, Sultan viu-se forçado a aceitar três empregos de meio período, trabalhando uma semana de 80 horas como motorista, vendedor de câmeras na loja de departamentos Calder e como gerente de crédito para a Pepperigge Farm. Nos últimos nove meses, Sultan tem trabalhado para a Federal Deposit Insurance Corporation como analista financeiro temporário...” (RIFKIN, 1995, p. 213)

“Dick Ferrington, especialista em treinamento de pessoal [...] tem trabalhado como temporário há sete anos, ganhando quase US\$ 100 mil por ano [...] Atualmente, trabalha como vice-presidente interino de recursos humanos na Scios Nova, empresa de biotecnologia no Vale do Silício. Seu contrato é por seis meses. Entre um e outro emprego temporário, Ferrington procura novos contratos temporários de sua residência, equipada com computador, modem e fax.” (RIFKIN, 1995, p. 213)

Que há de comum nas histórias de Dorival, Florindo, Arthur e Dick?

Muito provavelmente você percebeu que o que há de comum é o fato de que, embora sendo pessoas com profissões definidas, com experiência de trabalho, ex-empregados de firmas conceituadas e formalmente constituídas, não conseguem mais obter um emprego, isto é, não conseguem ser admitidos como empregados permanentes de uma empresa.

Florindo acha que sua única possibilidade de trabalho será arrumar algum “bico”. Arthur, depois de procurar emprego fixo, sem sucesso, teve de aceitar trabalhos temporários, de tempo parcial e em áreas diferentes da sua especialidade. Dick até parece que “se deu bem”, mas também não tem um emprego fixo e a cada fim de contrato tem de batalhar uma nova oportunidade de trabalho.

Nenhum dos três tem um emprego. Mas todos têm um trabalho.

▲ E é assim que os especialistas dizem que será o mundo do trabalho daqui para a frente. Será *um mundo com trabalho, mas com pouco emprego*.

Emprego, neste caso, refere-se à atividade específica, exercida de forma continuada por uma pessoa numa mesma empresa. Para a maior parte da força de trabalho, isso vai acabar.

▲▲ Comparando com os nossos dias, a diferença, você deve concordar, é radical. Não confundir a morte do emprego com a morte do trabalho: o trabalho vai continuar porque haverá muitas coisas a serem feitas. Só que ele vai ser feito de forma diferente da que estamos acostumados a ver.

No futuro, as pessoas exercerão atividades de forma intermitente, não-contínua, dentro das empresas ou fora delas.

Já há sinais de que esse futuro está chegando e tudo indica que daqui há uns 10 anos a grande maioria das pessoas não mais trabalhará em empregos fixos, mas na condição de autônomos, temporários, “freelancers”, microempresários, cooperados, etc.

Os locais de trabalho serão descentralizados.

As pessoas trabalharão em projetos com começo, meio e fim. Terminado um projeto, elas passarão para outro, na mesma empresa ou em outra, ou até mesmo em casa. Poderão desenvolver esses projetos em regime de tempo parcial, de trabalho temporário ou de trabalho a distância (teletrabalho).

Nesse sentido, o trabalho será feito com muito mais liberdade.

Em compensação, será mais “precário”, tomando como referência o trabalho que hoje conhecemos. O trabalho será mais precário por três motivos principais:

- O trabalhador não terá garantia de “estabilidade”, de continuidade do trabalho.
- O trabalhador terá de assumir ele próprio responsabilidades sobre a sua vida e sobre o seu futuro, responsabilidades que hoje recaem sobre a empresa, como sua previdência social, sua assistência médica. Ele terá de se autoconceder férias, de definir sua jornada de trabalho, e assim por diante. Contará com menos direitos trabalhistas.

▲▲▲•O trabalhador terá de ser mais flexível, ter mais “jogo de cintura” para executar um elenco mais amplo de atividades, não se limitando estritamente ao seu campo de especialidade profissional.

É por todos esses motivos que se diz que, no futuro, direitos dos trabalhadores que levaram décadas para ser conquistados serão colocados em xeque.

▲ ATTALI cunhou uma expressão bastante apropriada para caracterizar como será esta realidade sem emprego. Diz ele que, neste mundo, “a classe trabalhadora está recebendo seu bilhete azul”. (ATTALI, 1991 *apud* RIFKIN, 1995, p. 8). Ou seja, as empresas estarão demitindo seus empregados.

▲▲▲ Até agora, quando se pensava em oferecer ocupação à força de trabalho se pensava logo em empregos. A realidade nos mostra, porém, que a categoria emprego está com seus dias contados. Aliás, o atestado de óbito do emprego já vem sendo entregue para grandes parcelas da população mundial, como Dorival, Florindo, Arthur e Dick.

▲▲▲▲ Você se lembra do caso de Arthur? Ele não conseguiu trabalho na sua especialidade e teve de ser flexível trabalhando como motorista, vendedor de câmeras, gerente de crédito e analista financeiro.

Em suma, no novo mundo do trabalho haverá trabalho, mas pouco emprego. E o trabalhador para viver nesse mundo tem de aprender a se relacionar de forma diferente com o mercado empregador.

Você está preparado para trabalhar nesse futuro que não terá mais empregos? Você está preparando seu filho para esse novo mundo? E seus alunos?

Diante desse quadro, acho que estamos agora em condições de responder à nossa pergunta que ficou lá atrás: o paradigma de trabalho do século XX – trabalho assalariado, formal, regido por meio de legislação trabalhista e da proteção social, fixo, vinculado a uma empresa, em regime de tempo integral – está sendo implodido? Eu responderia sim. E você?

TRABALHO *JUST-IN-TIME*

Observando a prática das empresas, constata-se que elas estão procurando efetivamente romper com o modelo do emprego e buscando caminhos para poder contar com uma força de trabalho que possa ser rapidamente mobilizada e desmobilizada na medida das suas necessidades.

Você vai ver agora como elas já vêm procedendo para constituir uma força de trabalho desse tipo. Isso pode esclarecer melhor sobre os desafios que os trabalhadores terão de enfrentar daqui para a frente.

Veja o que está acontecendo nas empresas:

“Nas instalações de distribuição da Nike, em Memphis, 120 funcionários permanentes [...] trabalham lado a lado com 60 a 255 trabalhadores temporários. Os temporários são fornecidos pela Norrell Services, uma das maiores empresas de serviços temporários do país.” (RIFKIN, 1995, p. 210)

“Em todo o país, corporações americanas estão criando um sistema de emprego em duas camadas, composto de um ‘núcleo’ de funcionários fixos em regime de tempo integral, aumentado por um pool periférico de funcionários em meio período, ou trabalhadores contingenciais.” (RIFKIN, 1995, p. 210)

“Em 1993, mais de 34 milhões de americanos foram trabalhadores ‘contingenciais’ – trabalhando como temporários em meio período, ou por tarefa, ou como freelancers.” (RIFKIN, 1995, p. 210)

Que mostram esses exemplos?

Provavelmente você percebeu que os exemplos mostram que as empresas cada vez mais procurarão reduzir o volume de trabalhadores fixos, que trabalham em regime de tempo integral.

▲ Em lugar disso, estão procurando criar mecanismos que lhes possibilitem utilizar as pessoas somente quando precisarem delas. A grande maioria dos trabalhadores será rapidamente mobilizada e desmobilizada pelas empresas, dependendo das necessidades destas. A empresa não fica com empregados nos seus quadros: absorve trabalhadores no momento em que precisa deles no processo produtivo; cessada a necessidade, abre mão desses trabalhadores.

Essa é uma grande guinada em termos de configuração do mercado de trabalho, cuja principal característica até hoje ainda é a presença da categoria dos trabalhadores que são empregados fixos e em tempo integral das empresas.

Todas essas mudanças estão ocorrendo porque a competição é extremamente acirrada no mercado internacional, e uma das formas que as empresas encontram para enfrentá-la é reduzir custos e aumentar a flexibilidade para atender às mudanças constantes na demanda do mercado consumidor. Com esse objetivo, as empresas reduzem seu núcleo de trabalhadores fixos e aumentam a contratação de pessoal por prazo determinado, para terem a agilidade de aumentar ou diminuir o número de trabalhadores rapidamente, em resposta às variações sazonais, até mesmo mensais ou semanais do mercado. Também do ponto de vista do custo, a empresa diminui encargos quando reduz ao mínimo o núcleo de seus trabalhadores fixos.

“As empresas multinacionais, ansiosas por permanecerem móveis e flexíveis na concorrência global, vão passar cada vez mais da força de trabalho fixa para a contingencial, para poder reagir rapidamente às flutuações do mercado.” (RIFKIN, 1995, p. 223)

Em resumo, uma das marcas do trabalho no futuro será o seu caráter *just-in-time*. A grande maioria dos trabalhadores trabalhará por períodos curtos nas empresas, sendo chamada a integrar sua força de trabalho dependendo das necessidades da empresa e apenas durante o período em que essa necessidade existir. A figura do *empregado de uma empresa* tende a desaparecer.

FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO

▲▲ Para contar com uma força de trabalho *just-in-time*, é condição essencial que haja uma *flexibilização* dos mercados de trabalho. E os países mais adiantados já a vêm praticando, a partir da década de 1980. Essa flexibilização está contemplando fundamentalmente os sistemas de contratação e remuneração e visa não só a reduzir o peso dos encargos sociais como transformá-los, o mais possível, em custos variáveis. Disso têm resultado novos arranjos, que caminham na direção de superar o modelo convencional de trabalho: fixo, vinculado a uma determinada empresa e em regime de tempo integral.

▲ HUTCHENS dá o nome de *emprego just-in-time*, a esse tipo de trabalho, por analogia entre a nova força de trabalho contingente que vem surgindo na década de 1990 e o conceito de estoque *just-in-time* que se difundiu na comunidade empresarial na década de 1980. No estoque *just-in-time*, a empresa não fica com material em estoque; o material só é requisitado no momento em que é necessário no processo produtivo. Aliás, HUTCHENS, que é consultora em recursos humanos, manifesta preocupação com o *emprego just-in-time*, em razão do seu impacto sobre o bem-estar econômico e a segurança emocional da força de trabalho, e alerta os países para que tomem consciência do impacto perverso dessa prática. (HUTCHENS, 1994 *apud* RIFKIN, 1995, p. 211)

▲▲ Flexibilizar os mercados de trabalho significa tornar menos rígidas as regras que os regem, possibilitando criar alternativas de emprego diferentes das previstas no modelo de trabalho convencional.

Pode-se tornar o trabalho mais flexível de várias formas:

- reduzindo ou retirando a regulamentação que disciplina a contratação de empregados e reduzindo o patamar dos encargos sociais em situações especiais
- reduzindo ou retirando a regulamentação referente ao desligamento de empregados
- ▲ • introduzindo propostas que privilegiam a remuneração flexível; a modificação da jornada; a flexibilização do aviso prévio; a contratação em tempo parcial; a subcontratação; a melhoria da qualidade da mão-de-obra e da própria produtividade

Genericamente, pode-se dizer que há dois grandes sistemas de políticas a partir dos quais os países organizam seus mercados de trabalho. (ABRAMO, 1996, p. 28)

▲▲**A** O sistema adotado pelos Estados Unidos, que inclui políticas que objetivam “desregulamentar” ou “flexibilizar” a estrutura do mercado de trabalho. Para os defensores dessas práticas, esse sistema tende a aumentar a geração de empregos. Alguns especialistas, contudo, contra-argumentam que os empregos gerados por esse sistema são de baixa qualidade; além disso, esse sistema também se mostra incapaz de promover a formação da força de trabalho, entre outros, porque as empresas não se sentem estimuladas a investir em seus quadros funcionais, tendo em vista a elevada rotatividade da mão-de-obra.

B O modelo tradicionalmente adotado pela Europa Ocidental é mais protecionista em relação ao trabalho. Tem como traço principal a maior presença do Estado mediando as relações trabalhistas por meio de instrumentos voltados para garantir a manutenção das condições sociais, retreinamento, realocação de trabalhadores demitidos e concessão de benefícios aos desempregados.

▲ No Brasil, a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) já prevê a possibilidade de efetivação de algumas formas de contratação em regime mais flexível. Apesar disso, esses tipos de contratação não são muito comuns, em virtude das diferenças de interpretação que geralmente ocorrem nos vários tribunais que compõem a Justiça do Trabalho.

▲▲ A imprensa vem chamando a atenção para o fato de os Estados Unidos, com essas estratégias, terem recuperado sua posição de destaque no que tange a ganhos de produtividade. Contudo, poucos mencionam os altos custos sociais envolvidos nesse aumento, comparativamente à Alemanha, ao Japão ou à Suécia.

O Brasil já está iniciando um processo de flexibilização do seu mercado de trabalho. A recente regulamentação do *Contrato por prazo determinado* é exemplo disso. Essa modalidade de contrato flexibiliza as leis trabalhistas e prevê que a empresa reduza o pagamento de encargos sociais. Por essa via, as empresas podem contratar empregados com redução de encargos por prazo máximo de dois anos, desde que essa contratação não seja para proporcionar a substituição de pessoal regular e permanente. E desde que o contrato seja estabelecido por meio de negociação coletiva com o sindicato da categoria.

Para se valer da contratação por prazo determinado, a empresa interessada deve estar quite com o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e com o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social).

O empregado, por seu lado, recebe depósitos menores no FGTS, fica sem direito ao aviso prévio e à multa rescisória de 40% sobre esses depósitos no fim do contrato.

Parte do movimento sindical brasileiro é radicalmente contra essa modalidade de contratação, alegando que ela cria trabalhadores de “segunda categoria”, que possuem menos direitos que os demais.

TRABALHO FORA DA EMPRESA

Agora vamos ver como as empresas, com o auxílio da flexibilização do mercado de trabalho, estão convertendo em realidade o seu sonho de reduzir seu quadro de pessoal e de contar com o emprego *just-in-time*.

Veja uma das práticas já em uso no Brasil e no resto do mundo.

“A FIAT do Brasil, sem ampliar suas fábricas, conseguiu dobrar sua produção na virada da década de 80 com base na terceirização. Isso atingiu também as atividades-fim. A USIMINAS, que é o seu principal fornecedor de aço, adquiriu da FIAT 16 prensas automáticas, passando a estampar peças, entregando-as já prontas para aquela montadora. A terceirização envolve inúmeras outras empresas que já entregam prontos painéis, caixas de câmbio, sistemas de freios e vários outros componentes que até pouco tempo eram todos montados na própria FIAT.” (PASTORE, 1994b, p. 76)

“Um estudo realizado em 1992 em 12 grandes empresas metalúrgicas do ABC paulista mostrou que a metade já tinha transferido para terceiros uma boa parte de suas atividades. Cerca de 58% haviam terceirizado a limpeza; 50%, a manutenção; 42%, o restaurante; 33%, o transporte; 32%, a enfermaria; e 25% já estavam terceirizando até mesmo a ferramentaria, que é o coração da fábrica.” (OLMOS, 1993 apud PASTORE, 1994b, p. 75)

“Uma pesquisa [...], entre 257 empresas de médio e grande porte (60% do setor industrial e 40% de serviços) mostrou que 91% delas já utilizaram ou vêm utilizando essa estratégia [terceirização] em diversas atividades-meio e também em certas atividades-fim.” (BOUCINHAS & CAMPOS, 1994 apud PASTORE, 1994b, p. 76)

Que novidade as empresas citadas vêm praticando?

▲ É claro: uma das novidades que as empresas vêm adotando é a *terceirização*.

A terceirização permite que as empresas reduzam encargos trabalhistas, contratando fornecedores externos de bens e serviços. A terceirização tornou-se uma característica permanente na economia japonesa e cada vez é mais popular nos Estados Unidos e na Europa. E como você viu já chegou ao Brasil.

Embora a prática esteja se generalizando, ela conta com críticos.

▲ Vamos recordar rapidamente o que você aprendeu na **Unidade 4** sobre o conceito de terceirização. *Terceirização* vem da palavra *terceiros*; significa que uma empresa está repassando para terceiros, para outras empresas ou para outros profissionais atividades que antes ela própria executava.

Não confundir com *terciarização*, que vem da palavra *terciário* (aquele setor econômico que abrange as atividades econômicas do comércio e dos serviços); ocorre terciarização quando o emprego que era do secundário (indústria) se desloca para o setor terciário.

RIFKIN, por exemplo, diz que ela é maléfica para os trabalhadores:

“Permite que as empresas ignorem os sindicatos [...] Muitos dos fornecedores são empresas menores que pagam baixos salários e proporcionam poucos benefícios aos trabalhadores.” (RIFKIN, 1995, p. 212)

Em um primeiro estágio, as empresas terceirizam as atividades que exigem menos qualificação (limpeza, restaurante, transporte e segurança). Contudo, com o passar do tempo, outras áreas, até mesmo áreas especializadas, acabam entrando nesse processo, como é o caso de computação, auditoria, advocacia, engenharia, relações industriais, treinamento, comunicação, marketing, e assim por diante. O processo teoricamente não tem limite, podendo atingir atividades que constituem o núcleo de trabalho da empresa.

Com a terceirização o trabalho da empresa passa a ser feito fora dela, por outras empresas ou profissionais.

Quando se diz que o trabalho passa a ser feito *fora* da empresa isso não significa que seja necessariamente feito fora do espaço físico desta. O que se quer dizer é que o trabalho passa a ser feito por uma outra entidade, legalmente independente da empresa que patrocinou a terceirização.

A terceirização caminha de forma acelerada porque representa uma forma de *flexibilização* do trabalho.

Quer dizer, é uma forma encontrada pelas empresas para escaparem da rigidez dos encargos sociais e do pouco “jogo de cintura” da legislação trabalhista.

Se não persistissem restrições legais com relação a essa prática, as empresas brasileiras já teriam repassado para fora dos seus limites a maior parte de suas atividades: a lei e os tribunais aceitam somente a terceirização de atividades-meio, daí o processo não se ter expandido ainda mais.

TRABALHO DE MENOS TEMPO

Além da terceirização, duas outras práticas já bastante comuns no mercado contribuem para romper com o modelo de trabalho tradicional, a saber, o emprego fixo e de período integral.

Vejamos que práticas são essas.

“Em fevereiro de 1993, o BankAmerica Corporation – o segundo maior banco do país – anunciou que estava passando 1.200 cargos de período integral para cargos de meio período. O banco estima que menos de 19% de seus funcionários serão trabalhadores de período integral num futuro próximo. Aproximadamente seis de cada dez funcionários do BankAmerica trabalharão menos de 20 horas semanais...” (RIFKIN, 1995, p. 210)

“Diariamente, agências de empregados temporários como a Norrell fornecem às empresas americanas 1,5 milhão de empregados. A Manpower, a maior agência de empregos temporários dos Estados Unidos, atualmente é o maior empregador individual do país, com 560 mil funcionários.” (RIFKIN, 1995, p. 210)

O BankAmerica vem introduzindo o trabalho em tempo parcial, que representa uma quebra no padrão tradicional de jornada de trabalho. Essa modalidade de trabalho, além de atender a necessidades da empresa, muitas vezes atende também a interesses do trabalhador.

No caso do emprego temporário – negócio da Norrell e da Manpower – o trabalhador é contratado para realizar um trabalho, de forma contínua, mas durante um tempo determinado. Em geral, essa modalidade de trabalho ocorre quando as empresas recebem grandes encomendas para serem entregues em pouco tempo ou quando uma empresa expande seus negócios e precisa adicionar empregados na forma de teste.

As principais áreas atingidas pelo trabalho temporário eram, até pouco tempo, o apoio técnico e/ou administrativo. Mais recentemente, ele está avançando muito rapidamente na faixa do trabalho mais especializado. Muitas empresas estão eliminando departamentos inteiros, porque sabem que podem obter rapidamente especialistas em diferentes áreas na base de contrato.

Em qualquer de suas versões, essa forma de trabalho vem crescendo rapidamente. Em suma, emprego temporário e emprego em tempo parcial fazem parte das novidades que estão entrando no mundo do trabalho. Os trabalhadores precisam estar preparados para elas.

DESINDUSTRIALIZAÇÃO DO TRABALHO

O modelo de trabalho vigente na produção taylorista e fordista era o trabalho fixo, de tempo integral e, adicionalmente, industrial.

Quando os fenômenos da globalização, da internacionalização das economias, do acirramento da competição internacional, da reestruturação produtiva se instalam uma nova fratura nesse modelo vai ocorrer.

Você arrisca um palpite sobre que mudança é essa?

Confira se seu palpite corresponde à realidade, acompanhando a história de Albério:

“O engenheiro químico Albério Araújo Guimarães, da Bahia, trabalhava no pólo petroquímico da Camaçari acompanhando todas as fases da produção de cloro, soda cáustica, hidrogênio e hipoclorito de sódio. Foi demitido em 1993, aos 31 anos de idade, e nunca mais

conseguiu emprego no seu ramo de atividade. Hoje é revendedor de modelos de avião, helicóptero, lancha e carro com controle remoto em Salvador.” (SIMONETTI & GRINBAUM, 1998, p. 68 e 71)

O caso de Albério não é único. O que se tem visto ultimamente é que trabalhadores demitidos da indústria cada vez mais têm dificuldade de conseguir uma nova colocação no próprio setor industrial.

▲ Então os trabalhadores excluídos da indústria vão buscar colocação no setor terciário (comércio e serviços).

TRABALHO SELETIVO

Mas o modelo de trabalho do século XX também está sendo abalado por uma outra mudança.

Vamos ver se, por meio do “insucesso” dos trabalhadores que têm suas histórias apresentadas a seguir, você descobre qual é essa outra mudança que está balançando esse modelo.

Acompanhe os casos:

“O paulista Rubens Rocha Pimentel, de 44 anos, é economista e já foi gerente financeiro dos bancos Safra, Itaú, Unibanco e Excel. Está desempregado há cinco meses. Nesse período, fez em média uma entrevista por semana, em busca de trabalho. ‘Sou ótimo em matemática financeira. Todas as vezes perdi a vaga porque não sei inglês’, diz.” (SIMONETTI & GRINBAUM, 1998, p. 73)

“O tecelão José Antônio de Almeida, de 41 anos, está desempregado há dois anos e três meses, desde que foi demitido da Companhia Têxtil Cedro Cachoeira, uma das mais tradicionais fábricas de tecidos de Minas Gerais. ‘Eu me senti como um passarinho fora da gaiola, sem saber voar’, diz. Ele não consegue emprego porque não tem o 1º grau completo. ‘As exigências hoje são muito maiores do que quando comecei a trabalhar’ [diz ele].” (SIMONETTI & GRINBAUM, 1998, p. 72)

“Ademir Aparecido Ferrari, administrador de empresas e contador com vinte anos de experiência profissional procura emprego há três semanas. Apareceram três chances e foram três decepções. ‘Me descartam assim que sabem que só falo português. Desisti da última entrevista porque ela seria feita em inglês’, conta Ferrari.” (SIMONETTI & GRINBAUM, 1998, p. 68)

▲ Aqui fica apenas este lembrete sobre a desindustrialização do emprego, uma mudança no paradigma do emprego do século XX. Não vamos nos deter na análise dessa questão porque ela já foi objeto de comentários na **Unidade 3** e na **Unidade 4**.

"A Volkswagen demitiu por justa causa 51 metalúrgicos do setor de produção da unidade de São Bernardo acusados de falsificar diplomas de primeiro e segundo graus para conseguir promoção ou admissão na empresa." (FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, 04/03/1998. Seção Dinheiro. p. 2.3)

Que sugerem essas histórias? Que novo desafio os trabalhadores têm de enfrentar?

▲ Se você disse que o mercado está se tornando mais exigente em termos de qualificação dos trabalhadores, acertou na mosca!

Essa nova exigência constitui também um elemento novo a configurar o paradigma do trabalho do futuro, pois no sistema taylorista/fordista a desqualificação da mão-de-obra era a regra.

▲▲ Essa mudança na direção da maior qualificação tem razão de ser: No mundo atual, constantemente invadido por novas tecnologias, não há como os empresários trabalharem com mão-de-obra não qualificada. Quem não se empenha em apreender continuamente estará fora desse mundo. Nesse mundo, haverá poucas oportunidades para mão-de-obra desqualificada.

Quem não tiver o substrato de uma boa formação educacional básica estará "fora do jogo".

"O próprio conceito de alfabetização mudou muito nos últimos 10 anos. Antes, era considerada alfabetizada a pessoa que assinava o nome e sabia ler e escrever coisas básicas. No novo mundo do trabalho, só é alfabetizada a pessoa que consegue ler um manual de instrução." (PASTORE, 1997, p. 139)

▲▲▲ É indispensável que as pessoas tenham essa bagagem básica para serem preparadas (ou retreinadas) para um trabalho com alto conteúdo de tecnologias da informação, das telecomunicações ou outras. Os processos e iniciativas de raciocínio necessários para administrar as novas máquinas e fazê-las funcionar estão fora do alcance dos que não tiverem um nível de instrução mínimo.

Para comprar o bilhete de ingresso nesse mercado de trabalho tão seletivo, além de educação básica, outros requisitos são exigidos. Veja o que um profissional de Recursos Humanos diz sobre eles:

"O gerente de recursos humanos da alta administração da Sabesp, Carlos Afonso Romagnol, 43, que trabalha na área há 22 anos, explica que, hoje, ser muito bom em uma profissão não é mais suficiente. A tendência é exigir cada vez mais informação do profissional, a especialização está acabando. As pessoas têm de aprender a trabalhar

▲ A qualificação está se tornando condição tão importante para os empregadores a ponto de levar trabalhadores a falsificar diplomas para serem admitidos e/ou promovidos numa empresa. Em suma, o mercado se tornou muito mais seletivo.

▲▲ Essa exigência cria uma situação até contraditória nos dias atuais, no nosso país. De um lado, os trabalhadores, com toda a razão, lamentam a escassez de empregos; de outro, os empregadores reclamam de falta de mão-de-obra qualificada. Segundo estes, a preparação dos nossos trabalhadores está muito aquém das exigências da revolução tecnológica que se alastra por toda a economia global. Os empresários não estão de todo errados. O nível educacional da nossa força de trabalho é realmente baixíssimo. O número médio de anos de estudo da população economicamente ativa brasileira é de apenas 3,5 anos. Nos Tigres Asiáticos, é de quase 10 anos; no Japão sobe para 11 anos; e nos Estados Unidos chega a 12 anos.

▲▲▲ Para uma população economicamente ativa como a brasileira – com 3,5 anos de escolaridade – a esperança de ser retreinada ou instruída fica muito longe do seu alcance.

em mais de uma área, e a formação é muito importante.' Essa 'formação' significa: fluência em inglês, conhecimentos de informática, mais de um curso universitário, pós-graduação e dezenas de cursos de especialização, de preferência feitos em escolas fora do país."
(FÁVERO, 1998, p. 9)

Aí está. Como você pode observar, para participar do mundo do trabalho do futuro, os trabalhadores precisam preparar-se em termos de escolaridade formal e completar/atualizar essa formação básica com conhecimentos dos campos que, com o tempo, vão se revelando como importantes para o mercado de trabalho. Isso implica formação durante toda a vida.

▲ Outra novidade que também começa a aparecer no mundo do trabalho é a expectativa de que os trabalhadores busquem melhorar conhecimentos por conta própria, enfim, que assumam sua própria qualificação.

Os trabalhadores, parece, já captaram essa mensagem. Veja o que muitos deles estão fazendo para enfrentar a exigência de maior qualificação interposta pelo mercado de trabalho:

"... a professora Viviane Fonseca Kraetzig, 29, é [...] exemplo de volta às aulas, após nove anos. Viviane começou o curso de letras, mas, como trabalhava como bancária, acabou se desinteressando e desistiu. Cinco anos depois, quando quis exercer sua profissão de professora, sentiu-se pressionada.

'Comecei a lecionar para séries iniciais (primeira à quarta), e a falta de um diploma começou a pesar. Na minha escola, existia uma cobrança para os professores terem curso superior e pós-graduação. Percebi que não poderia acompanhar a competitividade do mercado, mesmo tendo experiência, sem ser formada', conta.

No ano passado, Viviane prestou vestibular para letras [...] e começa o curso em março. 'Tinha que fazer isso. Agora estou mais tranqüila, principalmente no meu trabalho' [conta ela]." (FÁVERO, 1998, p. 9)

O coordenador de projetos em informática Valter Custódio da Silva, 54, entendeu o recado e também voltou para a universidade depois de ficar dez anos parado.

... Valter concluiu seu primeiro curso, de administração de empresas, há dez anos. Em 1995, prestou vestibular para direito [...] e deve receber o diploma neste ano. Ele ainda não sabe se vai exercer a profissão de

▲ Nessa linha, por exemplo, já se identificou tendência de as empresas, cada vez menos, promoverem ou arcarem com os custos de cursos de reciclagem ou de inglês.

advogado, mas pensa em dar aulas de direto e tem certeza de que já aplica em sua vida o que aprendeu. 'A faculdade me tornou uma pessoa melhor. Hoje, sei argumentar e expressar minhas idéias com mais facilidade e isso eu devo ao curso que escolhi', conta Valter." (FÁVERO, 1998, p. 9)

▲ Analisando esses casos você provavelmente já concluiu que os trabalhadores “estão indo à luta” para melhorar sua qualificação, atendendo aos requisitos de um mercado de trabalho cada vez mais seletivo desse ponto de vista.

▲▲ KIT PARA SOBREVIVER NO NOVO MUNDO DO TRABALHO

Quem vai sobreviver nesse novo mundo?

Terão mais chances os que conseguirem acompanhar o ritmo das mudanças e também quem for “educado” e não meramente preparado para “apertar parafusos”.

O cacife dos que tiverem capacidade para criar e transferir conhecimentos de um campo para outro também será maior. Também o dos que souberem se comunicar, trabalhar em grupo, aprender várias atividades.

Sobreviverão aqueles que estiverem preparados para a era da polivalência, da multifuncionalidade, das famílias de ocupações.

Para você que quer se preparar para o futuro, aqui vai um *kit* de sobrevivência.

- Conceitos como carreira, estabilidade, promoção por tempo de serviço estão desaparecendo. As empresas valorizam mais quem não se acomoda num único emprego, mas procura aprimoramento contínuo. Hoje se recomenda que a pessoa não fique mais de cinco anos no mesmo emprego.
- É preciso ter conhecimento especializado em pelo menos uma área, além de conhecimento básico das outras áreas da empresa. Quem conhece um pouquinho de cada coisa, mas nada em profundidade, está perdendo importância.
- O técnico também precisa mudar. É bom que ele tenha noções de vendas, administração, mercado. Marca ponto se consegue abrir uma oportunidade de negócio para a companhia.
- É necessário antecipar-se às mudanças e preparar-se para elas. Um bom conselho é fugir dos setores que não dão lucro, ou estão em decadência, ou a caminho da terceirização.
- Informação geral é preciosa, mesmo para um técnico. A leitura precisa acrescentar alguma coisa às necessidades do trabalho, ainda que seja um vocabulário melhor.
- O profissional deve melhorar seus conhecimentos por conta própria. A iniciativa é bem vista pelas empresas. Cada vez menos elas promovem cursos de reciclagem ou pagam aula de inglês.

▲ O mundo do trabalho do futuro será seletivo em termos de qualificação da força de trabalho. Para ingressar nesse mundo, o trabalhador precisa construir sua qualificação com base na educação básica e na constante atualização profissional.

▲▲ Esse *kit* é sugerido por SIMONETTI & GRINBAUM (1998), em artigo da revista *Veja*. Sugere-se a leitura do texto que, em linguagem de fácil compreensão, procura mostrar as raízes da crise do desemprego que hoje assusta nossa população e apresentar os principais desafios que se colocam hoje para enfrentar o problema da perda de dinamismo da economia brasileira para gerar emprego.

- Um engenheiro pode transformar-se num bom vendedor, uma economista pode ganhar um salário maior como secretária. Nenhuma habilidade deve ser desprezada, preconceitos podem atrapalhar o trabalhador.
- Boas oportunidades de trabalho não existem só em cidades grandes. No interior do país há carência de profissionais.
- O conhecimento de inglês está sendo cada vez mais exigido. Cerca de 90% do material técnico à disposição dos profissionais é em inglês. Conhecimento de informática é essencial.

Estamos encerrando aqui o conteúdo da **Unidade 5**.

Antes de fechá-la vamos recordar alguns pontos abordados:

Sintetizando

- Você viu que os indícios são de que o paradigma do trabalho do século XX está se desfazendo. O trabalho assalariado, fixo, vinculado a um empregador, em regime de tempo integral está sendo substituído por novas formas de organização.
- Esse trabalho está sendo substituído por um trabalho *just-in-time*, que significa mobilização/desmobilização rápida dos contingentes de trabalhadores necessários à execução de um bem ou serviço. Ao lado disso, assiste-se a movimentos que apontam para um processo de flexibilização do mercado de trabalho.
- Como estratégias de apoio a esse *just-in-time* estão ganhando força formas diferenciadas de organização do trabalho: terceirização, trabalho em tempo parcial, trabalho temporário.
- Ao lado disso, formas tradicionais de emprego começam a dar mostras de esgotamento, indicando para o futuro uma desindustrialização do emprego, o aumento de desemprego estrutural e o crescimento da informalidade.
- Finalmente, você viu que o trabalho está se tornando mais seletivo: educação, formação contínua e iniciativa para buscar a própria qualificação farão parte integrante do perfil de qualificação do trabalhador do século XXI.

AUTO-AVALIAÇÃO

- 1 • Que significa flexibilizar o mercado de trabalho?
- 2 • Diz-se que a meta das empresas hoje é contar com emprego *just-in-time*.
Que significa emprego *just-in-time*?
- 3 • Qual é, em média, o número de anos de estudo da PEA brasileira? Quais são as conseqüências dessa taxa de escolarização em termos das exigências do novo mercado de trabalho?

CHAVE DE RESPOSTA

- 1 • Significa tornar menos rígidas as regras ou leis que regem o trabalho, de modo que possam ser criadas alternativas de emprego diferentes das tradicionais.
- 2 • É aquele emprego que pode ser rapidamente mobilizado e desmobilizado, dependendo da necessidade/interesse da empresa. A empresa não fica com empregados no seu quadro: admite trabalhadores no momento em que precisa deles no processo produtivo; quando essa necessidade termina, dispensa esses trabalhadores. O trabalho *just-in-time* substitui os trabalhadores fixos, assalariados, que trabalham em regime de tempo integral para a empresa.
- 3 • A PEA brasileira tem em média 3,5 anos de estudo. É uma média baixa, comparativamente a outros países, como Japão, Estados Unidos e mesmo Tigres Asiáticos (onde essa taxa varia entre 10 e 12 anos). Num mundo invadido por novas tecnologias que exige qualificação elevada e complexa, essa força de trabalho terá poucas chances de ser retrainada ou instruída. Quem não tiver boa formação educacional ficará à margem do novo mercado.

AUTO-AVALIAÇÃO FINAL

1 • Comente como ocorreu o processo de industrialização do Brasil, abordando questões como as seguintes: quando o processo deslanchou; o que propiciou o desenvolvimento da indústria; que repercussões o processo teve na PEA; o que implicou em termos de população urbana e rural; que reflexos teve no PIB do país.

2 • Avalie o grau de maturidade do nosso processo de industrialização, focalizando como se desenvolveram os vários grupos industriais; se o Brasil tem uma estrutura industrial completa; a estrutura industrial brasileira perante a estrutura dos países mais desenvolvidos.

3 • Fale um pouco sobre o processo de industrialização por substituição de importações, abordando o que vem a ser industrialização por substituição de importações; até quando ele foi o traço dominante no nosso modelo de desenvolvimento industrial.

4 • Comente a afirmação: *“A década de 1990 no Brasil se caracterizou por um padrão de absorção de mão-de-obra diferente das décadas anteriores.”*

5 • Faça uma comparação entre o trabalho no sistema artesanal e no sistema taylorista, indicando as diferenças em termos de divisão do trabalho e domínio do processo de trabalho; subordinação/dominação, propriedade dos produtos do trabalho e propriedade dos meios de produção; concepção e execução do trabalho; qualificação do trabalhador.

6 • Qual a grande inovação do fordismo comparativamente ao taylorismo?

7 • Por que se diz que a automação flexível propicia um resgate da qualificação do trabalhador?

8 • Fale sobre a PEA brasileira: seu tamanho, sua evolução em termos de distribuição por setores econômicos.

9 • Fale sobre as grandes transformações que estão ocorrendo hoje no mundo do trabalho no Brasil (comente o que está acontecendo com ocupados e desocupados da PEA, com o mercado formal e informal e com o nível de emprego/desemprego).

10 • Faça uma análise das características dos trabalhadores que estão sendo excluídos da indústria no Brasil.

11 • Comente as frases seguintes:

• *“No futuro haverá muito trabalho e pouco emprego.”*

• *“O trabalhador precisa construir sua qualificação.”*

CHAVE DE RESPOSTA FINAL

- 1 • *quando o processo de industrialização deslanchou: o processo de industrialização deslanchou na primeira metade do século XX. Sua semente começou a germinar na década de 1930, mas foi na década de 1940 que começou a ganhar visibilidade.*
 - *o que propiciou o desenvolvimento da indústria: a economia brasileira, no século passado, era uma economia primário-exportadora que dependia quase exclusivamente do desempenho do café no mercado externo. Em 1930 o café enfrentou grave crise internacional e seus preços despencaram, arrastando consigo a economia. Isso mostrou que não era mais possível manter a economia nacional dependendo das exportações de um único produto agrícola e trouxe à tona a consciência sobre a necessidade da industrialização. Os capitais começaram a ser aplicados no desenvolvimento industrial.*
 - *que repercussões o processo teve na PEA: a PEA, vinculada ao setor primário, registrou queda sistemática. Em compensação, a PEA urbana – ligada à indústria e ao setor terciário – começou a crescer.*
 - *o que implicou em termos de população urbana e rural: a população iniciou um processo de deslocamento gradual dos campos para as cidades – para acompanhar o desenvolvimento da indústria e o crescimento das áreas urbanas. Isso é chamado processo de urbanização. Essas mudanças se expressaram no aumento da taxa de urbanização.*
 - *que reflexos teve no PIB do país: a participação agrícola agredeceria na produção nacional declinou e a produção industrial aos poucos foi ganhando importância sobre a agrícola.*
- 2 • *como se desenvolveram os vários grupos industriais: o processo de industrialização se iniciou com a instalação de indústrias de bens de consumo não-duráveis ou tradicionais. No seu começo, o processo praticamente se restringia à presença dessas indústrias. Com o tempo, outros ramos foram se instalando e as indústrias tradicionais foram perdendo terreno para as produtoras de bens intermediários e de bens de consumo duráveis e de bens de capital.*
 - *se o Brasil tem uma estrutura industrial completa: hoje o Brasil possui uma estrutura industrial completa, pois nela estão presentes todos os grupos industriais.*
 - *estrutura industrial brasileira perante a estrutura dos países mais desenvolvidos: o Brasil ainda não apresenta uma estrutura industrial típica de países altamente industrializados. O país está defasado no dimensionamento dos ramos da mecânica, material elétrico e material de transporte, que são típicos das etapas mais avançadas do processo de industrialização. Em compensação está "superdimensionado" quanto às indústrias tradicionais, que é um segmento típico do início do processo de industrialização.*
- 3 • *o que vem a ser industrialização por substituição de importações: o processo de industrialização por substituição de importações tinha como propósito criar condições para que o Brasil pudesse produzir internamente o que antes era importado, para atender ao mercado interno. Esse tipo de industrialização é voltado para dentro do país, quer dizer, está preocupado em atender ao consumo interno. Esse modelo não privilegia a produção para exportação.*

- até quando ele foi o traço dominante no nosso modelo de desenvolvimento industrial: até 1964 o Brasil quase não participou dos mercados que se abriam aos produtos manufaturados dos países menos desenvolvidos. Foi o primeiro governo militar, em 1964, que começou a abandonar o modelo de substituição de importações em favor de um modelo de desenvolvimento industrial mais "para fora", o que teve profundas consequências para todo o futuro da economia brasileira. Na década de 1990 o Brasil leva às últimas consequências seu processo de abertura comercial.
- 4 • Até 1990, de modo geral, havia uma relação estreita entre crescimento econômico e crescimento do emprego industrial. PIB e emprego "andavam juntos". A partir de 1990, essa relação foi "quebrada": o ritmo de crescimento do emprego deixou de acompanhar o ritmo de crescimento da produção. Esse descompasso entre o crescimento da atividade econômica e o do emprego industrial, a partir de 1994, indica que daqui para a frente o crescimento econômico não será acompanhado em igual proporção pelo crescimento do emprego. O emprego crescerá menos.
- 5 • *divisão do trabalho e domínio do processo de trabalho*: no artesanato, o artesão realizava todas as tarefas necessárias à realização de um trabalho. Dominava todos os conhecimentos e técnicas indispensáveis à execução integral de um determinado produto. O artesão trabalhava isoladamente e, para realizar sua atividade, ele utilizava ferramentas rudimentares, que eram de sua propriedade. No Taylorismo, o trabalho é dividido ao máximo e o trabalhador se especializa na execução dessa menor unidade de trabalho, que é executada repetitivamente. O trabalhador tem um conhecimento muito reduzido do processo de trabalho.
- *subordinação/dominância, propriedade dos produtos do trabalho e propriedade dos meios de produção*: o artesão trabalhava para si próprio; não se subordinava a ninguém, ele era o proprietário do produto que confeccionava. No Taylorismo o trabalhador trabalha para a empresa e o produto que realiza pertence ao proprietário da empresa. O trabalhador é submetido ao controle da gerência, que vai até mesmo prescrever como o trabalho deve ser realizado.
- *concepção e execução do trabalho*: no artesanato, o artesão decidia como ia realizar o produto do seu trabalho (planejava-o), determinava o tempo necessário à sua realização, resolvia todas as dificuldades que eventualmente ocorressem durante o processo de produção. O bem final que resultava desse processo era resultado do trabalho individual. No Taylorismo há separação entre as atividades de execução e as de concepção/planejamento. O escritório concede e planeja o trabalho e os trabalhadores da oficina executam o trabalho. Para Taylor, "o cérebro está no escritório" e "o braço na oficina". Essa maneira de organizar o processo de trabalho implica redução da autonomia dos trabalhadores, uma vez que estes não devem executar nada além do trabalho prescrito pelos escritórios. O produto final é o resultado do trabalho de um coletivo de trabalhadores.
- *qualificação do trabalhador*: no artesanato, o artesão era "senhor do seu trabalho". Conhecendo e dominando todo o processo, realizava um trabalho altamente

- qualificado. No Taylorismo, realizando um trabalho repetitivo e parcial e desconhecendo o processo global de trabalho, o trabalhador executa um trabalho alienado e desqualificado.
- 6 • A grande contribuição de Ford foi a introdução das linhas de montagem e da produção em grande escala na indústria moderna.
- 7 • Porque a automação flexível envolve uma lógica diferente de utilização da força de trabalho comparativamente ao Taylorismo/fordismo. Nela, a divisão do trabalho é menos pronunciada, ocorre uma maior integração de funções e há um estímulo à qualificação do trabalho.
- A automação flexível requer um perfil de qualificação que não se limita ao simples domínio de habilidades motoras e disposição para cumprir ordens.
- A empresa que adota a produção enxuta não pode contar apenas com o trabalhador "pago para fazer". Ela precisa contar com trabalhadores que sejam capazes de "pensar com a cabeça da empresa".
- A automação flexível propicia um resgate da qualificação do trabalhador ao revalorizar todo um conjunto de qualidades que vão além da competência técnica para realizar uma parcela reduzida de um trabalho. Revaloriza qualificações que remetem ao trabalho do artesão.
- 8 • A PEA brasileira é de 58,4 milhões de pessoas. Ela representa 39% da população total.
- Até muito recentemente a indústria tinha grande poder gerador de empregos, mas ultimamente perdeu essa capacidade e o setor terciário ganhou dinamismo e ampliou sua força como empregador. Está ocorrendo uma terciarização do mercado de trabalho brasileiro, pois a PEA do terciário está cada vez mais aumentando, em termos percentuais. Hoje mais de metade da população ocupada vincula-se ao setor terciário.
- 9 • Esta em curso no Brasil um processo de encolhimento do mercado formal de trabalho, com a consequente precarização do emprego. A indústria, por exemplo, entre 1989 e 1997 fechou quase um milhão de vagas. Por outro lado, há estimativas de que cerca de 65% da população ocupada esteja na informalidade.
- Outro fenômeno que está surgindo no mercado de trabalho brasileiro é o desemprego aberto. A partir do final de 1997 o desemprego, que historicamente variava entre 2% e 3%, saltou para mais de 7%. As previsões são de que as taxas de desemprego não recuem de forma significativa, pois parte desse desemprego é de natureza estrutural.
- 10 • Nos últimos anos a indústria nacional cortou mais de 1 milhão de postos de trabalho. O processo de "corte" não foi linear. Foram excluídos em maior proporção:
- os trabalhadores menos qualificados
 - os homens
 - o pessoal de escritório
 - os trabalhadores jovens
- 11 • a) Há uma tendência mundial de as empresas cada vez mais gerarem menos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ABRAMO, Pedro. **Sistemas de educação geral e de formação profissional comparados**; o caso da Alemanha. Rio de Janeiro, SENAI-DN/CIET, 1996. 66 p.
- 2 AMADEO, Edward J. Dá um calafrio. **Veja**, São Paulo, v. 31, n. 15, p. 11-15, abr. 1998.
- 3 _____. Desemprego. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 17/03/1998. Caderno Dinheiro. p. 2.2.
- 4 AMADEO, Edward J.; SOARES, Rodrigo Reis. **Abertura, produtividade e organização industrial; bases para uma discussão sobre o emprego industrial no Brasil**. Rio de Janeiro, SENAI/DN-CIET, 1996. 116 p.
- 5 ASSIS, Marisa de. **Implicações na formação profissional das mudanças tecnológicas nas indústrias**; São Paulo. São Paulo, SENAI/SP-DPEA, 1988. 120 p.
- 6 ASSIS, Marisa de et al. **A indústria em São Paulo**; sua evolução e distribuição espacial. São Paulo, SENAI/SP, 1992. 197 p.
- 7 ASSIS, Marisa de; ARRUDA, Ricardo Cintra de. **Técnico de informática industrial**; demanda e perfil. São Paulo, SENAI/SP-DPEA, 1990. 203 p. (Série Mercado de Trabalho)
- 8 BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. O reverendo FHC e o desemprego. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 12/03/98. Caderno Dinheiro. p. 2.2.
- 9 BONELLI, Regis. **Ensaio sobre política econômica e industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro, SENAI/DN-CIET, 1996. 259 p.
- 10 CARDOSO, Eliana A. **Economia brasileira ao alcance de todos**. São Paulo, Brasiliense, 1997.
- 11 CARUSO, Luiz Antônio Cruz; PERO, Valéria. **Trajetórias intersetoriais dos trabalhadores desligados da indústria**. Rio de Janeiro, SENAI/DN-CIET, 1996. 62 p.
- 12 CHAVES, Luciano Athayde. Mudança no mundo do trabalho e reflexos sindicais. **Trabalho & Doutrina**; processo jurisprudência, São Paulo, n. 15, p. 65-76, dez. 1997.
- 13 CORTELLA, Mário Sérgio. Introdução. In: CASALI, Alípio et al., org. **Empregabilidade e educação**; novos caminhos no mundo do trabalho. São Paulo, EDUC, 1997. p. 21-22.
- 14 FARRO, Walter. Os novos pólos da indústria. **R. Indústria**, São Paulo, v. 3, n. 78, p. 14, 1998.
- 15 FÁVERO, Lavinia. Começar de novo. **R. da Folha**, São Paulo, v. 3, n. 304, p. 8-9, fev. 1998.
- 16 FERRETTI, Celso João et al., org. **Tecnologias, trabalho e educação**; um debate multidisciplinar. Petrópolis, 1994. 222 p.
- 17 FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 13/02/98. Caderno Dinheiro. p. 2.2.
- 18 _____. São Paulo, 04/03/98. Caderno Dinheiro. p. 2.3.
- 19 _____. São Paulo, 05/03/98. Caderno Dinheiro. p. 2.4.

- 20 FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 08/03/98. Caderno Dinheiro. p. 2.12.
- 21 _____. São Paulo, 12/03/98. Caderno Dinheiro. p. 2.9.
- 22 _____. São Paulo, 28/03/98. Caderno Dinheiro. p. 1.1.
- 23 _____. São Paulo, 28/03/98. Caderno Dinheiro. p. 2.2.
- 24 FREITAS, Carmen Moura de. Introdução. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL GLOBALIZAÇÃO, PROGRESSO TÉCNICO E TRABALHO INDUSTRIAL, Rio de Janeiro, 1996. **Anais**. Rio de Janeiro, SENAI/DN-CIET, 1996. 171 p.
- 25 FRIEDMANN, Georges. **Le travail em miettes**. France, Gallimard, 1976. 374 p.
- 26 FURTADO, Milton Braga. **Síntese da economia brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro, LTC, 1997. 281 p.
- 27 GONZAGA, Gustavo. **Determinação do emprego industrial no Brasil**; uma análise agregada e setorial. Rio de Janeiro, SENAI/DN-CIET, 1996. 48 p.
- 28 GORZ, André, org. **Critique de la division du travail**. Paris, Seuil, 1973. 295 p.
- 29 HIRATA, Helena. Competências e divisão social do trabalho no contexto de novos paradigmas produtivos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TRABALHO E COMPETÊNCIAS, Rio de Janeiro, 1997. **Anais**. Rio de Janeiro, SENAI/DN-CIET, 1997a. p. 43-52.
- 30 _____. Os mundos do trabalho; convergência e diversidade num contexto de mudança dos paradigmas produtivos. In: CASALI, Alípio et al., org. **Empregabilidade e educação**; novos caminhos no mundo do trabalho. São Paulo, EDUC, 1997b. p. 23-42.
- 31 _____. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETTI, Celso João et al., org. **Tecnologias, trabalho e educação**; um debate multidisciplinar. Petrópolis, 1994. p. 124-138.
- 32 LEITE, Elenice Monteiro. **Rescate de la calificación**. Montevideo, CINTERFOR, 1996. 181 p.
- 33 LEITE, Elenice Monteiro; CAILLODS, Françoise. **Educação, treinamento e emprego na pequena empresa**. São Paulo, SENAI/SP-IIEP, 1985. 272 p.
- 34 MACHADO, Lucília Regina de Souza. A educação e os desafios das novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso João et al., org. **Tecnologias, trabalho e educação**; um debate multidisciplinar. Petrópolis, 1994. p. 165-184.
- 35 MANSO, Bruno Paes. Loteria sindical; metalúrgicos de São Paulo sorteiam carros e eletrodomésticos para atrair associados. **Veja**, São Paulo, v. 31, n. 8, p. 24, fev. 1998.
- 36 NASSIF, Luís. A polêmica da globalização. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 06/04/1998. Caderno Dinheiro. p. 2.3.
- 37 OLIVEIRA, Newton de; GUIMARÃES, Carlos Gabriel; VILLAR, José Luis et al. **A nova ordem mundial e o trabalho**. 1998 (mimeogr.).
- 38 PASTORE, José. **A agonia do emprego**. São Paulo, Ltr, 1997. 189 p.
- 39 _____. **Encargos sociais no Brasil e no exterior**; uma avaliação crítica. Brasília, SEBRAE, 1994b. 142 p. (Série Idéias e Propostas)
- 40 _____. **Flexibilização dos mercados de trabalho e contratação coletiva**. São Paulo, Ltr, 1994a. 248 p.

- 41 PATURY, Felipe. A batata quente do desemprego. **Veja**, São Paulo, v. 31, n. 10, p. 96-97, mar. 1998.
- 42 PERO, Valéria. 1996. **A formação profissional diante das mudanças no mercado de trabalho no início dos anos 90**. Rio de Janeiro, SENAI/DN-CIET, 1996. 32 p.
- 43 PLOECKINGER, K.; WOLFRAM, G. **O Capital em quadrinhos**. Trad. Maria Luiza Jens. São Paulo, Escrita, 1980.
- 44 POUCHMANN, Márcio. O flagelo dos jovens trabalhadores. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 22/03/1998a. Caderno Dinheiro. p. 2.2.
- 45 _____. Os prejuízos dos trabalhadores nos anos 90. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 25/03/1998b. Caderno Dinheiro. p. 2.2.
- 46 RICUPERO, Rubens. Inúteis para o trabalho. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 14/03/98. Caderno Dinheiro, p. 2.2.
- 47 RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**; o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo, Makron Books, 1995. 348 p.
- 48 RIZZIERI, Juez Alexandre Baldini; SILBER, Simão Davi; ROCCA, Carlos Antônio et al. O Brasil e a globalização; oportunidades e desafios. **R. da Indústria**, São Paulo, v. 3, n. 74, p. 6-40, jan. 1998. Edição Especial.
- 49 ROSSI, Clóvis. Sombras sobre a vitória. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 20/02/1998. Caderno Opinião. p. 1.2.
- 50 SEADE. **Características gerais do processo de industrialização paulista**. São Paulo, 1988.
- 51 SIMONETTI, Eliana; GRIMBAUM, Ricardo. Assombração nacional. **Veja**, São Paulo, v. 31, n. 6, p. 68-73, fev. 1998.
- 52 SOUZA, Paulo Renato. **O que são empregos e salários**. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1981. 90 p.
- 53 SOUZA, Sérgio Alberto de. Reengenharia social e depreciação do trabalho. **Trabalho & Doutrina; processo jurisprudência**, São Paulo, n. 15, p. 111-120, dez. 1997.
- 54 TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo estrangeiro**; ensaios sobre economia brasileira. 8 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. 263 p.
- 55 URANI, André; MEYER, Joana; RAMALHO, Mariana. **Evolução do emprego industrial entre 1989 a 1993**. Rio de Janeiro, SENAI/DN-CIET, 1995. 165 p.
- 56 VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de; REMAUD, Amaury Patrick; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**; para cursos de economia e administração. São Paulo, Atlas, 1996. 293 p.
- 57 ZARIFIAN, Philippe. A gestão pela competência. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TRABALHO COMPETÊNCIAS, Rio de Janeiro, 1997. **Anais**. Rio de Janeiro, SENAI/DN-CIET, 1997. p. 7-16.

SENAI/DN
NEDUC • Unidade de Negócio Educação para o Trabalho

Alberto Borges de Araújo
Coordenador

Equipe Técnica

Adilson Tabain Kole	SENAI/SP
Consuelo Teresa Fernandes	SENAI/SP
Elisa Maças Filgueiras	SENAI/RJ
Léa Depresbiteris	SENAI/SP
Lorelei Guanabara Baliosian	SENAI/RJ
Lúcia Maria Ezagüy de Almeida Simões	SENAI/DN-CIET
Rosilene Ferreira de A. Menezes	SENAI/RJ

COINF • Unidade de Conhecimento Informação Tecnológica

Janaína S. R. Miranda
Normalização bibliográfica

Reproset • gráfica
Engenho & Arte • fotolito/projeto gráfico
Ana Monteleone • designer
Roberto Azul • revisão gramatical

SENAI - DN/COINF

SENAI-DN/COINF
Unidade de Conhecimento
Informação Tecnológica

Autor ASSIS, Marisa de

Título Mundo do trabalho

Nº de Reg. 0197/00 Nº de Chamada 1204
DN
2. ed.

Devolver em	Assinatura do Leitor

O prazo de empréstimo (**2 semanas**) poderá ser prorrogado, caso a obra não esteja sendo procurada por outro leitor.



COINF